

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

"FICAR EM TERRA"

O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PESCA

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal
de Santa Catarina, para obtenção do
Grau de Mestre em Antropologia.

RAQUEL VIEIRA DE CORDOVA

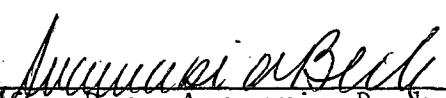
Florianópolis, abril de 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

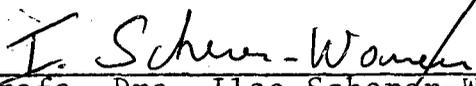
"FICAR EM TERRA"
O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PESCA

RAQUEL VIEIRA DE CORDOVA

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:



Profa. Dra. Anamaria Beck
Orientadora



Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren
Membro



Prof. Dr. Paulo Fernando de A. Lago
Membro

"O sucesso e o fracasso:
esses impostores".

Kipling

AGRADECIMENTOS

Devo este trabalho à ajuda desinteressada de muitas pessoas que se mostraram amigas e pacientes comigo:

Num nível profissional gostaria de agradecer formalmente:

- aos informantes: generosos ao ceder seu tempo e "sua vida";
- à Dra. Anamaria Beck: orientadora desta dissertação, professora e amiga - pelo exemplo de competência e tranquilidade;
- à amizade de Rosana Chaib, colega de mestrado, dotada de invulgares boa-vontade e brilho, cedendo bibliografia e sugestões mesmo depois de sua mudança para Brasília;
- à convivência muito especial com os colegas de turma do mestrado da qual fiz parte como "mascote";
- à CAPES, da qual recebi bolsa de estudos no primeiro semestre de 1981 e durante o ano de 1982;
- ao CNPq, do qual recebi bolsa de aperfeiçoamento durante o ano de 1984;
- à Albertina e Irene, funcionárias da Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela simpatia e disponibilidade;
- à Albertina e Carlos, que sacrificaram inclusive um fim-de-semana para a datilografia desta dissertação.

Finalmente, num nível pessoal, gostaria de agradecer a minha família pelo financiamento, generosidade, paciência e confiança: meus pais João de Deus e Rita de Cássia, meus irmãos Rosângela, Marcelo e Mirinha, meus cunhados Mário e Eliane e aos meus sobrinhos Maria Eugênia e Enzo.

Mesmo óbvio, cabe ressaltar, que apesar da ajuda, nenhuma das pessoas citadas tem responsabilidade sobre o encaminhamento do conteúdo desta dissertação - em seus limites e falhas.

Aos meus pais, João de Deus e Rita de Cássia; os únicos que realmente acreditaram.

A mim mesma, que superei tantos medos e desconfianças.

ÍNDICE

	Pág.
AGRADECIMENTOS	iii
DEDICATÓRIA	v
ÍNDICE	vi
APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA	11
Duas Teorias	18
Uma (re)visão Histórico-Estruturalista sobre os Proces- sos de Industrialização e Urbanização no Brasil	24
A Problemática e a Teoria	27
CAPÍTULO II	
PRAIA	30
Produtividade Pesqueira	48
Os Órgãos de Representação dos Pescadores	50
O Intermediário	60
As Sociedades de Tainha - Os Pontos de Pesca	66
Trabalhos Acessórios à Pesca Artesanal	70
CAPÍTULO III	
MIGRANTES	79
As Fases da Migração	81
1 ^a Fase: A Motivação para a Migração - ou: A "Migração Subjetiva"	82
2 ^a Fase: O Processo de Migração Propriamente Dito - ou "A Migração Objetiva"	97

	Pág.
O "Grupo Primário"	97
A Migração Propriamente Dita	107
 CAPÍTULO IV	
CIDADE	115
A Assimilação	121
a) O Processo de Urbanização	122
b) A Geração de Descendentes	127
c) A Adaptação à Cidade: "Fluxo" e "Refluxo" do Processo Migratório	131
d) A Manutenção dos Laços Sociais com a Comunidade "De Origem"	133
e) Avaliação sobre a Migração	135
 CONCLUSÃO	 138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
ANEXO	149

APRESENTAÇÃO

É com muita honra por ter elaborado e com muita insegurança sobre o resultado conseguido que apresento a dissertação que escrevi em meio a turbilhões cerebrais dialeticamente construídos como momentos de clareza sobre o conhecimento do assunto e impossibilidade de transmitir essa clareza.

Uma dissertação é uma história de vida, no meu caso, um período tido como lindo na juventude: os primeiros seis anos dos vinte de idade. Tomada por anseios de habilitação profissional e idealismo social, empenhei muitos mil segundos da minha vida na elaboração do relato da história de muitas vidas: feitas de mudanças de local de moradia e/ou atividade produtiva.

Conduzida a uma realidade com a qual só tinha contato como membro do pólo que a transforma, com a dissertação conheci a "praia" por olhos não mais "urbanos". Essa a grande beleza da Antropologia: o exótico se transformando em familiar. Mas não foi, de modo algum, um processo indolor. Primeiramente porque "sem maturidade intelectual suficiente" para optar por um objeto de estudo dentre os muitos que me angustiavam, o tema desta dissertação me foi sugerido pela minha orientadora - porque aspecto de um amplo projeto, a respeito da expansão do capitalismo no litoral de SC, sob sua coordenação. Tive, então, que iniciar a alimentação e a digestão do conteúdo. Tive, então, que aprender a dedicar-me com exclusividade a um conteúdo.

No ritmo de empolgação de todo um grupo de estudos,

em dezembro de 82 fui para Ingleses com a Ângela Rossi -uma cara colega de mestrado- comprovar na prática o que tinha absorvido na teoria. Vivi um verdadeiro choque: entre a veranista que eu sempre tinha sido naquela praia e a pesquisadora distanciada que tinha que representar um saber científico. Este foi o segundo momento de dor no processo: libertar-me de uma postura de usufruto da geografia físico-social e passar a uma postura de usufruto do conteúdo histórico, econômico e cultural dos ocupantes originais dessa geografia. Foi essa a sensação durante a primeira etapa do processo de pesquisa empírica: a de ser uma usurpadora.

Justamente neste momento perdi o direito à bolsa de estudos de que dispunha. Ao procurar emprego (em abril de 83) e tê-lo conseguido numa empresa de Rádio e Televisão, aproveitei o fato de estar perturbada pelo choque entre a função do meu pensar urbano e o mundo rural que a praia representa e resolvi que as minhas dificuldades em elaborar a dissertação se deviam ao tema. Pensei, então, em trocar de objeto e estudar os meios de comunicação de massa. Aí o papel da minha orientadora que, com sua invulgar paciência, em poucos papos me fez ver a incongruência de fugir às dificuldades da dissertação (e procurar outras) após ter concluído toda uma etapa de pesquisa.

Em agosto de 1984, então, retomei o trabalho, libertando-me aos poucos das resistências a ele. Voltei ao ambiente universitário, já com uma outra bolsa de estudos -agora de aperfeiçoamento-, e parti para a pesquisa na cidade. Finalmente o quadro se desanuviou: porque fiz contatos excelentes, entrevistas profundas com informantes atenciosos. Porque eu tinha

decidido optar, assumindo a dissertação e porque com esses informantes eu nunca tinha tido nenhuma espécie de contato. Imbuí-me -como fazem os pesquisadores- de doses de aproximação (espécie de "solidariedade-paternalista") e distância (espécie de "objetividade científica") e concluí o trabalho de campo já mais madura sobre o que queria e precisava saber.

Comecei a analisar os dados sô com preocupações qualitativas e dei vida ao terceiro momento de dor:

Como colocar no papel, sob forma de palavras -em moldes científicos de redação e elaboração que permitissem atingir minhas pretensões a mestre- toda a vida apreendida, toda a leitura sobre essa vida?

"E foi um difícil começo": já em curso desde outubro de 84, quando tinha iniciado a redigir o capítulo teórico da dissertação (o 1º Capítulo), cheia de medo de escapar às verdades das teorias aceitas; cheia de vontade de ousar novos focos teóricos. Limitei-me a respeitar o já aceito como ciência.

Em março de 85, com os dados analisados e o capítulo teórico pronto, comecei a redigir a minha tese de fato: organizar em capítulos próprios a realidade que eu tinha pesquisado. Era o ano fatal do meu prazo para apresentar a dissertação. Já não tinha mais (novamente) bolsa de estudos. Com o carinhoso apoio financeiro dos meus pais passei o ano tentando compensar o investimento (parcela de luta) que eles faziam na minha competência. Aos poucos, baseada em vasta bibliografia, comecei a identificar os pontos importantes que comprovassem o objeto que enfim eu conseguia visualizar em sua rica totalidade.

Primeiro por medo de que pensassem ser especulação

minha, resolvi deixar a realidade na própria voz do informante - fazendo somente as pontes de análise. Mas, fui percebendo, então, que mais do que medo, o que me conduzia a este método era uma imprescindível necessidade de mostrar que o meu papel na história era secundário, evitando, assim, manipular as ricas possibilidades de conteúdo do discurso dos agentes com o fim de comprovar as hipóteses, restringindo a realidade a um único foco de interpretações.

O tempo passou rápido e minha capacidade de concentração aconteceu devagar. Quando me dei conta já era fevereiro de 86 - época da defesa da dissertação dentro do cronograma oficial. Ainda estava esboçando o 3º capítulo - que trata das especificidades do objeto propriamente dito, após ter, no 2º capítulo, analisado a causação do objeto: o local e os fatores das transformações estruturais que conduzem ao processo de migração (objeto da dissertação).

O pavor de perder o prazo para defesa depois de uma história e investimento de vida tão significativos, forçou-me a eliminar da discussão a referência e o aprofundamento de aspectos importantes como o ideológico e o político, bem como impediu que a análise se tornasse contundente e ousada. Ainda, fez com que este trabalho buscasse menos socorro naqueles já elaborados, resultando nesses ares de relato: modesto estudo de caso.

Fico com pena de que só agora -na redação fatídica- despertei para tantos pontos de apreensão do objeto. Tenho certeza de que, se escrita na totalidade do tempo de que dispunha, esta dissertação poderia ser uma importante contribuição

ã ciência. Por outro lado, entretanto, sei que as condições são dadas historicamente e que só tendo passado por todos os degraus de que falei poderia um dia considerar-me "madura o suficiente" para empreender um estudo sério. É sabido que não se pode ser um vencedor o tempo todo em tudo, então, só pelo fato de ter vencido meus medos posso dizer como Edith Piaf: "Non, rien de rien... Non, je ne regrette rien!".

INTRODUÇÃO

Objetivo aqui estudar o processo migratório de uma parcela da população originalmente tida como "rural": aqueles moradores de uma comunidade pesqueira do interior da Ilha de SC. No encaminhamento do trabalho, entretanto, fica demonstrado, que divisões estáticas, espacialmente definidas, pecam por um simplismo excessivo. Minha preocupação, ao longo da análise, é a de nunca perder a fundamentação econômica das populações moradoras em comunidades de pesca -agentes nitidamente distintos na função que exercem no processo produtivo. É porque entendo que qualquer processo de migração define-se por um deslocamento de populações provocado por transformações de ordem estrutural em sua atividade produtiva de origem. Ou melhor, se grupos de pessoas se deslocam de sua comunidade de origem no caso, pesqueira, para uma outra comunidade, no caso, urbana, representada pela cidade de Fpolis, o fazem por motivos de classe. Transferem-se espacialmente para possibilitar sua reprodução sócio-econômica. É aí, então, neste momento, que surge a divisão: para aqueles grupos de pessoas que na atividade produtiva original ocupam posições de poder, atribuídas pelo seu papel de proprietários dos meios de produção econômica, este deslocamento será com o fim de expandir o capital acumulado durante o processo de produção; por sua vez, para aqueles grupos de pessoas que na atividade produtiva de origem ocupam posições de dominados, justamente pela ausência de propriedade dos meios produtivos -a mercê, portanto de quem os detêm para que possam extrair da natureza os recursos de sua reprodução- o deslocamento se fará na tentativa de uma outra lógica produ-

tiva, mais "liberta" no sentido de necessitar menor investimento físico e maior retorno econômico. Entre esses dois grupos de pessoas há um grupo intermediário, de pequenos proprietários, que justificam o deslocamento pela busca de um maior confor^{to} sócio-econômico - representado por uma atividade produtiva que envolva menores riscos e dispêndio físico- e maiores chances de ascensão social. A diferença crucial entre os dois últimos grupos referidos é a de que o anterior - face a modificações estruturais na comunidade de origem - fica praticamente impossibilitado de sobreviver.

Para demonstrar essas hipóteses, organizei a realidade pesquisada em quatro capítulos principais:

O primeiro capítulo trata de situar teoricamente o processo migratório, inserindo a discussão da problemática da comunidade pesqueira e da comunidade urbana como pólos dinâmicos, produtos de transformações estruturais fundamentadas historicamente. Comparando estudos de duas principais correntes teóricas que têm por objeto os estudos sobre migração, pretendo demonstrar minha opção por uma delas como mais adequada à realidade pesquisada que explicito.

No segundo capítulo discuto especificamente a problemática da comunidade de origem, esmiuçando-a por que ponto de partida, foco das motivações do deslocamento propriamente dito. Faço uma análise tanto do ponto de vista da situação geográfica, quanto do ponto de vista econômico permitido por essa geografia. São então definidas as formas de produção econômica próprias à comunidade de origem e suas implicações sócio-político-culturais. É neste ponto que defino as classes so-

ciais com que vou trabalhar ao longo da dissertação.

O terceiro capítulo fala da resposta à estrutura definida no capítulo anterior. Aqui a análise é feita já (e só) a partir dos agentes de produção, que ao abandonar ou não a atividade original estão demonstrando de que modo são atingidos pela estrutura econômica de origem e suas transformações e qual a opção possível para fugir ou reforçar essa estrutura conforme sejam seus interesses de classe.

No quarto capítulo, enfim, analiso tanto o ponto de destino dos grupos que se deslocam, quanto as possibilidades de alcance dos objetivos de classe que fundamentaram esses deslocamentos.

Este conteúdo organizado nos capítulos acima definidos foi apreendido em um longo processo de pesquisa - não só bibliográfica (para a fundamentação do primeiro capítulo) -, como também, e principalmente, empírica.

Esta pesquisa empírica - o trabalho de campo - foi realizado em duas etapas:

A primeira etapa do trabalho de campo foi realizada na praia de Ingleses, no período correspondente ao verão de 1982/1983, ou seja, nos meses de dezembro/82 e janeiro e fevereiro/83. Além de relatórios sobre as observações feitas, foram entrevistados -por meio de conversas informais diárias, com exceção de sábados e domingos, - trinta e sete profissionais da pesca, muitos deles em contatos de até quatro visitas.

Após uma interrupção no trabalho, justificada na Apresentação, retornei às pesquisas em 1984, a partir de agosto.

Esta segunda etapa de pesquisas, então, foi realizada na comunidade "de destino", a cidade de Fpolis, também por meio de entrevistas informais, onde foram contatados dezoito informantes ligados à pesca de algum modo.

Se na primeira etapa o critério para o contato foi rigidamente definido a partir dos pontos de pesca, tendo sido entrevistados pescadores de uma ponta a outra da praia de Ingleses; a segunda etapa começou a partir de contatos feitos na primeira etapa: com uma valiosa indicação de um filho de um ex-intermediário de pesca, fui na Carvoeira onde entrevistei duas famílias¹ originárias de Ingleses. Depois, porque na praia recebi seguidas indicações de que os que largavam a pesca procuravam serviços na Limpeza Pública e Vigilância Bancária, dirigi-me à Prefeitura Municipal, (Secretaria de Obras), onde entrevistei seis ex-pescadores-lavradores: o interessante nisso é que um deles era do Saco Grande e outro lavrador de Bom Jesus (interior do estado), os demais eram de Garopaba. Não encontrei lá nenhum de Ingleses, ou arredores. Depois procurei uma firma de vigilância, onde anotei endereços profissionais de nove ex-pescadores. No fim, entrevistei apenas um que era oriundo de Ingleses e recebi dele uma indicação de endereço de um senhor dono de uma lanchonete no Centro da cidade que era ex-pequeno proprietário de parelha de Ingleses. Por fim, ainda na cidade, depois de ter entrevistado o presidente da Colônia e do Sindicato dos Pescadores de SC, fui procurar os grandes

¹Marido, mulher e filho mais velho de uma família e marido e filho da outra família.

proprietários e/ou intermediários de pesca. Entrevistei separadamente dois irmãos, nas entrevistas mais longas de todas. Ainda, ao não encontrar o atual principal intermediário de Ingleses - por indicação de endereço de uma vizinha também entrevistada, que eu conhecia por motivos particulares (minha irmã é amiga da filha dela), entrevistei a sogra deste intermediário. Neste período voltei ainda quatro vezes a Ingleses para reatualizar dados ou mesmo completá-los face aos surgidos em entrevistas na cidade.

Em dezembro de 1984, enfim, dei por encerrado o período de entrevistas e parti para a análise dos dados contidos nelas.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA

Pretendo aqui analisar o movimento de migração dos profissionais da pesca para a cidade como um dos momentos terminais do processo de expansão do capital até o litoral.

A pesquisa foi concentrada na comunidade pesqueira da praia de Ingleses do Rio Vermelho por se tratar de comunidade representativa da persistência da atividade pesqueira nos moldes artesanais. Caso significativo de um processo ou de uma situação mais geral, a descrição e análise das condições sob as quais se dá a transferência dos profissionais da pesca de seu ambiente de origem e sua chegada e adaptação ao meio urbano, enfatiza dois momentos: o de caracterização das comunidades pesqueiras e o de sua descaracterização.

O eixo central da análise é o papel determinante da estrutura de classes sobre o processo social da migração. Ou seja, tanto a lógica da migração é dada pela situação de classe que cada grupo de pescadores ocupa no processo de produção econômica, quanto a assimilação dos migrantes na sociedade de adoção é determinada por sua posição na divisão social do trabalho.

Como movimento inserido num processo histórico global, a migração remete à análise da constituição da economia regional.

O povoamento do litoral de SC, no século XVIII, foi

feito por migrantes açorianos que, por longo tempo, tinham a atividade econômica fundamentada na pequena produção privada familiar. No início esta produção era dedicada à lavoura de subsistência, depois foi intensificada para suprir as necessidades urbanas da época.

Notadamente agricultora, a população do litoral da Ilha de SC tinha a pequena pesca como atividade sazonal. A venda ou troca do pescado possibilitava a aquisição das mercadorias que não eram produzidas pela agricultura ou pelo artesanato.

Com o advento do século XX, tal realidade foi modificada face ao desenvolvimento das formas econômicas capitalistas. A partir daí, houve maior pressão sobre a terra - pela especulação imobiliária -, em consequência da expansão urbana e do turismo. E também foi intensificada uma economia de consumo.

Foi assim que o lavrador, não podendo mais se reproduzir, voltou-se para a atividade pesqueira¹. A transferência da atividade agrícola para a atividade pesqueira também se explica por questões como o esgotamento dos solos, repetidas pragas na lavoura de mandioca² e competição com produtos agrícolas de áreas do interior. Enfim, a desorganização da pequena agricultura litorânea - proporcionando baixas rendas, fez com que os produtores cada vez mais se inserissem na pesca. (Lago & Gouveia

¹Ver BECK et alii (1984:04-29).

²A mandioca sempre destacou-se como o principal produto cultivado no litoral da Ilha de SC. Ver BECK et alii, 1984:33.

citado por Diegues, 1983:123).

Lago (1983) empreendeu uma pertinente análise demonstrativa do caráter de campesinato desta população voltada à pequena produção agrícola na Ilha de SC. Assim, afirma, de acordo com Kautsky (1972), que foi a perda e o parcelamento da terra, num primeiro momento, e a venda ou arrendamento dela, num segundo momento, que fez com que o camponês ficasse cada vez mais dependente de uma atividade complementar ou trabalho acessório - no caso, a pesca - como principal fonte de subsistência da família. Deste modo, completando o processo de proletarização do camponês.

Assim, desde a gradativa passagem da atividade agrícola para a atividade pesqueira, a situação dos agentes produtivos é cada vez mais dramática. O processo dinâmico, intensivo, das relações capitalistas vitima o pescador de dois modos: De um lado, pressionando sua terra, tirando-lhe o acesso ao mar (pela ocupação da faixa de praia por casas ou estabelecimentos trazidos pelo turismo) e submetendo-o a subempregos quando impossibilitado de pescar. De outro lado, explorando seu trabalho na pesca, pela formação de uma extensa rede de intermediários no processo de comercialização do sobretabalho: o não-pagamento do valor real.

A pesca é uma atividade produtiva exercida sobre recursos não sujeitos à propriedade. O mar que os contém e a praia à qual afluem, são bens de domínio público controlados pelo Estado. No entanto, em nome de uma maior produtividade, o desenvolvimento histórico das técnicas de captura promove a gradativa separação entre capital e trabalho. A apropriação priva-

da dos instrumentos de produção passa a definir as relações sociais. Estas se expressam, então, pela oposição entre aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção (cada vez mais definindo-se como não-produtores) e aqueles que não a detêm (simples produtores). Deste modo, a relação entre o trabalhador e o objeto de seu trabalho reflete a impossibilidade técnica que ele tem para fazer funcionar "por conta própria, os instrumentos para apropriação do objeto comunal". Porque a propriedade torna-se a mediadora indispensável para o acesso aos recursos naturais comuns. (Pessanha, 1977: 138).

Portanto, a reposição dos meios de produção do pescador é dificultada até o ponto de inviabilizá-la. Isto provoca alternativas de sobrevivência, como a migração para áreas que oferecem possibilidades diversas de reprodução social, aliadas a benefícios de conforto material, inalcançáveis na praia³.

A problemática ora em estudo foi encarada sob dois ângulos: por um lado, sob a ótica da expansão das relações capitalistas de trabalho à praia - provocando a desarticulação das estruturas tradicionais. E, por outro lado, sob a ótica da urbanização: a cidade como força centrípeta, plena de possibilidades de realizações. Pois partindo do pressuposto de que a migração é determinada historicamente pela expansão do modo de produção capitalista, pude verificar na pesquisa os dois tipos de migrantes definidos por Martins (1973:22). Um tipo de migrante é aquele que é reduzido à condição de trabalho livre, dono

³Local da atividade de produção pesqueira.

unicamente da sua força de trabalho. O outro tipo⁴ é aquele que migra "para realizar as necessidades de livre circulação do capital", geralmente dono de um pecúlio que aplica no comércio ou na indústria.

No primeiro tipo definido encontra-se o pescador artesanal⁵. A pesca artesanal é um processo de trabalho cujo saber tradicional é transmitido pelos pais a seus descendentes. A tecnologia empregada não apresenta inovações consideráveis e tem baixo poder de predação, sendo aplicada num limitado espaço ecológico. O processo de trabalho propriamente dito se organiza na esfera doméstica (unidade familiar nuclear ou extensa) ou grupo de vizinhança. Mas envolve uma certa divisão do trabalho, por exemplo: funções que não participam da captura: como o artesão fazedor das embarcações. A captura do pescado é feita com instrumentos de trabalho (redes, espinhéis, canoas etc.), de propriedade familiar ou individual e a apropriação do produto é regulada pelo sistema de parceria. A produção não se organiza em grande escala e, muitas vezes, o proprietário da embarcação também é um dos pescadores e/ou comprador da porção destinada ao mercado. Enfim, a pesca artesanal pode ser caracterizada como um subsetor do setor de subsistência, onde predomi-

⁴ Por sua especificidade, tal tipo será amplamente discutido nos capítulos 02 e 03 desta dissertação.

⁵ De acordo com o artigo nº 13 do Anteprojeto do Código de Pesca da SUDEPE: "A pesca é artesanal quando exercida diretamente por pescador profissional independente, com aparelhos próprios de produção, só ou com ajuda de sua família ou, ainda, em parceria com outros pescadores.

Parágrafo único: Não se considera artesanal a pesca exercida com o emprego de embarcações maiores de 20 (vinte) toneladas de arqueação bruta". (SUDEPE, 1981:09).

nam as relações afetivas⁶.

Embora, a princípio, o pescador produza para sua subsistência e de sua família, a principal característica de sua atividade econômica é a produção total ou parcial para o mercado. Portanto, o pescador produz valores-de-troca, "isto é, o produto final, o pescado, é realizado tendo-se em vista a sua venda". (Diegues, 1983:149). Devido à baixa e irregular produtividade, o pescador trabalha, geralmente, no limite de sua resistência. Por isso, tem que ultrapassar a quantidade de horas socialmente necessárias definida pelo movimento de preços no mercado capitalista. Quando do processo de comercialização, este trabalho excedente socialmente reconhecido é apropriado pelo comerciante.

O aprimoramento tecnológico e as pré-condições de financiamento às inovações pelo governo, por só estarem ao alcance de uma minoria - a que tem condições financeiras - aumenta as desigualdades internas ao ambiente de pesca, conduzindo à intensificação das relações de exploração e expropriação inerentes ao sistema capitalista (ainda que na praia mantenham-se determinadas características que lhe são atípicas: tais como relações afetivas e de compadrio, por exemplo).

No entanto, apesar de reproduzirem o processo de produção de capital, os pescadores não participam de uma relação assalariada, típica em trabalhos capitalistas. Alguns detêm a propriedade dos instrumentos (sem os quais não se pode retirar

⁶Conforme Diegues, 1983; Kraemer, 1978; Ivo, 1975; Rios, 1975.

o produto da natureza, mesmo sendo o mar acessível a todos - em princípio: o principal meio de produção). Quando não são proprietários, ainda que se dê a separação capital/trabalho, a relação assalariada não ocorre formalmente, pois os pescadores que trabalham para os donos dos aparelhos ao invés de salário recebem parte da produção em espécie ("quinhão").

O crescimento da industrialização na produção pesqueira interferiu sobre a produtividade (qualidade/quantidade) da pesca artesanal, afetando a situação sócio-econômica do seu profissional. Sem condições de competir com o barco de pesca (que obtém o produto em alto-mar); a mercê da "sorte" de capturar peixes em número, tamanho e qualidade valorizados no setor de comércio; sujeito às redes de intermediação na venda do pescado; dependente, enfim, de condições climáticas favoráveis -, o pescador artesanal é compelido a dispender mais horas no trabalho.

Por isso, os pescadores recorrem a trabalhos acessórios - empregando-se nos barcos de pesca em alto-mar, durante safras específicas (migração sazonal) ou trabalhando como mão-de-obra não-especializada (na construção civil, por exemplo). Deste modo, acelera-se o processo de empobrecimento do pescador artesanal, desestimulando seus descendentes a seguirem a mesma profissão.

Nesta perspectiva, surge a cidade acenando com a "segurança" de empregos assalariados; na realidade de Fpolis restritos ao setor de serviços - com empregos notadamente em área de serviço público (guarda de patrimônio, funcionário da Prefeitura, polícia militar, etc.) e construção civil.

DUAS TEORIAS

O processo de migração interna é aqui encarado dentro da temática do desenvolvimento, resultado da dinâmica da acumulação e expansão capitalista.

Em termos gerais, analisar "desenvolvimento/subdesenvolvimento" tem sido tarefa de duas grandes correntes de pensamento: 1) a Teoria da Modernização, fundamentada no modelo funcionalista e 2) a Teoria da Dependência, com sua análise histórico-estrutural, fundamentada no modelo marxista.

O primeiro enfoque, amplamente sistematizado, é especialmente voltado à análise da mudança social nos países em desenvolvimento e à dinâmica da integração/não-integração no interior desses países. Assim, a dinâmica da migração interna é tida como um dos principais processos de mobilização social de transformação de sociedades "tradicionais" em sociedades "modernas" - que ocorre em etapas.

Tal enfoque dá especial importância aos aspectos demográficos (pressão do crescimento populacional nas áreas rurais) e psicossociais (motivações dos indivíduos que migram, regidas pelo nível normativo, isto é, dos valores pessoais).

Baseada nos moldes funcionalistas, a Teoria da Modernização pretende definir os desajustes advindos dos processos de industrialização e urbanização.

A Modernização seria um processo global que em cada país apresenta componentes diferentes em sequência e velocidade, de acordo com as circunstâncias históricas internas e externas.

Fundamentada em etapas, a transição histórica a ser

realizada pelos países do 3º Mundo ("em desenvolvimento") seria semelhante à percorrida pelos países atualmente avançados.

Neste enfoque, o desenvolvimento sócio-econômico traduz-se como sendo a passagem de uma sociedade "tradicional" para uma sociedade "moderna", diferenciando-se nas seguintes etapas (Germani, 1974:57-64):

- a) a sociedade tradicional,
- b) o começo da dissolução da sociedade tradicional,
- c) a constituição de sociedades dualistas, e
- d) a mobilização social das massas.

Sendo a forma do processo de desenvolvimento latino-americano, a última fase (mobilização social), iniciada a partir dos anos 30, e caracterizada pelas migrações internas.

As migrações internas, por sua vez, seriam uma resposta às pressões populacionais no campo ("pólo tradicional"), e às aspirações a um modo de vida "moderno", estimuladas pelos meios de comunicação de massa (próprios dos quadros urbanos). Assim, a análise da mobilização, enquanto processo de mudança social, abrange uma série de momentos. São eles:

- 1) o grau de integração na estrutura tradicional,
- 2) o início da ruptura e encaminhamento da desintegração,
- 3) o "deslocamento" ou "desacomodação" psicológica de indivíduos, grupos ou setores sociais,
- 4) a resposta a tal deslocamento - dada como retraimento, disponibilidade ou "mobilização psicológica" dos indivíduos, grupos ou setores sociais,
- 5) a mobilidade objetiva (ou física) e, por fim,

6) a reintegração numa nova estrutura.

Um dos mais significativos representantes do enfoque da Modernização, Gino Germani (1974:141), de acordo com S. Einstadt, delimita que a análise do processo de migração interna deve incluir:

a) a análise da motivação para migrar, devido às circunstâncias do lugar de origem, que estimulam o processo migratório e a influência e imagem do lugar de destino sobre o lugar de origem e a atuação de ambos sobre a decisão de migrar;

b) a análise do processo migratório implica as características da população que migra e as circunstâncias do deslocamento;

c) a análise da absorção dos migrantes nos quadros sociais e culturais da nova sociedade.

Ao formular um esquema teórico para estudar as migrações, a Modernização distingue três níveis de análise:

1) Nível ambiental ou objetivo: (fatores "expulsivos", tais como condições de vida, prevalecentes no campo; a taxa de crescimento demográfico; a relação população/terra; a demanda de mão-de-obra etc.).

Este nível envolve o estudo dos fatores objetivos de expulsão e de atração e o estudo da natureza e condições de comunicação, acesso e contato entre as áreas de origem e de destino;

2) Nível Normativo: estuda as crenças, normas, pautas, valores - expectativas que constituem a referência das pessoas quanto à percepção e à avaliação das condições objetivas;

3) Nível Psicossocial: Avalia as características dos indivíduos concretos, suas expectativas, atitudes, motivação, personalidade etc., que estão implícitos na decisão de migrar, de forma direta ou não.

Deste modo, para o enfoque da Teoria da Modernização, a decisão de migrar não seria diretamente determinada pelos fatores objetivos de atração e de expulsão: entre esses dois fatores estariam o nível normativo/valorativo introjetado pelo indivíduo e suas características pessoais. Os três níveis indicados são interdependentes.

Na análise dos processos migratórios na América Latina a Modernização privilegia a migração rural-urbana, tendo-a por predominante e por isso, o principal fator de crescimento das grandes cidades. Assim, as migrações internas seriam provocadas pelas deficiências da estrutura agrária e pelo crescimento populacional no campo. Uma das principais características dessa postura teórica é a análise dos problemas de absorção dos migrantes rurais pela sociedade urbana - "pólo moderno", por excelência -, como provocantes da desorganização da personalidade do migrante.

De acordo com o acima exposto, verifica-se que a Teoria da Modernização empreende uma análise de caráter psicológico. A ênfase nas atitudes, opiniões e experiências individuais reduz a estrutura social à apenas uma soma das características próprias ao ator social e, por isso, muito próximas aos "motivos pessoais". A migração é analisada a partir de sua própria manifestação. Assim, para a Teoria da Modernização, a estrutura social global torna-se tão somente um dado de refe-

rência, ao invés de ser tida como uma variável em relação a qual se define a migração. Pois para a Teoria da Modernização a dimensão social é explicativa da econômica.

A Teoria da Modernização identifica o subdesenvolvimento como um estágio tradicional atrasado, anterior ao estágio de desenvolvimento. Entretanto, sabe-se que historicamente a constituição do subdesenvolvimento adveio do tipo de relações mantidas pelas nações mercantilistas com outras nações no decorrer de sua expansão⁷.

O segundo ângulo de análise é empreendido pela Teoria da Dependência. Representada pelo "histórico-estruturalismo", tenta uma explicação de caráter globalizante, ou seja, a migração interna é encarada como resultado do processo de desenvolvimento capitalista das sociedades, com características específicas conforme os aspectos desse processo.

Assim como o enfoque da Modernização, o Histórico-Estruturalismo aponta as diferenças entre o modo como o processo de desenvolvimento capitalista está se dando na América Latina e o modo como ocorreu nos países de industrialização primária, especialmente nos da Europa.

A Teoria da Dependência busca explicar as diferenças entre as diversas características estruturais que aparecem no processo de formação das sociedades capitalistas "centrais" e "periféricas" (ou dependentes), enfatizando as formas de vinculação entre elas, referentes aos aspectos econômicos, políticos, sociológicos e culturais (Kowarick, 1977:65).

⁷Ver Machado, 1970: 182-187.

Partindo da análise do surgimento da industrialização e do sistema capitalista do desenvolvimento regional, do mercado de trabalho e das peculiaridades da dependência, as migrações internas são encaradas através da análise histórica e sócio-econômica das sociedades onde ocorrem.

Porque as sociedades subdesenvolvidas são, além de contemporâneas, dependentes das sociedades industrializadas, o processo de industrialização da Europa afetou demográfica, espacial e economicamente os países dele dependentes.

Nos países latino-americanos a industrialização é limitada pela própria situação periférica e dependente em relação aos países "centrais". Por outro lado, a persistência do sistema tradicional de posse da terra e a pressão populacional no campo desorganizam a estrutura agrária⁸. Isto provoca uma concentração populacional acelerada nas cidades, sem a respectiva inserção da maioria de tais contingentes na estrutura produtiva urbana, agravando os desequilíbrios regionais e rurais-urbanos. (Singer, 1980:34-44)..

Sob tal ângulo de análise, o fato de que a industrialização e o desenvolvimento ocorrem de forma diversa nos países latino-americanos não se responde pelas diferenças nas sequências e nos ritmos dos subprocessos envolvidos. Também não se explica pela defasagem no ritmo de crescimento ou no fato de

⁸ Estes denominados "fatores de estagnação" por Singer. Além desses haveria os "fatores de mudança", representados pela introdução das relações capitalistas na atividade agrária, liberando mão-de-obra com a expansão tecnológica. Ver Singer, 1980: 38.

que a industrialização ocorre depois da urbanização (como na Teoria da Modernização). Para o Histórico-Estruturalismo as formas que esses processos assumem se explicam pela posição que os países latino-americanos ocupam nos processos de industrialização e de desenvolvimento capitalista mundial.

Por isso, a migração é analisada como um "processo social" inserido nos processos gerais de mudança na América Latina. Assim, reconstitue-se o quadro histórico-estrutural no qual ocorrem os processos migratórios. O processo migratório será, então, compreendido quando conectado com os outros processos que compõem a estrutura social, tais como o da urbanização, da industrialização etc.

Os pressupostos teóricos do Histórico-Estruturalismo voltam-se à conceptualização do desenvolvimento enfatizando o processo de formação histórica dos países latino-americanos enquanto dependente.

UMA (RE)VISÃO HISTÓRICO-ESTRUTURALISTA SOBRE OS PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO BRASIL

A década de 1930 marca o início da inserção da indústria como eixo básico da acumulação do capital em substituição à empresa agrária. Isto deveu-se, entre outros fatores, à impossibilidade de se manufaturar internamente os produtos dos quais o país dependia via importação: processo afetado pela depressão econômica de 1929 e a 2^a Guerra Mundial.

Tal transformação acarretou uma maior centralização do aparelho de Estado, cujo conseqüente fortalecimento permiti-

tiu intensificar a concessão de benefícios às massas urbanas re queridas pela industrialização (tais como legislação trabalhista, incentivos cambiais, etc.) em detrimento de vantagens ao setor agrário-exportador⁹.

Não se pode ignorar, entretanto, que interesses de controle moviam a política em relação à mão-de-obra urbana: o populismo, a estrutura sindical e a legislação trabalhista configuram atitudes paternalistas de manipulação. Por outro lado, de todo modo, o nível de vida da população urbana elevou-se significativamente em relação ao nível de vida da população agrária. Isto fez com que esta última aspirasse a iguais benefícios, caracterizando o processo de deslocamento rural-urbano, ao fim do qual se percebe o inchamento das cidades e a ampliação do chamado "exército de reserva" da economia industrial.

Gradativamente, pois, a população urbana aumentou, por razões como:

1) o fim da autonomia dos Estados (unificando o mercado interno e diminuindo o poder das oligarquias locais sobre a população rural) - dando-lhe maior mobilidade;

2) o interligamento das principais regiões nacionais pela construção de uma rede rodoviária (facilitando grandemente as migrações internas);

3) o controle da taxa de mortalidade, que elevou a

⁹ Acrescenta-se a isso o fato, a nível nacional, de que a acumulação de capital via indústria concentrou-se espacialmente na região Centro-Sul - passando a determinar "uma deterioração econômica, tanto agrária como urbana das regiões periféricas (Nordeste e Extremo-Sul)". (Lopes, 1981:25).

esperança de vida das populações em geral (acarretando o crescimento do exército industrial de reserva - na cidade - e da pressão sobre a terra - no campo -, conduzindo à emigração rural). (Singer, 1980:122).

Contudo, muitas vezes a urbanização independe do desenvolvimento industrial regional. Com as cidades surgindo como centros de difusão do "estilo urbano de vida" através dos meios de comunicação de massa, expansão da troca monetária etc., as populações de áreas não-citadinas afluem a elas almejando partilhar de seus benefícios. (Pereira, 1973:60). Nas cidades com desenvolvimento industrial mais fraco a carência de empregos é maior, forçando grande parte da população ao desemprego ou subemprego, "num setor pseudo-terciário" constituindo

"o que é frequentemente chamado de população 'marginal', embora este fenômeno também esteja presente nas cidades mais dinâmicas" (Oliven, 1980:71).

Na realidade em pauta verifica-se que cada vez maior contingente da população pesqueira migra definitivamente para a cidade, estabelecendo-se em sua periferia (morros, mangues) - áreas sem quaisquer infra-estrutura, preteridas pela população urbana.

Numa outra face do mesmo processo - via crescimento da área urbana e turismo - as comunidades pesqueiras se transformam em núcleos periféricos à cidade, agravando o quadro de pauperização que lhes é característico face às relações de extrema proletarização (em suas diversas formas) nelas mantidas. (Beck et alii, 1981:29).

A PROBLEMÁTICA E A TEORIA

Em se considerando ser a migração um fenômeno reflexo, ao qual são subjacentes processos e transformações econômico-sociais profundas, seus determinantes essenciais têm por base a estrutura de produção.

Face ao exposto na delimitação da problemática deste trabalho, fica claro não ser a migração um fenômeno estanque, isolado. Antes, a migração é uma manifestação sociológica de um esgotamento das possibilidades de adaptação a uma dada reorganização das estruturas tradicionais de produção econômica. Isto é, a migração, além de ser um processo social, está conectada com vários outros, tais como o da urbanização, da industrialização, da "terciarização" etc.

Sendo um processo social, o agente do movimento migratório não é o indivíduo e, sim, o grupo, que se desloca por razões de classe e não por motivos pessoais¹⁰. No outro sentido do movimento, ainda sob a perspectiva da estrutura de classes, há a estrutura de dominação (sob a forma da política econômica, por exemplo) que acaba por impor o deslocamento do grupo (condicionando seu início, direção, volume e seletividade). (Oliveira & Stern, 1980:262).

Tal deslocamento de uma classe social cria o que Singer (1980:52) denomina "fluxo migratório". Este, a ser determi-

¹⁰ Ainda que subjetivamente estes se manifestem, no quadro geral das condições, contribuindo para determinar quais membros do grupo migram antes que outros. (Já que todos não partem ao mesmo tempo; é um processo gradual). Ver Singer, 1980:52.

nado no tempo e no espaço, permite a diferenciação entre "área de origem" (aquela onde ocorreram as transformações sócio-econômicas que levaram à migração) e "área de destino" (que pode ser "de origem" para outra classe social). Os fluxos migratórios são compostos de vários momentos (passagem gradativa por várias áreas antes da "de destino"), em cujo transcorrer novas classes sociais podem se formar, enquanto outras podem desaparecer.

Quando na área de destino, mecanismos de solidariedade familiar e vicinal interferem grandemente na adaptação¹¹ do migrante recém-chegado. Deste modo, o lugar a ser ocupado na estrutura social é em significativa parte pré-determinado por sua estrutura de classe anterior. (Duhran, 1973:190). Enfim:

"O migrante, que busca a cidade e que a constrói, vai nela encontrar a liberdade e a negação desta liberdade de dispor de si mesmo enquanto força de trabalho. Esta condição clara, dentro de uma perspectiva teórica, assume na formação social brasileira atual uma dimensão de crise. Premido a abandonar o campo, incapaz de ser absorvido pelas cidades pequenas, o indivíduo migra para os grandes centros urbanos buscando vender sua força de trabalho para poder sobreviver. (Grifo meu-RVC). Entretanto, estes grandes centros, esgotados em sua capacidade de absorção, passam a concentrar uma força de trabalho de reserva, além dos limites seguros e controláveis pelo sistema capitalista". (Blay, 1979:15).

Dentro desta perspectiva surge a questão do pescador enquanto migrante - incluída a discussão de sua inserção na estrutura de classes.

¹¹ Também a motivação para a migração para uma dada área se dá por tais mecanismos - num processo denominado "ideologia da migração" (Souza, 1980:37). Ainda, a família e os parentes são os grupos que persistem quando da passagem de uma ordem sócio-econômica à outra. Ver Capítulo 03 desta dissertação.

Privado da propriedade dos meios de produção, que o caracterizaria como produtor independente direto; o pescador submete-se ao jogo dos proprietários desses meios, dos quais depende para poder retirar o produto da natureza, e aos quais fica ligado sob domínio face à manutenção do seu nível de subsistência. Isto é, o pescador se reproduz no limite de sua resistência. Tal como o operário, o pescador fica reduzido à mera possibilidade física. Apenas com a propriedade da sua força de trabalho, o pescador migra para poder vendê-la, para colocá-la no mercado em troca de um salário. Deste modo, livre para o capital, o pescador vê-se descaracterizado em sua atividade profissional e sua situação no mercado, num primeiro momento, assume os contornos daquela definida por Marx (1982:830-1) como acumulação primitiva. A situação do pescador, entretanto, em sua conjuntura histórica, não decorre de um processo de acumulação do capital, mas sim - e decisivamente - de sua expansão, de sua inserção numa relação social de produção caracterizável como de trânsito de uma forma de produção à outra.

CAPÍTULO II

PRAIA

"Beira do mar, todo mar é um começo
do caminhar p'ra beira de outro lu-
gar"

Gilberto Gil

É no espaço geográfico da "praia", com suas condições físicas e biológicas específicas, que se desenvolve o conjunto das relações sociais de produção analisadas neste trabalho, como próprias à área de origem da migração. Assim, a "praia" é aqui considerada reflexo do modo de organização social de produção que nela se desenvolve e, por isso, um produto histórico com sua dinâmica própria.

Há na "praia" dois¹ modos de organização social da produção que serão aqui considerados: a pesca dos pescadores-lavradores e a pesca artesanal propriamente dita².

O "espaço litorâneo", o "espaço costeiro" e o "espaço oceânico" são os três tipos de locais de pesca distinguidos por Diegues (1983:114-116). Em Ingleses a pesca tem sido desenvolvida nos dois primeiros tipos referidos, próprios à exploração da pequena produção pesqueira mercantil, por sua característica de enseada³. Além disso, como lembra um informante:

¹Entre outros, como a produção do artesanato e o trabalho assalariado permanente ou sazonal.

²Ver o capítulo I desta dissertação: "Delimitação da Problemática" pp. 15 a 17.

³"Historicamente existe uma certa correlação entre os graus de

"Pesca sempre teve, onde tem água sempre tem pesca, ainda mais uma praia dessa. Tu vê que eles fizeram a Colônia aqui, que já é uma praia mais calma, se fosse o Santinho* já não daria, né?"

Portanto, a própria constituição histórica da comunidade enquanto de pesca artesanal ou associada à agricultura de subsistência está relacionada ao ambiente ecológico propício.

Na realidade de Ingleses e Garopaba⁴ a atividade pesqueira pode ser definida nos quadros da pequena produção mercantil simples do pequeno produtor litorâneo (a produção dos pescadores-lavradores) e/ou da pequena produção mercantil dos pescadores artesanais.

No primeiro tipo⁵, a pesca está inserida no âmbito das atividades tipicamente agrícolas, que são "a base da subsistência e organização social desses pescadores" (em SC voltada ao cultivo de mandioca, milho e feijão, ao qual se associa a produção do artesanato⁶). Veja-se o depoimento de um informante entrevistado:

Cont.

desenvolvimento das forças produtivas sociais e o tipo de dimensão espacial dos ecossistemas limitados espacialmente tais como os lagunares (estuários, foz de rios, baías fechadas, enseadas, recifes, corais - DIEGUES, 1983:114). A exploração do ecossistema oceânico que implica conhecimentos especiais de navegação, tamanho e potência adequada de embarcações, se fez historicamente fora dos quadros de pequena produção mercantil", (DIEGUES, 1983: 108).

*Nome de uma praia de mar grosso, ao lado da praia de Ingleses.

⁴Nome de uma praia do litoral sul de SC, próxima à cidade de Tubarão, de onde provêm muitos dos ex-pescadores-lavradores entrevistados.

⁵Tipo definido a partir de DIEGUES, 1983:148-156.

⁶Conforme um informante: "Minha mãe trabalhava com tear, fazendo roupa, tecia 'manta', tecia o que nós chamava 'o riscado', pra fazer calça, né? Tecia muito pra fora. Ela mesma tecia o fio de algodão, ela fiava, tinha a roda, né? Aquelas roda de

"(...) E quase todos os pescadores são de lavoura também, quase todos eles. Pessoa que pesca todo eles trabalham em lavoura também. A pescaria sem pre teve um outro trabalho associado. Quase sempre o pescador são de lavoura porque, vamos dizer, se eu vou pescar, se eu vou lá 'pruma' pare lha pescar, mas tem a época que dá o peixe, então no meio daquela época que não tem o peixe eu tenho que ter alguma coisa pra fazer, né? (De um ex-pescador-lavrador, migrante de Garopaba em 1954).

A pesca é praticada em períodos de safra (tainha, enchova, por exemplo) em alguns meses do ano com maior dedicação -, fora deste períodos ela é praticada para a produção de valores-de-uso, isto é, para o consumo individual e/ou familiar.

Veja-se o depoimento de um informante de Ingleses:

"As pessoas toda a vida tentaram... Rio Grande... Muita gente... Eu fui duas vezes pro Rio Grande. Eu pescava lá no Rio Grande, Canoas. Lá assim que nem, como na praia dos Ingleses, né? Agora tem barco lá. Eu trabalhava lá em pesca de praia. (...) Então a primeira vez eu tive um ano e pouco, aí eu vim em casa, fiquei 8 meses, né? Noivei. Depois fui, tive mais 8 meses. Aí me casei. Depois de casado não fui mais, não valia a pena. (...) Eu não gosto muito da pescaria, não. Fui pra lá porque precisava ganhar dinheiro, ver se a gente melhorava de vida. Ingleses agora é que 'coisa', né? Pra fazer a vida assim, Ingleses não dá, né? Vamos supor: a gente é da lavoura, então não tinha aquele..., não pescava direito, sabe como é? Porque tinha que acudir a lavoura e porque lá na praia sempre tinha gente que agora é que não tem - mas sempre tinha gente pra pescar. Sempre dava uma pescada assim, na tainha, né?, que precisava muita gente porque dava muito peixe, mas assim, pescaria mesmo, pra outra pescaria então tinha os outros ali na praia, né? Tinha muita gente. Agora é que não tem mais. Eles partem muito pro barco. Mas pra viver de pesca então a gente tinha que ir pra fora, né? Nós trabalhava lá (Rio Grande) 5,6 meses. Depois fazia a conta, recebia e via, se dava pra 'arrancar', a gente voltava, mas se não dava não adian

Cont.

tear. Inclusive eu ajudei muito a botar 'a teia', aquela 'teia', né? nós chamava: do tear".

tava (...)"'. (De um pescador-lavrador de Ingleses, migrante para Fpolis em 1968).

Muitas vezes, também, o produto da pesca é vendido, constituindo-se num dos principais meios de obtenção do dinheiro necessário para a compra de outras mercadorias (exemplo no depoimento de número 01, abaixo) ou trocado por outros produtos imprescindíveis (exemplo no depoimento de número 02, abaixo):

Nº 01: "Era o seguinte, a gente trabalhava na lavoura e trabalhava na pescaria 'pra bôia' né? Pra arrumar pra comer e quando matava, que pegava peixe que sobrava, a gente vendia também, né? Mas se virava mais da lavoura, a lavoura era pra vender. (De um ex-pescador-lavrador de Ingleses, migrante para Fpolis em 1968).

Nº 02: "(...) tinha época, quando às vezes não tinha nada dentro de casa, praticamente, ele (o pai) passava aqueles peixes mais bonitos, trocava por farinha, não sei o que mais, né? Porque na venda era um bocado longe, o cara tinha que andar quilômetros a pé, hoje não. Naquele tempo não tinha essa exploração de hoje em dia, cada um fazia por si e acabou-se". (De um ex-pescador artesanal, filho de um ex-pescador-lavrador de Ingleses, migrante para Fpolis em 1968).

Neste tipo, geralmente, as unidades de trabalho são os membros da família, tanto no exercício da atividade agrícola, quanto no da atividade pesqueira. Ou seja, o grupo doméstico é o eixo do processo produtivo. Assim, a intensidade do trabalho é dada pelo número de pessoas da família diretamente envolvidas nas atividades. A divisão do trabalho limita-se aos critérios de sexo e idade: as mulheres associam a roça aos serviços domésticos e os homens associam a pesca à lavoura. Então, a pesca é uma atividade complementar. Os dois depoimentos abaixo ilustram bem esta realidade:

"Meu pai pescava também e trabalhava com roça. Mas meu pai faleceu muito cedo. Ele faleceu com 30 e..., parece com 32 anos de idade, que ele faleceu. Eu fiquei com a idade de 8 anos, quan-

do ele faleceu. Eram 7 filhos: 4 homens, 3 mulheres. A minha mãe criou nós todos. Ficou trabalhando na roça e o meu irmão mais velho, que na época que o meu pai faleceu ele tava com 10 anos de idade e ele ficou..., aí ele pegou o encargo de pescaria, né? Tarrafear e pescar naqueles costão lá do Mar Grosso. E assim foi indo, pra ajudar a criar nós, né?" (De um ex-pescador-lavrador de Garopaba, migrante para Fpolis em 1954).

"Lá em Ingleses, o que tinha 'boa cabeça de aprender', aprendia e o que a cabeça era ruim andava um ano, dois anos, o pai aborrecia, tirava da aula. Muitas vezes o filho abandonava, nunca ia. E era assim, precisava de gente pra trabalhar mesmo, muitas vezes queria plantar um pedaço de mandioca já faltava gente. Era pequeno, mas - como se diz - duas ou três planta que ele plantava os outros já não plantava, né?" (De um pescador-lavrador de Ingleses, migrante para Fpolis em 1968).

Na atividade pesqueira dos pescadores-lavradores, na maioria das vezes, o trabalho familiar constitui a base na confecção dos instrumentos de pesca (tarrafas, redes). O pescador-lavrador pesca principalmente em lagunas, baías fechadas ou dentro de ambientes protegidos por pedras, onde os peixes acostam, não sendo necessário procurá-los em alto-mar. Confira-se no depoimento abaixo:

"Lá em Garopaba eu fazia tarrafa também, rede eu quase não fazia, porque naquela época eu pescava mais de tarrafa. Era mais na lagoa, a tainha 'de couro', mas era de tarrafa. (...) Quando eu casei (...) fiquei trabalhando na lavoura mesmo, pescando, mas era uma vida muito ruim, a gente trabalhava na roça, no sol, chegava de noite tinha que pegar uma tarrafa, ir lá dentro d'água pegar um camarão ou matar um peixe na lagoa pra comer". (De um ex-pescador-lavrador de Garopaba, migrante para Fpolis em 1954).

Assim, este pequeno produtor litorâneo não vive somente da pesca, sendo que a domina dentro de estreitos limites técnicos e ambientais:

"Lá em Garopaba eu pescava no Mar Grosso, pescava de caniço, então, e pescava de tarrafa na lagoa, na praia também. Eu pescava por minha conta, né? Eu trabalho na roça também, né? Da lavoura também. Sempre foi assim, as duas atividades". (De um ex-pescador-lavrador de Garopaba, migrante para Fpolis em 1954).

Quando no exercício da atividade agrícola ou os pescadores-lavradores são proprietários de pequenas extensões de terra:

"(...) um lavrador fraco, como nós era naquela época, a gente plantava pouco, tinha pouca condição de trabalhar, né? Pouca terra também. Então a gente plantava aquela roça, às vezes dava boa, mas tinha, também, tinha ano que a gente plantava e dava pouco. Nós trabalhava mais era com mandioca, com feijão e milho que se plantava, né?". (de um ex-pescador-lavrador de Garopaba, migrante para Fpolis em 1954).

Ou, geralmente no caso de Ingleses, trabalham sob o regime "de meia", ou seja, na repartição do produto conseguido com o trabalho, o proprietário da terra da lavoura recebe duas partes e o trabalhador uma parte do total colhido:

"(...) a terra era deles, nós plantava 'de meia', dava o 'terço', duas partes pra eles e uma parte pra nós. O meu tio tinha terra, nós plantava lá, mas também não dava nada, a terra era fraca.(...) As terras ali era tudo 'de herdeiro'." (De um pescador-lavrador de Ingleses, migrante para Fpolis em 1968).

Tanto para a pesca quanto para a lavoura, o contato desses pequenos produtores com o mercado se dá através do intermediário. Inicialmente pequenos comerciantes próximos compram o pequeno excedente agrícola para repasse em vilas ou cidades; a medida, no entanto, em que a pesca se intensifica - propiciando maior excedente - aumenta também a dependência dos produtores em relação ao intermediário. Conforme um depoimento de um ex-pescador-lavrador de Garopaba, migrante para Fpolis em

1954:

"Naquele tempo se vendia era nas 'vendas'. Lá não tinha mercado, não tinha feira, não tinha nada, lá era nas 'vendas', né? Então o comerciante lá comprava de nós e aí vendia pra fora".

e conforme o depoimento de um ex-pescador-lavrador de Ingleses, migrante para Fpolis em 1968:

"No lugar mesmo que se vendia. E, ... tinha vezes que a 'venda' mesmo comprava, tinha vezes que a 'gente na venda' (o comerciante) já trazia (mantimentos), levava daqui (da cidade) pra lá (Ingleses). Porque toda vida foi, né? Como ainda é, vai daqui (da cidade) pra lá (para Ingleses). Já acontecia isso. Então o camarada saía vendendo aquela..., oferecia lá pra um lá da praia, que agora tem pouca 'venda' porque agora é tudo veranista, né? Já acabou tudo. (...). Então a gente saía assim, quando tinha pra vender, quando não tinha quem comprasse aí oferecia na porta 'd'um, na porta do outro, um comprava, (...). Cada um é que se virava pra ver se vendia. E até se o camarada precisava ele (o comerciante das 'vendas') dizia: 'ô, por dinheiro eu não compro, só se tu fizer eu troco pela conta'".

Assim, como esse pequeno produtor não trabalha somente como pescador, as condições de sua produção acabam por se definir na lavoura, com a terra se tornando o meio de produção mais importante -como atestam os depoimentos a seguir:

"Peixe tem, mas é uma coisa que rende pouco, eles pagam pouco. No sítio, assim, o peixe não tem valor quase. A maioria não luta só com a pesca, tem uma roça também, as vezes dá". (De um ex-pescador-lavrador de Garopaba migrante para Fpolis em 1968).

E:

"Lá eu plantava mandioca, feijão, milho, pra vender e pra comer, né? Tinha ano que não dava nem pra comer. Mas o dinheiro que entrava era só da lavoura, né? (De um ex-pescador-lavrador de Ingleses, migrante para Fpolis em 1968).

Deste modo, a afirmação de Diegues (1983:153) serve para a realidade por mim pesquisada:

"Na medida em que as atividades de produção e consumo se realizam dentro da unidade familiar, que também detém os meios de produção e na medida em que inexistente uma acumulação de capital mínima, pode-se dizer que a atividade dos pescadores-lavradores é própria de uma unidade camponesa de produção".

O outro tipo (-pesca artesanal-), no qual se encaixa a maioria dos pescadores por mim entrevistados, retrata uma forma de produção mercantil ampliada além dos limites do grupo doméstico. A atividade pesqueira é basicamente voltada ao mercado e geralmente organizada em grupos de trabalho denominados "parelhas"⁷. Estes grupos são formados pelos proprietários dos instrumentos de produção (canoa, rede) e por "camaradas" trabalhadores, que têm funções de pesca (lançamento da rede na água do mar e cercamento dos cardumes) e despesca (puxada ou "arrasto" da rede para fora da água do mar). Ainda que um compromisso formal de pertencimento à determinada "parelha" só caiba aos "camaradas" durante períodos de safra (notadamente a tainha), normalmente os "camaradas" acabam por pescar sempre junto com o mesmo proprietário:

"Eu pesco por aqui com o pessoal do Ari. Quando era embarcado e vinha uns tempos pra cá, pescava aqui com eles também". (De um pescador artesanal, "camarada" em Ingleses).

O compromisso do proprietário para com os "camaradas", por sua vez, é mínimo, não havendo qualquer vínculo formal (contrato de trabalho): o proprietário recruta quem quer.

O produto obtido na pesca é dividido entre os partici

⁷Nome também referente aos instrumentos de produção. Provavelmente significando "par", formado por canoa e rede.

pantes da atividade conforme critérios específicos fundamentados na propriedade ou não dos instrumentos de produção e claramente beneficiários do proprietário. Do total obtido é descontado, isto é, é retirado do "monte" de peixe alguns que representam a rede (um "quinhão*"), a canoa (um "quinhão"), o gasto com o combustível da embarcação, e no "Canto" em Ingleses, um "quinhão" para uma camionete, esporadicamente usada para transportar a rede para secar nas dunas. O restante é separado em duas partes iguais: uma delas cabendo ao proprietário dos instrumentos de produção e a outra sendo dividida entre os "camaradas" pescadores (geralmente entre 8 e 12 homens). No caso de o proprietário ter participado do processo de captura propriamente dito, tem direito a retirar uma parte de "camarada" ("o corpo dele"). Esta divisão do peixe entre os "camaradas" muitas vezes é diferenciada por critérios de hierarquia funcional, ou seja, aqueles pescadores que exercem funções de maior "status" (atribuído pelo grau de responsabilidade com relação aos instrumentos e rendimento do trabalho dos "camaradas"⁸). Recebem mais do que uma parte do segundo⁹ monte de peixes. Ainda:

"O pescador tira "o-pra-comer". E tem o pescador que vende o peixe, ele só vende, o pescador só pesca para vender, né? Esses camaradas eles precisam um pouco de peixe pra casa, tem, levam quantidade pra casa, né? É 8, é 10 ou 15 peixes. Se é tainha tiram 10 ou 15 levam pra casa, o outro deixam. Se for demais aí eles vendem, daí o dono da rede vende tudo junto, depois é que faz a partilha. O dono recebe a metade. Então mata 100

* Quinhão = parte.

⁸ Na praia do Santinho, porque é "mar grosso", os remeiros recebem duas partes.

⁹ O primeiro monte é do proprietário, conforme à ordem citada acima.

peixes, 50 é da "camaradagem" e 50 é do dono. Quem paga o patrão é o dono da rede, com a parte dele. E o patrão recebe uma parte de "camarada" também porque ele trabalha, e recebe o "quinhão" que é patrão porque ele cuida da rede. Então ele recebe o "quinhão" que o dono dá." (De um proprietário de rede em Ingleses).

De posse do produto tanto o proprietário quanto os "camaradas" vendem o peixe para firmas especializadas na compra e industrialização:

"Nós temos muito comprador de peixe aqui em Ingleses. Vêm muita gente de fora comprar peixe aqui. Os "cerco" lá naquele "Canto" (da Igreja - RVC), eles vendem pra firma, se você chegar lá e quiser comprar o peixe não importa o preço que você pagar, você tem que comprar da firma, porque eles vendem pra firma. Quando chegam essas carretinhas pra comprar, eles pagam um pouco mais que a firma, eles vendem um pouco pra essas carretinhas também, mas é sempre a firma que leva. Quem "guenta" a mão aqui é a firma, né? Porque dá quantidade de peixe, onde é que a gente vai botar? Então a firma pega "o pouco" e pega "o muito". E essas carretinha só pegam 2, 3 carretinhas de peixe. Então eles não vão deixar de botar pra firma. Tem que botar é pra firma. Até aqui nós tem que botar é pra firma. Se vende também um pouco pro pessoal, mas quando é quantidade tem que botar é pra firma. O preço, as vezes, já se sabe, as vezes a firma já faz o preço, ou nós mesmos é que fizemos pra firma. Não tem preço certo, né? Hoje é um preço, amanhã é outro. As vezes hoje é um peixe mais miúdo, mais inferior, então é "pelo um" preço. Se é mais grado, peixe melhor, então é outro preço. É assim, cada peixe tem seu preço. O pescador sabe o preço, é o que faz o preço. Daí o cara da firma pode dizer: "Não, é caro, então não dá é por tanto". Daí eles vão se combinar. Essa transação é sempre feita entre o dono e a firma, o "camarada" não participa, não dá palpite". (De um proprietário de parêlha em Ingleses).

O caráter de acumulação dessas firmas é, normalmente, bastante grande, por pertencerem elas a proprietários de redes e canoas que pescam na praia. Assim passam a concentrar o trabalho e o capital. Ainda que, formalmente, não haja monopólio no setor de comercialização, a prática mostra que o proces-

so de distribuição e comércio do pescado está centrado na mão de poucas firmas -no caso de Ingleses: duas- donas de aparelhos de pesca e "promotoras" de pequenos financiamentos sob a forma de "vales", que acabam por comprometer e compromissar o pescador com a firma.

De posse do dinheiro, o proprietário geralmente o aplica na aquisição de instrumentos de trabalho tecnologicamente mais sofisticados - ou na compra de bens imóveis. Os "camaradas", por sua vez, gastam o dinheiro recebido com o pagamento de dívidas contraídas durante o período de pesca: dívidas estas feitas pela compra a crédito ("fiado") de produtos essenciais (alimentos vários, roupas, remédios etc.). Por isso a observação ouvida de um "camarada" faz sentido:

"O que o pescador guarda pra comprar alguma coisa é o que ele rouba da boca dos filhos".

Assim, ainda que parte do produto da atividade seja uma das bases de sua subsistência e de sua família ("o-pra-comer"), o pescador artesanal mais e mais dedica-se a trabalhos complementares à pesca, que auxiliam a reprodução de sua existência física (e de sua família) mas prejudicam sua reprodução enquanto categoria profissional autônoma. Enfim, a própria lógica da pesca artesanal provoca a procura de um trabalho acessório, devido ao excedente reduzido e irregular e à baixa capacidade de acumulação pelo pescador.

Geralmente um dos trabalhos complementares à pesca artesanal é a pesca industrial ou: a pesca realizada sazonalmente em barcos de empresas que controlam a captura, a industrialização e a comercialização de grandes quantidades de peixe.

É o caráter empresarial da pesca em barcos que atrai

o pequeno pescador artesanal. Através dela ele torna-se trabalhador "livre", verdadeiramente dentro da acepção capitalista : ou seja, vinculado a um contrato que, se lhe exige deveres num grau mais específico, lhe dá segurança e garantias. Nas palavras de uma filha e esposa de pescador embarcado:

"É melhor trabalhar em barco, é muito mais seguro, dá mais garantia, tem carteira assinada, tem o INPS pago, tem os direitos todos, né? É um empregado. É pescaria aqui na praia não tem nada, e se dá mês e a pessoa fica doente, sai, tem alguma parelha que eles não pagam nada que a pessoa tinha direito, porque não tem nada assinado. É um trabalho por conta própria. (...). Em barco não, chega no final do ano eles têm 13º, tem "Fundo de Garantia", tem férias, tem salário-família. Eles têm direito igual a outro funcionário, têm os direitos todos. Então a vantagem é essa. Se fica doente à bordo ele "se encosta", se desembarca sexta (feira) tem direito à volta, quando melhorar tem volta. Na praia não tem nada, fica doente não ganha mais nem o que tava ganhando. E a produção é pouca (...)"

Muitas vantagens¹⁰ conduzem o pescador artesanal a incluir-se sempre que possível na categoria de pescador-industrial. Isto produz, inclusive, efeitos ao nível de sua identidade profissional -isto é, mesmo que trabalhando sazonalmente na pesca industrial, muitas vezes o pescador prefere ser identificado como pescador por ela, claramente denotado no termo "pescador profissional" (ou seja, aquele que possui uma "carteira profissional" que comprova seu trabalho).

Dialeticamente é também o caráter empresarial da pes-

¹⁰Frequentemente são destacados: a comida a bordo ("Tem muita casa de rico que não tem a variedade que tem no barco" - cf. um informante, não percebendo que os pescadores a pagam), a possibilidade de conhecer praticamente todo o litoral do Brasil e países do Prata, a organização do tempo, liberando para o lazer, ainda que eventual.

ca industrial que concentra a crítica dos pescadores a essa atividade. O caráter de exploração a que são submetidos acentua-se significativamente, tendo o pescador claras evidências de que e de quem é vítima.

Porque na pesca artesanal normalmente o dono dos instrumentos de produção confunde-se aos pescadores enquanto trabalhador também, e na pesca industrial as funções no exercício da atividade são visivelmente delimitadas pela propriedade dos instrumentos de produção, vinculando a elas privilégios específicos. Um pescador artesanal, sazonalmente embarcado, definiu com clareza:

"Custo de vida, tudo aumenta, mas a pesca é a mesma coisa. Um barco de pesca fatura 5 milhões, desconta comida, óleo, INPS - só de INPS paga 1, 2 bilhões e o pescador ganha pouco. Assinam na carteira como profissional, como pescador, aí não pagam por produção, pagam o salário (mínimo). O peixe vale mais quando não tá na mão do pescador. Na mão dele não vale nada. No mercado o peixe é caro. E um quilo de nylon tá 3 mil cruzeiros. Na pesca de barco o proprietário fica lá, naquele "Hotel Charma", sapatinho no pé". (Entrevista feita no verão 82/83).

O fato de ser remunerado pela produtividade conforme a função exercida no barco compromete o pescador durante todo o processo de captura. O pagamento de partes específicas (-além do salário-mínimo assinado em carteira-) determinadas pelo papel na divisão de tarefas no barco induz o reforçamento da hierarquia pelo grau de interesse próprio escamoteando o interesse de lucro pelo capitalista proprietário. Conforme um tradicional empresário de pesca, que iniciou sua "carreira" como comerciante na pesca artesanal:

"Artesanal não tem despesa, a despesa quem paga é o proprietário, do pescador artesanal, certo? Porque eles comem em casa, dormem em casa, tudo,

certo? A do barco, então, a do barco pescueiro ... Porque um barco vai pra fora, pode ir num dia e voltar no outro, como pode ficar 6, 8 dias lá fora... Essa (despesa) então quem paga é a metade os pescadores e a metade o proprietário. O INPS quem paga é a metade os pescadores, a metade os proprietários. O gelo quem paga a metade é os pescadores, a metade os proprietários. Tudo, tudo a metade. Assim como a produção também eles têm a metade. Eles são sócios na coisa, entende? Eles são sócios... sócios na produção. Um mestre recebe 12 partes, um cozinheiro recebe duas partes, o motorista recebe três partes, certo? A pessoa que gelá: uma parte e meia, entende? Por aí vai (...). Eles são sócios. Também se eles não matam o peixe eles ficam numa situação difícil, entende? Porque a carteira deles é assinada com um salário-mínimo, entende? E recebe 5,6,8 salários, entende? Eles são sócios, se eles não matar nada é que eles têm o salário. Mas o salário pra eles não adianta, entende? Ninguém hoje vive com um salário, né? É evidente".

No âmbito de SC a pesca industrial é um ramo em constante ascensão, com destaque a nível nacional pela quantidade e valor do produto envolvido e pela consequente organização do processo de trabalho.

Geralmente concentrada na mão-de-obra de armadores, proprietários de mais de uma embarcação, a pesca industrial liga-se à artesanal tanto pela mão-de-obra -comum a ambas-, quanto pelo produto (peixe) que muitas vezes compra para industrializar e vender. O depoimento abaixo comprova:

"A SOPESCA trabalhou muito aqui em Fpolis. Era uma firma de barcos. Tínhamos barcos, chegamos a ter 8 barcos. Tínhamos barcos, chegamos a ter 8 barcos, né? Tínhamos frota de caminhão, tínhamos barco, tínhamos frigorífico. Trabalhávamos com os peixes dos barcos e de terceiros também, comprava qualquer quantidade. Nós íamos nas praias comprar e os nossos barcos traziam (...)" (De um empresário de pesca, citado acima).

No caso por mim pesquisado, atuais empresas de pesca começaram comerciantes do produto obtido com a pesca artesanal. O excedente aos poucos acumulado em significativas proporções

pôde ser aplicado, primeiramente no processo de industrialização -mais especificamente: salga-, e, num segundo momento, investido em compra de barcos de pesca próprios. Assim, o capital inicialmente obtido na praia de Ingleses passou a ser gerado e investido em grandes empresas que aliaram financiamentos federais a recursos próprios e estenderam sua área de atuação ao longo do litoral sul do Brasil -para o processo de captura- e ao longo do litoral norte (acima de São Paulo, até Norte/Nordeste) e exterior no processo de distribuição - comercialização do produto.

A tendência dessas empresas de pesca é uma cada vez maior especialização de atividades, separando o processo de captura do processo de industrialização e este do de distribuição/comercialização. Este fenômeno, determinado pela relação custos/lucro, é um espelhamento do que ocorre em atividades capitalistas em geral: O trecho de entrevista abaixo, selecionado por ser extremamente ilustrativo da situação acima descrita foi conservado em sua longa forma original para que eu não corresse o risco de omitir dados significativos:

"(...) Existe firmas, existe as próprias indústrias com seus próprios meios de transporte, mas é mínima, entendeu? A maioria paga frete, entendeu? Pra investir em 'ambiente de caminhão', o caminhão tá muito caro, tá entendendo? E depois o caminhão -eu já tive caminhão- o caminhão pra dar lucro tem que ser aquele homem que tá só dedicado ao transporte, então, ele sabe quando é que é preciso tirar o pneu da frente, e botar pra trás, quando é que o caminhão precisa trocar óleo, quando não precisa. Então ele tá por dentro daquele macete. O homem da indústria não tem tempo disso, se bota um empregado, tal, as vezes não executa bem. Então ele prefere que..., normalmente a gente vende por mercadoria "folbi": o frete é por conta do cliente, certo? Você, vamos dizer assim, você fatura uma carreta de mercadoria, vamos dizer, custa... pegar uns 20 milhões de cruzeiros, e ele paga vamos dizer;

5 milhões de transporte daqui à Bahia, então lá ele paga pro caminhoneiro, normalmente também o próprio "frotista de caminhão" pega esse frete também, fatura pra ele por 30 dias, 45 dias, tá entendendo? E nós também não é interessante por que nós aí jogando o frete encima da mercadoria e faturar, aí paga mais tributos, mais ICM, mais isso, mais aquilo, então, além de faturar a mercadoria tem que tá faturando o frete, então nós preferimos que outro faça o trabalho.

P. Então a empresa de pesca é uma atividade muito dividida, né? Antigamente era o proprietário que fazia tudo...

R. Está dividida. Antes era o proprietário. Agora já tá bem especializado. O meu ramo mesmo é captura, e industrialização: eu industrializo em indústria de terceiros. Tem outros que têm só indústria. Essa indústria que eu descarrego é a COMAR, lá de Itajaí, ela só tem indústria, não tem barco pesqueiro, entendeu? Tem indústria que, vamos dizer... SUL ATLÂNTICO, FEMEPE, KOWALSKI, PIONEIRA, esse tem indústria e tem barco, frota pesqueira, entendesse? A FEMEPE tem a indústria, a frota pesqueira: a captura e o transporte. A KOWALSKI tem também indústria, captura e transporte. As demais é pouco... É mais... Algumas normalmente toda elas têm uns caminhão. Quer dizer, todo mundo têm alguns caminhões. Mas esses caminhões é para manejar o peixe aqui dentro mesmo, tá entendendo? As vezes ela congela o peixe lá em Itajaí, então quer levar pra estocar, na CESCO, que é um frigorífico de estocagem grande que tem lá na CESCO. Ali em Itajaí tem uma instalação muito elegante, muito organizada, de aproximadamente 15 mil toneladas, esses estocam, esses não compram nem vendem, só cobram a armazenagem". (De um empresário de pesca, com sede de sua empresa em Fpolis e local de trabalho em Itajaí. Entrevista feita em dezembro/84).

Assim, a alienação do trabalhador acentua-se, limitando-o ao domínio da área de captura e dentro desta com conhecimento restritos à função que desempenha. Conforme se verifica no depoimento abaixo, o proprietário considera possível uma ascensão do trabalhador na hierarquia no processo de captura:

"Normalmente (o mestre) sempre vai ser mestre. Mas o que é marinheiro pode se promover, porque é o seguinte: existe dentro do barco, as vezes, um mestre e um proeiro. O proeiro é aquele homem que cerca os cardume de peixe, então o mestre é mestre e proeiro, ele faz as duas coisas:

ele faz a navegação e ele mesmo é que cerca os cardume, que sabe fazer os manejos pra pegar o peixe. Então aí, as vezes, um moço daquele que é apenas um tripulante ele passa em seguida a ser um bom cercador de cardume de peixe, ser um bom proeiro. Então ele é promovido e esse novo aumento ele ganha mais do que o mestre, porque ele sabe pescar, entendeu? (...) Tu vê como é que dá a oportunidade, as vezes o mestre, proeiro de barco, por motivo de as vezes até de doença em casa, não pode ir, ou o cara se acidentou, ou ficou doente, então a gente como dono de barco diz: "Pô, esse rapaz é bom, eu vou experimentar ele na proa do barco". Se ele vai e a estrela dele brilhou, que ele traz peixe no barco satisfatório, ele ali automaticamente já se promoveu, entendesse? Em termos de produção. E esse homem que eu tô dizendo pra ti que ele pode pegar o lugar do outro, isso as vezes, é o homem que anda dentro do barco já 2, 3 anos e acompanhando e tal e vendo então ele cria prática e vai executar e executa bem. Mas não assim crú. Chegar, pegar e botar, aí não dá certo. Por exemplo, já tem que ser o cozinheiro que já... normalmente já é acostumado a cozinhar a bordo, porque uma cozinha de bordo não é igual a uma cozinha de restaurante, ou de casa, evidente, entendeu? (Do empresário já citado acima, no depoimento anterior a esse).

O pescador, entretanto, tem poucas ilusões a este respeito, estando certo de que competência é o que menos é levado em conta - quando é possível demonstrá-la:

"Em barco o pescador pra se dar bem tem que ser amigo do dono do barco, aí ganha 2,3,4 salários, mas é muito difícil". (De um pescador "camarada" em safras em Ingleses e embarcado geralmente em Itajaí e Rio Grande).

A divisão de tarefas dentro do próprio barco também é um fator de permanente conflito para o proprietário que, no afã do lucro concorrencial em que se vê envolvido necessita de mão-de-obra plenamente capacitada e em cuja especialização tecnológica deve investir - com cada vez maiores dificuldades de financiamentos governamentais, o que, por sua vez, conduz à opção por uma única área da empresa de pesca (ou captura, ou industrialização, ou transporte). O depoimento abaixo, dado em

dezembro de 1984, por um empresário de pesca, confirma:

"(...) tá faltando especializar os filhos dos pescadores, dar bolsa de estudos, não sei, incentivo pra trabalhar nesses equipamentos (tecnologicamente sofisticados: sonda e sonar -RVC), que aí, ... pode até esses equipamentos, países desenvolvidos, como Japão, Estados Unidos e tal, que têm equipamentos pra a própria pescaria artesanal, mas importar pra quê? Não temos pessoal pra trabalhar. (...) A dificuldade que tem como armador de barco, a dificuldade que nós temos é o homem de conhecimento pra operar dentro do barco. Esse tá sendo disputado igual a jogador de futebol. O dia que eu tenho um bom que sabe operar, que sabe pescar, que sabe conduzir, eu dou todas as vantagens pra ele não sair de perto de mim, o outro também dá. Esse daí se conta pelos dedos quantos têm, e o resto é aquele "meeiro" que não dá a produção satisfatória. Então o erro vem de lá. Tá faltando doutrinar o pessoal. Porque um pesca bem e o outro já não pesca? Não pesca porque não tem... Esse que pesca bem normalmente é uns rapazes já mais esclarecidos. São os caras que procuram tomar mais conhecimento das coisas. Então eles vão se atualizando um pouco, evidente que mais força de vontade de adquirir, de trabalhar, né?, de também "fazer futuro". Então esses pescam bem. E aquele que não se interessa muito pelas coisas e que não tem leitura, não se atualiza, então esses não pescam nada. Aí os bons fica assim: eu tenho 4 barcos. Que produz mesmo eu tenho um e os outros é "meeiro". O seu Ary da PESQUEIRA PIONEIRA parece tem mais de 10 barcos, que produz mesmo são uns 3, que o resto é "meeiro". Ali a OCEÂNICA é a mesma coisa. E os outros armadores: FEMEPE em Itajaí, SUL ATLÂNTICA DE PESCA, dentro da frota deles que tem 10, 12 barcos, têm 3,4, que pescam relativamente bem e os outros são, são mais ou menos. (...) Então eu fico assim meio recuado de ir pra indústria porque precisa ter um capital de giro grande, porque o juro bancário não dá pra aguentar mais, né? minha querida. Você vende uma determinada mercadoria e então você faz uma média: bom, faz os cálculos: "ganhei 15% nesta mercadoria, quer dizer, numa mercadoria de mil cruzeiros eu ganhei 150 cruzeiros em quilo", mas se você levou os títulos pra banco desconta e tal e coisa, vai ver não tá dando, entendeu? Ele é obrigado a levar os títulos porque ele tem que pagar a embalagem, tem que pagar a luz, tem que pagar a água, tem que pagar as leis sociais, tem que pagar os impostos, tem que pagar tudo. Ele tem que pegar o título e jogar no banco pra fazer dinheiro pra, ... senão ele fica ..., entendeu?, fica enalacrado, por essas coi-

sas. Aí na hora que vai no banco cobra até aquela sombra da gente no vidro. (...)"

Verdadeira empresa capitalista, a pesca industrial reduz a mão-de-obra à mais completa exploração, absorvendo-a em seus meandros. É deste modo que o pescador artesanal que sazonalmente embarca para a pesca industrial vai aos poucos invertendo sua realidade, passando a dedicar-se a esta atividade antes complementar; restringindo, assim, a pesca artesanal a uma fonte de extração de alimentos para consumo imediato (o peixe para comer).

PRODUTIVIDADE PESQUEIRA

Conforme dados da SUDEPE (anexo I), a pesca artesanal (em SC) participou no triênio 80/82 com um volume de 25% e um valor de comercialização de 46% e a pesca industrial com respectivamente 75% e 54%. No mesmo triênio o município de Florianópolis apresentou dados que demonstram a maior importância local da pesca artesanal. Com 58% do volume pescado e 74% do valor de comercialização, o pescado capturado artesanalmente é economicamente mais valorizado que as espécies (sardinhas e afins) capturadas em grandes quantidades pela frota industrial. Na realidade do pescador artesanal entrevistado em Ingleses, entretanto, a possível vantagem econômica da pesca artesanal não é sentida porque o lucro é exclusivamente do intermediário. O conjunto da qualidade de vida do pescador artesanal só tem diminuído, e tanto para fins de alimentação quanto de comercialização, a cada ano o pescador trabalha com espécies de pescado de pior qualidade:

"Hoje se come peixe-porco, que antigamente nem o urubu queria". (De um pescador artesanal aposentado).

A responsabilidade deste fato é atribuída tanto à concorrência injusta da pesca industrial -melhor aparelhada-, quanto ao mercado consumidor ("maior esganação", cf. a esposa de um "camarada" em Ingleses). O trecho abaixo confirma:

"A pesca fracassou por causa dos barcos de pesca. Os barcos vêm arrastar, lanceia perto da praia, nas costas da praia, então escurraça o peixe. Trabalha a noite toda de arrastão pra lá e pra cá. A gente vai com essa redinha não mata o peixe, não tem peixe. Matam toda a criação de peixe, o barco, que ali até uma criaçãozinha assim pequenininha eles pegam. Queria ver se vem uma pesquisa qualquer pra tirar esses barcos fora queria ver se não vinha a pesca toda de volta, como antigamente". (De um ex-pescador artesanal de Ingleses, proprietário de-parelha, morador em Fpolis, desde 1975, onde é dono de uma lanchonete).

Essa queda de produtividade referida pelos pescadores artesanais estende-se ao âmbito da pesca industrial que se obriga a cada vez adentrar mais no alto-mar para obter quantidades razoáveis garantidoras de lucro. Nas palavras de um ex-pescador "profissional" (ligado à pesca "industrial", em barcos), desde 1980 motorista de repartição pública em Fpolis:

"Antigamente tudo era mais, em barco em 10 dias matava 8 toneladas de camarão, hoje em 18 dias mata 800 quilos".

Ambiguamente os pescadores referem-se à vantagem do valor atribuído no mercado ao peixe hoje em dia. Mesmo (talvez por isso) em menor quantidade o peixe tem mais valor. Antigamente a precária rede de distribuição do pescado não possibilitava que a maior quantidade se tornasse vantajosa. Recorrente nas entrevistas, abaixo um exemplo da afirmação acima:

"No tempo do meu pai tinha bastante peixe, mas ninguém procurava, não tinha pra quem vender".
(De um pescador artesanal de safra -tainha-, também atendente de lanchonete em Fpolis).

Também na pesca industrial:

"A vida agora melhorou, o peixe deu mais um preço. Antes a gente trabalhava toda a costa e não dava nada. Trabalhei 30 anos embarcado, desde as Malvinas até Alagoas. Tinha dia que eu queria 30 cruzeiros e não tinha. Trabalhava no convés. (De um pescador aposentado por invalidez - trombose).

Esta vantagem, entretanto, escamoteia, na realidade, a desvalorização do dinheiro:

"O peixe tá dando menos mas tem mais valor. Antes a sardinha com 50 quilos a caixa custava 3 cruzeiros, agora um quilo vale 50 cruzeiros". (De um pescador embarcado aposentado, entrevistado no verão 82/83),

que, algumas vezes, é percebida:

"Hoje existe mais dinheiro - antes tinha mais valor, mas era pouco". (De um pescador artesanal de Ingleses, aposentado):

Assim, a baixa produtividade, reflexo da interferência da pesca industrial na artesanal, aliada à irregularidade da produção inerente à uma atividade de captura, portanto, a mercê de recursos naturais transcendentais ao controle, acaba por se tornar um dos motivos alegados para abandono desta atividade pesqueira artesanal como profissão garantidora de sustento.

OS ÓRGÃOS DE REPRESENTAÇÃO DOS PESCADORES

Além dos já analisados, mais um fator tem contribuído para o abandono da pesca enquanto atividade profissional dos pequenos proprietários e "camaradas": a ineficácia da Colônia dos

Pescadores¹¹ e do Sindicato dos Pescadores¹² - em tese, as associações que congregam os interesses de todos os profissionais da pesca.

Desde quando criados - a Colônia em 1922 (em todo o Brasil), o Sindicato em 1963 - esses dois órgãos têm sido administrados por não-pescadores.

Em Santa Catarina, a partir de 1976 houve uma reativação do Sindicato - fechado por ordem federal em 1964 - e da Colônia, desde 1964 encabeçada por elementos das Forças Armadas (geralmente oficiais da reserva da Marinha), pessoas de confiança do Movimento Militar daquele ano. Essa reativação, entretanto, se deu pelas mãos de um "proprietário de pesca"¹³, que começou em 1976 como Secretário da Colônia. Tendo assumido por indicação do Ministro da Agricultura da época, o novo presidente da Colônia, acumulando a respectiva função no Sindicato¹⁴, legitimou-se por eleições (onde foi candidato único) no ano seguinte, 1977. E até 1985 foi sendo sucessivamente reeleito para ambas as funções¹⁵.

¹¹ Para os fins deste trabalho quando falo "Colônia" refiro-me à Z-11, que abrange as praias da Ilha de SC (Fpolis).

¹² Até 1984 só abrangendo Fpolis e a partir deste ano estendido seu alcance para todo o Estado de SC.

¹³ Conforme a funcionária que desempenha funções burocráticas na sede da Colônia (mesma do Sindicato - no centro de Fpolis), o presidente eleito na época é também sargento da reserva da Marinha.

¹⁴ O acúmulo das duas funções tem por consequência a confusão das atribuições de ambos os órgãos (para os dirigentes e para os associados). As diferenças se definirão no decorrer deste sub-capítulo.

¹⁵ Neste ano perdeu a eleição para o cargo de presidente da Colônia dos Pescadores.

A reativação da Colônia e do Sindicato foi no sentido de ampliação do número de Capatazias (a nível de Colônia)¹⁶ e Delegacias (a nível de Sindicato) nas praias; e no reforçamento do caráter assistencial que ambos os órgãos representam. Associar-se à Colônia é condição para o exercício da pesca:

"Pago o Sindicato, a Colônia - três mil - pra poder passar visto na carteira. Sem visto a Capitã não deixa o pescador pescar". (Depoimento dado no verão de 82/83, por um senhor "camarada" em Ingleses e vigia noturno de um prédio comercial em Fpolis).

"Meu filho paga só a Colônia. Não conta pra aposentadoria. Não conta pra nada. Antes se pescava de qualquer jeito, então a 'Caça e Pesca' deu encima. Então tem que ter a carteirinha da 'Caça e Pesca' pra poder pescar". (De um ex-pescador, atualmente motorista do DMLP, morador no Saco Grande onde o filho pesca como profissão e ele como atividade complementar).

O associado da Colônia paga uma pequena mensalidade¹⁷ e tem direito - junto com sua família - à assistência médica e odontológica. Por sua vez, o Sindicato - operando mais especificamente na área da pesca industrial - proporciona assistência jurídica¹⁸. A eficácia desses direitos, entretanto, é duvidosa:

"Sou sindicalizado como muitos aqui. É quem quer. Tem ajuda em livro e tal. Pela Colônia o pescador tem direito à assistência médica e dentista, mas não sei se funciona". (De um pescador de safra em barco e artesanal em Ingleses no verão).

"Sindicato, Colônia, nunca ninguém procurou por

¹⁶ Até 1976 em número de 03 (três), em 1984 totalizando 16 (dezesesseis).

¹⁷ Que afinal o pescador paga anualmente. O valor mensal em 1986 é de 5,50 cruzados - vir mensalmente ao Centro para pagar essa quantia encarece-a absurdamente. O pescador, pagando o valor total para o ano desloca-se da praia só uma vez: para pagar 65 cruzados (valor confirmado pela funcionária da Colônia em 02/04/86).

¹⁸ Não obtive maiores informações nas entrevistas ou pesquisas.

isso. Porque meus filhos têm direito à médico, tem direito a dentista, mas se vai o médico nunca tá? Tá numa zona uma semana, tá noutra zona outra semana e a pessoa precisa naquele dia, vai esperar que venha noutra semana? E aqui precisando, nesse posto (médico) aqui que diz que é pro pescador, que quando vai ali não tem nada, nem um esparadrapo? Por que não manda prá cá um médico? (De uma professora de Ingleses, esposa de um "camarada").

Pela especificidade de sua profissão o pescador não-proprietário tende a se retrair na sua condição de dominado, numa atitude que o afasta da política da categoria. Assim, o espírito de congregação próprio a uma atividade que não se pratica sozinho, fica escamoteado pela consciência que o pescador tem do mais fundamental de seus problemas: a exploração de que é vítima pelo intermediário, que, porque dele necessita para distribuição de seu produto ou para conseguir uma vaga numa parrelha de pesca, acaba por afastar o pescador das situações concretas de atrito. A Colônia e o Sindicato, então, ao invés de "canais de pressão" tornam-se abstrações as quais o pescador culpa como entidades absolutas fora do seu alcance - encaradas como "autoridades" (lado a lado com a ACARESC, SUDEPE, etc.) as quais tem que se submeter. Inseguro, o pescador posta-se de maneira ambígua: num momento isenta o "capataz"¹⁹ de culpas e/ou responsabilidades, no momento seguinte o condena:

"É essa necessidade que o pescador passa que não deixa ele reclamar. Não tem como viver se não vender pra ele (o intermediário)". (De um "camarada" em Ingleses).

¹⁹ Escolhido pela Diretoria da Colônia, composta por 12 membros eleitos, para representá-la na própria comunidade de pesca. O critério é ser pescador e líder (cf. disse-me o Presidente da Colônia) o que acaba conduzindo ao cargo proprietários de parrelha ou sólidos "patrões de pesca".

"Não tem uma pessoa que olhe pelo pescador. A Colônia não ajudou nada, é só pra dar dinheiro pra eles. O João Lemos (capataz de Ingleses à época da entrevista) é o presidente da Colônia, é boa pessoa, a culpa não é dele, é deles lá no Centro". (De um ex-pescador industrial, aposentado por invalidez).

"Nós temos um por nós lá: o "Osnildo" (Nildo). Aqui nós temos um capataz da Colônia, mas não adianta de nada: o João Lemos". (De um pescador industrial, "camarada" no verão em Ingleses).

Por outro lado, a Colônia e o Sindicato fazem uso demagógico de seu caráter assistencial, reforçando o distanciamento por meio de uma atitude paternalista: "nós conhecemos o problema do pescador"²⁰. Assim, o pescador fica absolutamente impossibilitado de participar de decisões a ele fundamentais: como a questão da instalação de entrepostos pesqueiros nas comunidades²¹.

²⁰ Depoimento do presidente da Colônia, em entrevista feita em 1984.

²¹ Ainda que recorrente nas entrevistas dos pescadores, a instalação de um entreposto de pesca em Ingleses sequer foi discutida com eles na época em que a ACARESC liberou uma verba para sua construção (1984). Conforme o presidente da Colônia dos Pescadores o local proposto desde o início foi a Intendência da Barra da Lagoa, onde foi instalado - embora fechado antes de funcionar por motivos nunca perfeitamente esclarecidos à comunidade catarinense em geral, mas atribuídos ao local (prédio da Colônia não aprovado em alvará para tal). Por sua vez, o Intendente de Ingleses à época relatou-me em entrevista que a verba foi liberada para Ingleses, mas como a Intendência (representante/equivalente à Prefeitura na comunidade do interior da Ilha) não dispunha de um terreno adequado que não incorresse em prejuízo ao Balneário de turismo em que Ingleses se transforma no verão, a construção do primeiro entreposto de recepção do pescado na Ilha de SC foi transferida para a comunidade da Barra da Lagoa. Foi deste modo que os pescadores de Ingleses perderam uma valiosa chance de se libertar da figura do intermediário, pois que o entreposto seria o encarregado da comercialização do produto obtido pelo pescador, através da Cooperativa de Porto Belo. E sendo assim, reforçou-se suas chances de sub-proletarização pois sendo priorizado o balneário (o entreposto dá mal-cheiro, mosca e ocupa

Numa repetição do que ocorre a nível nacional, (Diegues, 1983: 229-230), por 10 anos o presidente da Colônia e do Sindicato dos Pescadores de SC é um proprietário de parelha na pesca²². Deste modo, a dominação de classe existente na praia repete-se no âmbito político, legitimando um mando extrapolado do processo de produção econômica. Assim, o pescador não-proprietário inibe-se (e é inibido) de participar das decisões da Colônia dos Pescadores - portando-se como um subordinado também neste âmbito (da representação política). Outro aspecto bastante peculiar da Colônia dos Pescadores - e do Sindicato - é sua relação com o governo do Estado. Ainda que se mantendo unicamente com as mensalidades pagas pelos pescadores, a atitude do Presidente da Colônia e do Sindicato é típica de um funcionário do governo, isto é, suas ações são limitadas pelas disposições do governo e suas decisões necessitam do aval do governo. No sentido oposto, as decisões tomadas pelos órgãos do governo relacionados com a pesca²³, quando implicam uma avaliação por parte do Sindicato e/ou Colônia dos Pescadores, o são somente no sentido do referendo porque o presidente se comporta como subordinado.

O atual governo do Estado, em face de sua peculiari-

Cont.

ria áreas de estacionamento) à pesca a mão-de-obra desloca sua área de atuação.

²² Os dados deste sub-capítulo referem-se à entrevista que fiz em 1984 com o presidente da Colônia e do Sindicato dos Pescadores. Assim, embora na época da redação da dissertação o cargo de presidente da Colônia já tenha sido preenchido por outro, mantenho aqui uma análise adequada àquela realidade pesqueira.

²³ Especialmente os ligados à Secretaria da Agricultura.

dade populista, com "um governo voltado ao pequeno"²⁴, tem tomado atitudes de incentivo à produção e distribuição/consumo de produtos pesqueiros. Ainda que de impacto, as medidas tomadas não significaram qualquer alteração na vida do pequeno pescador artesanal, que continuou dominado ao nível da produção e escoamento do processo de distribuição porque este é ainda exclusivamente do intermediário. Assim, embora o consumo de peixe tenha aumentado em grande medida, o principal produtor não obteve com isso uma melhoria do seu defasado padrão de vida. Mesmo assim, tais medidas²⁵ tomadas pelo governo do Estado são ardorosamente defendidas pelo presidente da Colônia e do Sindicato dos Pescadores sem nenhum aspecto contestado, sem dúvida porque sua perspectiva de análise do real seja justificada ideologicamente pela posição que este próprio presidente ocupa no processo econômico de produção pesqueira: proprietário de parelha. Por isso ele projeta sua situação, afirmando que todo e qualquer pescador pode adquirir seus próprios aparelhos de produção, baseando-se no argumento de que atualmente o governo, através do FINSOCIAL, libera financiamentos obtidos por ele próprio, esquecendo-se de que além de proprietário (que obtém algum lucro mínimo

²⁴Slogan do governo (PDS).

²⁵Especificamente: o "sistema troca-troca": o governo dá o financiamento para a compra dos apetrechos e o pescador paga em produto, sempre sob intermediação da Cooperativa. E no caso do pescador encontrar um preço melhor para o produto fora da Cooperativa deve pagá-la em dinheiro; o "sistema olha-o-peixe" que consiste na instalação de barracas para venda de peixe fresco a população sem entrar no circuito comum de comercialização via Mercado Público; o "bolsão do pescado" que é a comercialização pela Secretaria da Agricultura do pescado fornecido pela Cooperativa, etc.

com a pesca, ao contrário do "camarada" que as vezes não consegue nem o suficiente para sua sobrevivência pessoal) é presidente da Colônia e do Sindicato dos Pescadores e por isso tem acesso a informações (sobre financiamentos e facilidades) totalmente vedadas²⁶ ao pequeno pescador não-proprietário.

²⁶Vedadas pelas próprias autoridades responsáveis que dela auferem significativas vantagens pessoais. O depoimento de um morador de Ingleses, estudante universitário, e de seu pai um ex-proprietário e ex-intermediário de pesca comprova:
 "Fº: "Quando eles (SUDEPE) querem liberar uma verba, os caras que aparecem primeiro pegam. Os "camaradas" nem têm idéia de que têm os empréstimos".

Pai: "Mas é que o "camarada" não tem como pagar um empréstimo se a pesca não der".

Fº: "Por exemplo: se a SUDEPE liberar um empréstimo quem é que vai saber? O seu intendente, o seu Delegado..., essa família, entendesse? Então eles fazem o 'meinho' deles (. . .)"
 Eles (os donos e intermediários) jogam dinheiro, o cara lá que decide, eles jogam na mão dele um dinheiro, porque, vamos dizer, o presidente da SUDEPE não ganha tanto dinheiro assim, jogam 15 milhões, 10 milhões assim na mão dele, um grupo desses controladores, eles (autoridades) vêm, pegam (o dinheiro) e trabalham pra eles (donos e intermediários). Eles (os pescadores) deveriam formar um Sindicato aqui na praia. Um sindicato deles aqui. Não tem nada a ver com aquilo lá (o Sindicato oficial). Esse Sindicato (oficial) é pra eles (os donos e intermediários) ter uma maior lucratividade, não pra eles (pescadores) ter apoio. Porque apoio eles (pescadores) nunca recebem, só vêm (os donos e intermediários) roubar mesmo".

Além deste depoimento, -obtido por meio de uma entrevista formal em outubro de 1984-, fiquei sabendo (absolutamente por acaso) de uma forma de pessoas estranhas à pesca obterem financiamentos originalmente previstos de serem concedidos a pequenos pescadores artesanais. Professora da FEPEVI, necessito viajar duas vezes por semana para Itajaí. Tal viagem é feita em ônibus especialmente fretados à dita universidade. Numa dessas viagens de volta sentou-se ao meu lado um senhor, estudante de Direito e começamos a conversar. Quando perguntada sobre o tema de minha tese ele disse que realmente era um absurdo o modo como o pescador estava abandonado pelas autoridades, totalmente sem proteção, passível de muitas ludibriações. E contou que ele próprio tinha se beneficiado de uma lei para financiamento de apetrechos para o pescador artesanal. Conforme seu relato, o fato deu-se do seguinte modo: em 1983 ele ficou sabendo por intermédio de um cunhado que um deputado do (PDS) tinha em mãos centenas de autorizações de financiamentos para aquisição de aparelhos de pesca concedidas

Ambiguamente, enquanto defende medidas "democratizantes" (ainda que retóricas) do governo com relação à pesca, o presidente da Colônia e do Sindicato, enquanto proprietário, queixa-se da falta de pessoal para trabalhar como "camaradas" de sua rede (de tainha) - justificando essa ausência da seguinte forma:

"(...) porque há uma dificuldade muito grande em se conseguir gente, porque cada um tá tentando fazer o seu próprio apetrecho(...)",

ou seja, na pesca alguém precisa trabalhar, todos não podem ser proprietários porque senão não há quem pesque, seu discurso além de ser específico de uma classe determinada, coisa imperdoável para o presidente do órgão que representa a totalidade da população pesqueira, é absurdamente desviado do ponto fulcral da questão - objeto desta tese: o abandono da profissão por motivos econômicos.

Também ambiguamente, enquanto defende o "sistema tro-

Cont.

através do BNCC com juros de 5% ao ano. A única exigência era a apresentação da caderneta profissional de pescador dada pela Federação dos Pescadores. Ele e o cunhado rapidamente providenciaram uma "caderneta fria" (expressão dele) e procuraram o deputado, de quem obtiveram um financiamento em troca de comprometimento político com o PDS. Com o dinheiro conseguido este senhor e seu cunhado construíram um barco de madeira, com banheiro, cozinha, três quartos, salão e deck. Pagam por mês o financiamento, com reajuste trimestral, cerca de 120 mil cruzeiros e a partir de novembro/85 cerca de 300 mil cruzeiros. Quando da época de liberação da verba concedida, veio um fiscal, que ficou rapidamente convencido de que aquele era um barco de pesca "empresarial" (apesar da total ausência de aparelhagem própria para tal, e apesar da verba ser destinada à aplicação na pesca artesanal). Constrangido e desconfiado da repercussão da história, o senhor que má relatava fri-sou muitas vezes que ele foi apenas um dentre as muitas centenas de beneficiados, sendo que a grande maioria, na qual incluiu o próprio deputado, conseguiu financiamentos milionários. Inclusive ele confessou que se tivesse sabido não só no último dia da concessão poderia ter conseguido um financiamento maior.

ca-troca", porque estimula a cooperativização ("o governo financia o material e o pescador vai pagar em pescado, no preço e vai inclusive trazê-lo para dentro da Cooperativa, porque é a Cooperativa quem vai fazer toda a comercialização"), o presidente da Colônia diz que o intermediário "é um mal necessário" e critica quem faz críticas ao intermediário porque ele

"na maioria das vezes é super-humano com o pescador durante o período em que não há produtividade (...)"

O interessante no discurso do presidente da Colônia é que ele admite que o intermediário dá esse apoio porque tem interesse próprio, mas justifica esse interesse como sendo um mal da humanidade, exemplificando com meu caso: que eu estou escrevendo a tese porque exigência da Pós-Graduação que vai melhorar meu padrão de vida (tomara!). Assim, reafirma que o pescador atualmente tem autonomia frente ao intermediário porque o mercado de venda hoje em dia é muito amplo e que os intermediários têm sistemas independentes de compra:

"pescador que não quer vender para aquele intermediário vende para outro".

Deste modo, desvia o ponto central da questão que é a dependência do pescador a qualquer intermediário, limitado ao nível da produção, o pescador se vê alienado do processo de distribuição.

Assim, ao invés de representar o pescador e abrir um espaço real de participação, o presidente da Colônia e do Sindicato maneja com os recursos da lógica paternalista, assegurando através de convênios com o governo do Estado uma assistência médica e odontológica mais ampla.

De todo modo, enfim, tanto a Colônia quanto o Sindica

to são importantes instrumentos de representação dos interesses dos pescadores. Sabendo disso é que já há seis anos concorreram chapas de oposição nas eleições da diretoria. Conseguiu-se, em 1985, modificar o quadro das constantes reeleições de uma só facção. Mas apesar da afirmação contrária do (ex)presidente entrevistado, o pescador não-proprietário e não-intermediário ainda não é o agente do seu próprio instrumento de representação de categoria face aos imensos interesses de outros grupos em eternizar-se no controle da atividade pesqueira.

O INTERMEDIÁRIO²⁷

Até agora venho conduzindo a discussão sobre as dificuldades de reprodução do pescador como sendo uma decorrência das relações de apropriação e distribuição do produto da atividade pesqueira. Assim, então, preciso deter-me mais especificamente sobre a figura que exerce o papel hegemônico nestas relações: o intermediário.

Geralmente de algum modo envolvido no processo de produção - o intermediário: agente do processo de distribuição - é proprietário de apetrechos que lhe garantem recursos para aplicar na compra do veículo para distribuição do produto da pesca. É assim que seu papel de dominador se vê reforçado: hegemônico na produção, hegemônico na distribuição.

Na época da pesquisa em Ingleses (verão de 83) havia

²⁷ Para evitar uma repetição desnecessária, os pontos que de alguma forma já foram abordados com relação à figura do intermediário serão deixados de lado neste sub-capítulo.

duas firmas compradoras do peixe dos pescadores: ambas de proprietários de rede: um deles em sociedade com o intendente, o outro casado com a sobrinha dos maiores proprietários de rede (também de terras) de Ingleses. Além destas há os pequenos compradores - pequenos porque compram pouca quantidade. Mas é com as firmas que os pescadores ficam comprometidos porque são elas que garantem a distribuição do produto. Nas palavras de um pescador:

"(...) a firma pega o pouco e pega o muito".

Assim, qualquer compra de peixe passa pela firma: é delas o monopólio da distribuição ainda que o seu preço não seja o melhor: compradores pequenos e avulsos pagam muito mais pelo peixe, mas têm a desvantagem de ser compradores eventuais.

Este preço da firma geralmente já é conhecido com antecedência pelos pescadores: feito pelas próprias firmas e algumas vezes feito de comum acordo (discutido) com o dono do apetrecho - e é determinado pela qualidade do pescado - por isso varia.

Como as firmas têm boa margem de lucro, o nível de aplicação é bastante alto e assim, conseqüentemente, seu enriquecimento é constante. No caso de Ingleses o principal intermediário vendeu sua empresa na cidade e montou um frigorífico de armazenagem em Ingleses, numa jogada bastante oportunista pois na época em que o fez havia sido rejeitada pelo intendente a possibilidade de construção em Ingleses de um entreposto de recepção de pescado, alegando motivos de prejuízo ao balneário porque seria necessária a ocupação de uma área utilizada como estacionamento dos carros dos veranistas (ver nota nº 21). Mais uma vez, deste modo, o intermediário reforçou seu papel de hegemônico.

A alta extração de mais-valia pelos intermediários é bem retratada no depoimento de um filho de pescador:

"Numa época eles tavam comprando o 'bonito': é atum, né? chileno, peruano. Eles vendiam pra Itajaí, eles falavam, pra fazer farinha, a 50 centavos o quilo. Aí eles vendiam na Bahia a 50 cruzeiros o quilo, enganavam, não tem? Compravam deles aqui a 20 centavos, parece". (Entrevista concedida em outubro/84).

Mesmo consciente de que é bastante explorado pelo intermediário, -embora não saiba precisar em valores esta expropriação -, o pescador está imobilizado por sua total dependência a um agente de distribuição do produto que captura. Justificando pelo fato de que "antigamente" o peixe estragava na praia por que não tinha como ser transportado para o Mercado, o pescador legitima historicamente sua exploração. O depoimento de um ex-pescador, pequeno-proprietário de pesca de Ingleses, atualmente dono de uma lanchonete em Fpolis, não só comprova o que foi afirmado acima como adianta motivos de abandono da pesca:

"Porque a pesca era assim, a pesca quando dava o peixe, o comprador da pesca, o comprador vivia lá comprando o peixe nosso, comprava muito barato, entendes? Pra não enterrar o peixe tinha que vender barato mesmo. Então eles traziam ele praqui e quem ganhava era eles, entendes?, ganhava o dinheiro e ainda lucrava o peixe na praia. E nós que matava e que pescava, que passava o nosso dia dentro da água, ninguém ganhava nada. Eles pagava quanto que queria... Não tinha uma firma pra comprar o peixe na praia do pescador. Não tinha uma cooperativa".

Dois outros pescadores de Ingleses confirmam (o primeiro embarcado em safra e "camarada" no verão, o segundo proprietário de parrelha no ponto de pesca conhecido por "Araçã"):

"No tempo do pai tinha bastante peixe, mas ninguém procurava, não tinha pra quem vender. Antigamente tinha mais peixe".

"A vida de pescador não tinha valor naquela época,

porque não tinha concorrência como hoje em dia. Antigamente quando sobrava o peixe eles tinham que enterrar. Hoje vai pra Fpolis".

É assim que o processo de comercialização significa para o pescador a esperada consciência de sua subjugação, de sua redução a simples força de trabalho. A expropriação a que o pescador é submetido durante o processo de produção -captura- geralmente se confunde e se perde no fato de que o proprietário muitas vezes é trabalhador com igual desgaste físico - e seu quinhão maior acaba sendo justificado pela participação no processo de trabalho. Só quando da comercialização que surgem as mais gritantes diferenças e o pescador se sente explorado:

"Pescador não tem ajuda. Nunca teve. Quem ganha mesmo é o intermediário; ele só tem mesmo é o trabalho de comprar". (De uma esposa de um pescador embarcado em safra e artesanal no verão em Ingleses).

Um outro agravante para a condenação do intermediário pelo pescador é o fato da consciência de que ele explora dois agentes: o da produção e o do consumo. O depoimento de um ex-pescador do Saco Grande (que pescava com os apetrechos do pai pequeno-proprietário) que atualmente é motorista do Departamento de Limpeza Pública da Prefeitura e pescador aos fins-de-semana para consumo, é bastante ilustrativo:

"Só faz uns 15 anos, não tô bem lembrado, uns 10 anos que asfaltaram aquela estrada ali (para as prais do Norte da Ilha). Quando nós era pequeno era tudo estrada de chão. Pra vender o peixe então a população mesmo era o 'pombeiro'²⁸, porque a população era mais pequena. Então ela saia assim com o balaio pra vender e corria Itacorubi ,

²⁸ Denominação dada ao comerciante.

Córrego Grande, isso tudo. As vezes nem vendia, né? Quebrava. Agora não. Agora não dá tempo. É só o cara vim com um balaio de peixe o pombeiro já tá falando grosso pra comprar. Camarão mesmo, se bobear, eles até brigam pra comprar camarão. E é uma ladroeira. As vezes eles compram a penca de 5 quilos, botam no gelo pra vender no outro dia pra ganhar mais um quilo, porque o camarão enche d'água, fica pesado".

Como referi anteriormente, o pescador não sabe precisar o grau (em valores) de sua exploração, confunde-se com a quantidade de dinheiro e na maioria das vezes afirma:

"Os da firma já dão o preço. O dinheiro é recebido no fim da safra, da produção. A tainha não, dentro de 4,5 dias eles já dão o dinheiro. O dono da firma tem uma rede aqui também. A metade é do dono da rede, a outra metade é dos camaradas que pescam. Na tainha são 7 redes. Em pesca comum os proprietários tiram a despesa deles, do óleo e o resto é dividido. Então a despesa do óleo é meio a meio. É melhor receber no fim da safra, vem mais dinheiro. Quando a gente recebe o dono compra material e os outros vão pagar o armazém. E pode tirar vale na firma se precisar". (De um patrão de pesca em Ingleses, pequeno proprietário - uma rede de curvina).

Ao que responde o depoimento do filho de um pescador pequeno proprietário aposentado:

"O indivíduo em 6 meses ganhar 1 milhão de cruzeiros, 800 mil, é um absurdo. Eles pensam que tão ganhando bem: e o dinheiro? O seguinte: o Hélio compra e vende, o dinheiro ele aplica, tu vê. Eu acho assim, que no ano assim, eles aplicam uns 100 milhões de cruzeiros, já pensou? Quer dizer, gradualmente ele vai aplicando 10, 15 milhões por mês. Ele deve tirar uns 20 a 30 milhões de lucro, 40 milhões por ano, aplicado na poupança". (Entrevista concedida em outubro/84).

E o pescador fica sem ação, como bem retrata o depoimento de uma professora aposentada de Ingleses, esposa de um "camarada":

"Aí (na praia) ele (o pescador) não tem parelha de barcos, não tem bastante parelha forte, uma firma, aí ele só passa mal. Porque ele trabalha com um homem de firma. Eles querem ser bastante favorável, comprar o peixe por um preço, quando

vai pagar paga outro. Quem que vai fazer "questã"? Quem vai mexer com um homem que tem dinheiro, ã? Sô sai perdendo, porque hoje não é a moral que vale não, é o dinheiro. Pra muita gente é esse que tá aqui (bate no bolso). Não tendo dinheiro não tem nada. Porque a gente pode ter razão de tudo, mas um apresentou dinheiro a pessoa perde o direito. O nosso Brasil tá errado sobre isso".

E, por isso, o pescador vê como única saída - se permanece na pesca - a cooperativização. Os depoimentos abaixo confirmam, o primeiro de um "camarada" em Ingleses e o segundo de um ex-camarada, atualmente vigilante bancário em Fpolis:

"O que falta em SC é um entreposto de pesca. No Rio, em São Paulo tem. Sem entreposto cada um que oferecer o preço mais barato o pescador tem que vender. O entreposto tabela o preço".

"Se tivesse uma Cooperativa em Ingleses pro pescador artesanal mesmo vender o pescado lá mesmo; ele mesmo que vendesse, que ele matava o peixe, vendia lá, então ele teria uma chance de continuar a pescar melhor, tá entendendo? Porque ele mesmo vendia o peixe praquela cooperativa. Então hoje não temos essa cooperativa lá. Ele (o pescador) vende praqueles caminhão frigorífico pelo preço que o caminhão quer comprar. Então se o pescado custa 8 mil cruzeiros a caixa, ele vende por 5 e o caminhão entrega aqui no mercado por 10. Então ele não tem lucro, sô tem prejuízo. É por causa disso que o pescador tá largando (a pesca)". (Entrevista concedida em agosto/84).

Sô quando passam a dedicar-se a uma outra profissão, conservando a pesca apenas como um meio de extração do produto para consumo é que os pescadores libertam-se do jugo do intermediário. Poderiam ser chamados "pescadores-eventuais", dedicando-se à pesca geralmente nos fins-de-semana e/ou à noite, depois do serviço que exercem na outra profissão que conseguiram. No caso, então, de pescarem maiores quantidades eles mesmos vendem no Mercado Público, em restaurantes, etc. Deste modo é que tornam-se autônomos, dominando, assim, além da produção e consumo, o

processo de distribuição: Veja-se o depoimento de um ex-pescador-lavrador (ver pp. 31 a 37, deste capítulo):

"Essa rede é tarrafa pra pegar camarão. Pego aqui mesmo na baía, embaixo da ponte (Hercílio Luz). Moro aqui, encostadinho aqui da oficina (do DMLP, onde trabalha). Uma casinha verde que tem ali. Essa rede é minha mesmo. Eu pesco outros peixes também. Inclusive ontem, domingo, ontem de manhã eu saí, eu tive tarrafeando. Peguei 4 tainha, peixe de quilo mais ou menos, 900 gramas. Peguei 4 tanhanha, que é um peixinho redondo, (...), deu uns 2 quilos e meio, quase 3 quilos de peixe. Pesco pra vender também as vezes. Quando eu tô de férias eu pesco muito. Eu tenho um parceiro também. Ali debaixo da ponte. Ele tem canoa a motor, eu pesco com ele. Então, ano passado, eu andei pegando umas 50 meraguaia, peixe grande, peixe de quilo, 20 quilos. Eu andei pegando umas 50 ano passado, no inverno. Vendemos no Mercado. Vendemos aqui na Lindacap (restaurante) também. Nós é que nos encarregamos também".

AS SOCIEDADES DE TAINHA - OS PONTOS DE PESCA

Uma das afirmações recorrentes nas entrevistas feitas é a de que a "pesca de verão" é mais significativa em termos de quantidade e qualidade do produto obtido. Para mim foi uma surpresa saber disso pois para moradores da cidade, a pesca que possui destaque é a de inverno, mais exatamente a pesca da tainha - praticada no período situado entre os meses de abril a agosto aproximadamente, dependendo do vento sul, que traz a tainha do Rio Grande do Sul. Como a transformação das comunidades pesqueiras em balneários de turismo tem impossibilitado cada vez em maior grau a pesca de verão - com a ocupação do local de trabalho (a praia) pelos veranistas e seu aparato (toalhas, cadeiras, guardas-sol, pranchas, lanchas, etc.), os pescadores, como forma de resistência profissional têm então, se dedicado com a-

finco à atividade na época em que lhes é facultado o domínio da área: o inverno. Deste modo, reservam o verão à pesca em empresas ("alto-mar")²⁹, retornando as suas comunidades para a safra da tainha³⁰.

É dentro dessa perspectiva de resistência à expansão da economia capitalista que a pesca da tainha será aqui analisada. Para um melhor aprofundamento da questão veja-se Beck (1979: 77-85) e Beck et al (1984:77-82)³¹.

Bastante piscosa, a praia de Ingleses, ainda que "de mar aberto" (isto é, diretamente água do Oceano Atlântico), possui características de baía (p.30 deste capítulo). Determinados tipos de pescado, entretanto, concentram-se junto à parte mais calma da praia, próxima às pedras - local denominado "Canto" pelos pescadores da comunidade. É para lá que a tainha vai quando vem da praia do Santinho - conhecida pelos pescadores como "Praia Grossa". A tainha é - dos peixes que dão em quantidade - o que obtém maior valorização no mercado. Assim, monopolizar a pesca no Canto significa o privilégio de obter maior quantidade de dinheiro.

²⁹ Isso não invalida o fato de que - sempre com o motivo de aumentar os rendimentos a pesca seja uma atividade que em seu cerne implique um deslocamento periódico para outras praias onde esteja sendo maior a quantidade de pescado.

³⁰ Ainda que haja uma pesca de certo modo ativa no verão, quando os veranistas pagam bons preços à parte ("quinhão") que cabe a cada pescador individualmente ("o pra comer"). Esta atividade é então exercida nos dois extremos do dia: o alvorecer e o entardecer, quando a praia está desocupada dos veranistas.

³¹ Na perspectiva da autora citada é a organização em "sociedades" para a pesca da tainha que é encarado como forma de resistência. Embora fazendo uso da terminologia empregada por Beck, op. cit., neste trabalho entendo por "resistência" o explicitado na página acima.

Há muitos anos a pesca no Canto tem sido monopolizada por donos de parêlha de uma única família. Objeto de inúmeros conflitos, os pescadores de outros pontos da praia (Meia Praia e Araçã), entretanto, nada podem fazer para ter direito de pesca no Canto.

Assim, constituíram sociedades, num acordo que beneficia os donos do Canto. As sociedades de tainha, entretanto, não são privilégio da praia de Ingleses, e sim uma das características que possui a organização pesqueira como atividade profissional. Em cada comunidade de pesca essa forma de organização surgiu por um motivo muito específico. Em Ingleses é para assegurar o domínio da área que proporciona peixe em maior quantidade. Portanto, a principal característica da comunidade pesqueira de Ingleses é a monopolização de determinado ponto de pesca - o melhor.

A marcação dos pontos de pesca é feita na praia por critérios pouco rígidos (pelo menos para os de fora). Há três principais pontos: o Canto, a Meia-Praia e o Araçã. No Canto há três parêlhas, de inverno a verão - para todos os tipos de pesca, excetuando "espera" e "tainha". Os tripulantes (proeiros) que trabalham nestas parêlhas são efetivos - ainda que não haja um contrato formal assinado. Passam o dia no Canto - à disposição - retornando à noite para suas casas. Na Meia-Praia e no Araçã, por sua vez, os tripulantes das parêlhas são eventuais ("não é proeiro", cf. um depoimento): essa a grande dificuldade dos proprietários: conseguir mão-de-obra:

"Pelo menos agora lá mesmo o meu irmão Ary perdeu um bocado de peixe, andou atrás da gente aí pra ir a rede, não encontrou ninguém".

Os pescadores são "chamados para ir à rede" pelos proprietários em suas casas, alguns aceitam, outros não. Porque os poucos pescadores que exercem a profissão em Ingleses preferem trabalhar no Canto, onde há certeza de peixe em quantidade, qualidade e rapidamente comercializado - os proprietários de parêlha dos outros pontos de pesca, muitas vezes, sequer têm saído ao mar.

O monopólio do ponto de pesca do Canto tem gerado muitos conflitos - acirrados nos últimos anos quando diminuiu a quantidade de peixe nos outros pontos - especialmente na Meia Praia, devido à presença de veranistas e ação dos barcos de pesca que forçam o peixe a procurar a proteção das pedras do Canto.

A solução encontrada foi juntar a sociedade da Meia Praia às do Canto. Desde 1983 (mais ou menos), então, a sociedade da Meia Praia com sua única rede de tainha com 8 homens pesca com a sociedade do Canto, composta de 2 emendas, uma com sete redes e outra com 9 redes de tainha - nas quais trabalham 70 homens. O depoimento comprova:

"É de muitos anos que eles tão ali. Lá não pode chegar qualquer pescador. É deles. Nem lá, naquela praia lá (aponta a praia do Santinho). O erro em Ingleses de pesca é esse. É que eu querendo botar uma rede lá eu tenho que deixar 3 lançar pra depois eu lançar também. Vem a 1^a, a 2^a, a 3^a. Aquela só de 1^a, pudesse vir pra 200 mil peixes, ela sozinha é que lanceava... A outra lanceava de 2^a e depois da 2^a eles têm a mesma que lancea de 1^a - tem outra rede e lancea de 3^a é assim. Agora eu pra lançar um bocadinho de peixe, eu tenho que lançar por trás da 3^a ainda. Hoje não porque lá eu não vou, porque já é interessado. Então eu mato aqui é pra eles lá, eles matam lá é pra nós aqui. É assim, então agora melhorou porque tá tudo junto. E pra lá pro Araçá não, pra lá é cada um pra si".

Atualmente, enfim, a pesca em Ingleses têm as seguintes características: depois da tainha (umas 20 redes em Ingleses

ses, mais ou menos), começa a chamada "pesca de verão", feita com o "arrastão de praia". Ainda, tem a pesca da curvina (umas 8 redes em Ingleses), feita fora da baía, como a pesca da enchova (umas 12 redes, aproximadamente) e do cação - feita com o "caçoal" - redes mais curtas, por isso em grande quantidade porque para a pesca "emenda-se 10, 12 ou 20 redes uma atrás da outra, no mar". Há ainda 3 ou 4 cercos em Ingleses. Espinhél é pouco usado e camarão são os barcos de fora pescam em Ingleses.

TRABALHOS ACESSÓRIOS À PESCA ARTESANAL³²

Parto da seguinte afirmação de um ex-pescador-lavrador já citado na página 32:

"A pescaria sempre teve um outro trabalho associado. Quase sempre o pescador são de lavoura porque, vamos dizer, se eu vou pescar, se eu vou lá 'pruma' parelha pescar, mas tem a época que dá o peixe, então no meio daquela época que não tem o peixe eu tenho que ter alguma coisa pra fazer".

Fundamentando este sub-capítulo na afirmação de Kautsky (1972"b: 05) aplicada à pesca:

"(O pequeno camponês) arranja o tempo necessário para o realizar (ao trabalho acessório/RVC), pois a exploração de sua terra são de tempos a tempos exige toda a sua atenção. Faz face as suas necessidades de dinheiro vendendo não o seu excedente de produtos, mas o seu excedente de tempo". (Grifo meu-RVC),

o que pretendo é demonstrar que no mesmo caminho percorrido pela pesca como trabalho acessório à lavoura³³ (depois transformada

³² Esta questão será analisada somente no que interessa aos objetivos desta dissertação - os limites não permitem um aprofundamento.

³³ Ver p. 13 do capítulo 1 desta dissertação.

em atividade principal) é que se situa o trabalho proletário (ou sub), urbano: ou seja, iniciando-se como acessório logo transforma-se em principal, passando a caracterizar um dos movimentos migratórios objetos desta dissertação: aquele dos "camaradas" pescadores não-proprietários.

A incorporação do trabalho acessório à pesca artesanal é bastante complexa e será aqui analisada em seus dois aspectos:

O primeiro aquele da inerência de uma atividade complementar a uma atividade caracterizada pela inconstância de produção como é a pesca por causa de sua total dependência aos recursos naturais - atividade extrativa, praticada ao ar livre.

O segundo é o aspecto do início da proletarização através de um trabalho que num primeiro momento era complementar e realizado pelos membros da família que não podiam ir à pesca: a mulher e as crianças³⁴. Aos poucos a posição das atividades se inverte e a pesca passa a complementar um emprego efetivo, geralmente urbano e já exercido também pelos membros masculinos adultos.

Atualmente, as características por mim observadas e para mim relatadas pelos pescadores atestam ser bastante tênue a distinção entre o que chamarei o "aspecto de inerência" e o "aspecto de proletarização". Talvez o fato de que o primeiro é geralmente encontrado entre os mais antigos praticantes da pesca

³⁴Para um maior detalhamento, ver Beck et alii, 1984: 126-167.

e o segundo entre os pertencentes a uma geração mais jovem.

Entretanto, como a pesca está a cada dia mais desacreditada como fonte competente de extração de recursos, os dois aspectos acima referidos e antes independentes passaram a ser etapas que se sucedem: a última a da proletarização total.

a) O "ASPECTO DE INERÊNCIA": A AJUDA FEMININA³⁵

Como atividade eminentemente masculina a pesca sempre incorporou em seu quadro econômico mais amplo - o dos consumidores ligados por vínculo familiar ao produtor - o trabalho complementar feminino. Antigamente a renda-de-bilro, a lavação, a costura, o magistério, a produção agrícola e pastoril "de quintal". É o que podemos ler no depoimento de uma entrevistada, "mi

³⁵ Se somente se considerar "trabalho acessório" aquele realizado por um trabalhador para complementar sua renda, utilizando-se de um "tempo excedente" que possui, este item deveria conter somente dados sobre a lavoura que a maioria dos pescadores plantou em algum momento de sua vida produtiva (o verbo está no passado, porque atualmente não há mais plantação de lavoura. Esta, há pelo menos uma década, foi substituída por outros trabalhos ligados à expansão urbana e/ou turística e que serão analisados mais detidamente no item b) "o aspecto de proletarização"). Embora seja bastante importante na reconstituição da história da desarticulação profissional dos pescadores, a lavoura não será mais analisada aqui (quando seria oportuno) porque já o foi com detalhes no início deste capítulo 2 (pp. 31 a 37) - (quando em seu primeiro momento: a pesca lhe sendo complementar).

Sem nenhuma outra pretensão, unicamente com fins metodológicos, resolvi denominar os dois aspectos ("inerência" e "proletarização"), incluindo no primeiro a ajuda feminina.

Não que pretenda ir contra a definição teoricamente aceita de "trabalho acessório". O que me permito é ampliá-la, passando a considerar (para os fins desta dissertação), "trabalho acessório" todo aquele que possui um papel importante como complemento da renda familiar, não tendo, necessariamente, que ser realizado pelo principal produtor ("O Chefe da Família").

grante" de Ingleses, vinda em 1968:

"Primeiramente o meu marido foi pescador, né? Pagava carteira pra "funcionário" de pescador na Capitania, onde quem pagava sempre pra ele era o João Lemos. Aí depois ele deixou atrasado, acabou-se a vida de pescador. Não dava mais. Foi pro Rio Grande. Passou muito mal e tal até o Erasmo foi que socorreu ele de lá pra cá. Veio pedindo carona e veio muito mal com a mão, "dum" calo que criou, foi operado, foi tudo, aí não deu mais, né? Desistiu da vida de pescador. Passou a carpinteiro com o tio dele que é o Antilídio, o Lídio, né? Aí não dava mais de carpinteiro, né? Ai pegou, quis trabalhar praqui. Aí eu fiquei, eu fiquei na minha luta. Lavação e gado, roça, criando 6 filhos, como eu fiquei, tudo lá. (...) Meus filhos não ajudaram nada, era só o dinheiro do esposo na carpintaria e o meu na lavação, só mesmo".

Atualmente, com a expansão imobiliária e turística, a esses trabalhos complementares acima referidos, juntaram-se outros, como o de faxineira, o de doméstica, o de caseira, o de revendedora de produtos industrializados femininos³⁵. Muitas vezes (cf. safras ou situações específicas) este trabalho complementar da mulher acabou por tornar-se a principal fonte de renda familiar. Dois depoimentos bem o confirmam:

"Eu dei o estudo pra minha mulher, hoje ela é enfermeira da Carlos Correa (maternidade em Fpolis-RVC). Ela até acha que eu devo trabalhar em terra. Eu não vivo só da pesca, trabalho com pintura também, serviço de pedreiro. No barco eu trabalho no convés. Pra ser mestre de barco precisa estudar 4 meses na Academia. Pra ser contra mestre precisa ter amizade com o proeiro. Mesmo assim é melhor ser embarcado. Pescando 2 meses na safra da tainha dá 120 mil, no ano passado deu 40 mil por mês. Aqui na praia o peixe tá muito

³⁶ Caso de uma ex-doméstica, esposa de um "camarada" artesanal em Ingleses que tem problema de alcoolismo, que disse que melhorou "um pouquinho de vida", provavelmente referindo-se ao "status" de autônoma. Exemplo desses produtos: perfumaria (AVON) e langerie (DE MILLUS).

difícil". (Entrevista feita no verão 82/83).

"A minha esposa lá ajudava na lavoura e aqui ainda tá ajudando. Coitada. Eu tô em casa e ela foi trabalhar. Ela trabalha ali no "Ouro Verde" esse prédio aqui embaixo. Ela trabalha de faxineira, assim de firma. Quando ela veio pra cá ela trabalhava em casa, lavava roupa pra fora, lavava pra casa, tinha os filhos pequenos. Esse aqui depois nasceu aqui (o filho de 13 anos que acompanhava a entrevista-RVC). Aí depois é que ela conseguiu arrumar um serviço por fora e ainda tá auxiliando por fora".

Para finalizar esta questão sobre a ajuda feminina como "trabalho acessório" (vide nota nº 35 deste capítulo) escolhi o trecho de uma entrevista que espelha com propriedade esta situação, pois que se refere ao trabalho de três mulheres de uma mesma família: a mãe e duas filhas. A mãe, esposa de pescador artesanal "camarada" aposentou-se como professora primária da escola de Ingleses, tendo sido em seguida recontratada para serviços de secretaria na mesma escola "por força da necessidade de ajuda a formar meus três pequenos, os últimos dos oito a terem que ser encaminhados". Quando perguntada sobre o porquê de ter ido trabalhar fora numa época (1955) em que até na cidade poucas mulheres o faziam, respondeu:

"Foi o que valeu, né? Agora, ele (o marido - RVC) pesca, mas um mês. Tem mês que faz bastante. Fez bastante nessa tainha. Agora vamos esperar esse benefício até ano que vem, pra dar outro pra comer. Agora, todo dia precisa de comer". (Entrevista feita em 84).

A filha mais velha aprendeu a fazer renda com a mãe, faz "pra fora" embora o preço da linha e a morosidade própria à produção não sejam pagos em valor correspondente pelo mercado consumidor. Havia, quando moça solteira, tentado dois outros caminhos (aprender "corte e costura" em Fpolis, e "ser doméstica" em Itajaí, onde tendo conhecido o atual marido" parou de trabalhar"). Atual

mente faz renda, porque, segundo a mãe, é o de que mais gosta.

Parecendo confirmar o que uma outra entrevistada declarou: "hoje em dia compensa mais uma faxina", a outra filha da professora aposentada é casada com um pedreiro e trabalha como diarista no centro, no apartamento de um casal que veraneia em Ingleses e para o qual trabalha de doméstica durante o verão. Não ganha nem a metade do salário-mínimo pelo trabalho de lavagem de roupa, limpeza e cozinha que executa, entretanto - a mãe alega - ganha o passe do ônibus e o casal não tem filhos.

Além do trabalho feminino, este "aspecto de inerência" engloba a pesca industrial sazonal - períodos de safra - já bastante detalhado no início deste capítulo (pp. 40 a 48), como bem definido por um pequeno-proprietário de pesca em Ingleses:

"Não existe o 'pescador embarcado' o que existe é o pescador de praia que embarca. Quem trabalha em barco somos nós mesmo. É alguma época que falta aqui é obrigado a ir por barco. Sempre foi assim".

Por isso, incluo a pesca industrial no item "aspecto de inerência". Mesmo porque, com a expansão da pesca industrial a mão-de-obra necessária havia que ser a da pesca artesanal, pois é a que domina a habilitação requerida.

b) O ASPECTO DE PROLETARIZAÇÃO:

Mas a pesca industrial possui um duplo aspecto, além do referido, há nela o "aspecto de proletarização": seus critérios de assalariamento tão peculiares³⁷ a divisão social do tra-

³⁷ Todos recebem salário mínimo na carteira profissional e "por

balho sempre maior com suas conseqüências afloradas (alienação de conhecimentos etc.) e todas as características já apontadas neste capítulo. É através dela, pois, que o pescador fica refuzido à mais simples força de trabalho:

"A vida é muito dura, é um presídio. Só come quando eles quer no barco. São 20 dias de mar, prá vim ao porto trazer o peixe. São 4,5 dias sem tomar banho, lavar roupa. Pra dormir não tem hora. Não tem horário de serviço". (Entrevista com um pescador embarcado - cozinheiro, pescador "camarada" em Ingleses, no verão).

Iniciado com a pesca industrial:

"Pesquei até 2 anos atrás. Só parei quando tive um problema de saúde. Pescava embarcado, em Rio Grande, pesca de alto-mar: Itajaí, Santos. Ganhava uma parte do meu corpo e mais meia parte da máquina, eu era maquinista. A vida de embarcado é horrível. Longe da família, dormindo nos beliches, dentro dos barcos que ficam balançando, fazendo a gente enjoar. Agora sou motorista da Secretaria de Turismo". (De um ex-pescador embarcado, morador de Ingleses e motorista em Fpolis),

o "aspecto de proletarização" contido no trabalho acessório à pesca artesanal firma-se através dos serviços possibilitados pela urbanização crescente, dada tanto pela gradual (mas constante) transformação da comunidade de pesca em balneário de verão, quanto pelo encurtamento das distâncias entre praia e cidade com a construção de estradas de ligação. Os depoimentos confirmam as várias formas que assume essa expansão imobiliária e turística:

"Trabalho de pedreiro e carpinteiro, só da pesca.

Cont.

fora" a produção. O pescador participa de todas as despesas - do INPS à comida - antes de receber o direito à parcela "produção" etc.

não dá, "duns" 8 anos pra cã". (De um pequeno-proprietário artesanal de Ingleses).

"Sou caseiro da casa de praia do Roberto Amaral, aquele de Lagés, não tem? Faz 12 anos me aposentei pelo INPS, paguei como autônomo. Agora só pesco de vez em quando". (De um ex-"camarada" de Ingleses).

"Eu só pesco de brincadeira. Estudo na Escola Técnica e trabalho com meu cunhado no verão, o Juci, que a gente chama Bubi. Fico aqui de sócio na lanchonete. Quero ver se arrumo algum emprego porque a pescaria é mais forçada e a gente ganha pouco". (De um ex-"camarada" de Ingleses).

"Meu irmão é pedreiro. Eu também me viro com outros empregos. Leio bem, escrevo bem, sou motorista e faço serviço de instalação de motor de água nas casas. Sempre aparece um bico pra eu me virar". (De um pescador-"camarada" em Ingleses).

Mesmo porque, como diz Kautsky (1972/b:06) para o pequeno camponês - aqui aplicado ao pescador inserido na pequena produção mercantil³⁸:

"Quanto mais necessidade tem de ganhar dinheiro, mais se deve dedicar ao seu trabalho acessório em detrimento de sua agricultura".

Enfim, para que um pescador artesanal, que mais e mais dedica-se a um "trabalho acessório", possa ainda conservar sua atividade profissional de origem, não sucumbindo totalmente à proletarização que lhe é imposta, é muitas vezes, necessária - senão sorte - ao menos uma estrutura familiar sócio-econômica mais sólida - ou seja, que ele não seja o primeiro. Nas palavras de um informante:

³⁸ Ainda que Ivo (1975:16-20) discorra com detalhes sobre as diferenças entre essas duas categorias sociais, com as quais tendo a concordar face à realidade que conheci através da pesquisa que embasa esta dissertação.

"É difícil arrumar emprego em terra. Pra mim é fácil porque eu tenho o cunhado que me deixa embarcar pra tainha e pra enchova, no Rio Grande. É de maio a setembro. Depois ele me bota de novo na lanchonete. Na praia eu pesco um pouco no verão".

No encerramento deste capítulo vê-se que a "praia" há muito deixou de ser o local onde ocorre uma economia camponesa de produção. No decorrer de sua constituição histórica, a "praia" aos poucos transformou-se no local onde se desenvolve relações de produção mercantil: simples (no caso dos pescadores-lavradores), ou ampliada (no caso dos pescadores artesanais). É quando começa a surgir na "praia" traços da produção econômica capitalista - com sua pesca "industrial" (em barcos)-, através do recrutamento da população que a habita: mão-de-obra original e exclusivamente dedicada à economia mercantil acima referida, que se acentua o processo de mudança da "praia", parte de um processo global próprio à vida das nações - mais ou menos acentuado conforme a configuração histórica de cada nação.

É dentro deste processo global de mudança que se situa as migrações internas, como um fenômeno social historicamente condicionado. No caso em análise, então, em um de seus aspectos³⁹, as migrações resultam como resposta às mudanças que se processam na "praia".

³⁹ Na outra face dos movimentos migratórios se localiza a cidade e o processo histórico de sua mudança. Tal aspecto será analisado no Capítulo 4.

CAPÍTULO III

MIGRANTES

"Partir! ... Tão bom!
Mas p'ra quê chegar?"

Mário Quintana

Na tradição dos estudos sobre o processo de deslocamento populacional denomina-se "de origem" o local de onde partem as correntes migratórias que se dirigem para os chamados locais "de destino".

Para o que aqui interessa, então, a "praia" - e o conjunto de relações sociais que nela têm lugar - é o local "de origem" dos grupos sociais que se deslocam para a cidade: local "de destino".

É esse deslocamento de grupos sociais que se tem denominado "migração".

Tradicionalmente os inúmeros estudos sobre migração a tem definido como o deslocamento espacial (geográfico) de grupos específicos devido a transformações estruturais da sociedade (do ponto de vista do Histórico-Estruturalismo) ou o deslocamento de indivíduos frustrados que buscam num outro local um nível de satisfação psicossocial mais elevado (do ponto de vista da Teoria da Modernização).

A aproximação entre ambas as definições é o fato de considerarem, antes de tudo, "migração" um processo de mudança geográfica. Por força da realidade encontrada na pesquisa é justamente neste item que esta dissertação foge a conceitos tradi-

cionalmente aceitos. Parto, portanto, de uma premissa ampliada. Assim, "migração", para os fins de organização metodológica desta análise, é um processo social de deslocamento não só geográfico mas e/ou também profissional. Ou seja, a mudança de que trato se dá em dois níveis fundamentados em razões de classe social: o nível a que chamarei "físico" e o nível que chamarei "funcional". Enquanto o primeiro referido trata daquele deslocamento de habitat geográfico, o segundo diz respeito à mudança da fundamentação sócio-econômica da existência do grupo, em outras palavras, à transferência de função social. Migrante, então, passa a ser não só aquele oriundo de um outro local, mas também aquele oriundo de uma outra profissão.

Vale ressaltar, entretanto, que esses dois níveis surgem como diferenciados não por opção dos grupos migrantes, mas sim devido às condições objetivas da classe sócio-econômica a que cada grupo pertence. É, então, a posição que cada grupo ocupa no processo de produção econômica dentro da pesca que vai determinar o nível (ou níveis) em que a transição vai ser possível. É a partir daí que identifiquei na realidade pesquisada três movimentos migratórios distintos:

O primeiro¹ seria o empreendido pelos grandes proprietários e/ou intermediários² que se transferem espacial mas não profissionalmente. O segundo seria o empreendido pelos pequenos

¹ Esta numeração é para fins únicos de organização da explicação, não significando, em nenhum momento, uma classificação dos tipos por ordem de acontecimento real.

² Correspondentes aos empresários de pesca industrial e intermediários.

proprietários³, que, repetindo uma definição usual de "migrantes", mudam radicalmente de vida, transferindo-se tanto espacial quanto profissionalmente. E o terceiro movimento seria o dos não-proprietários⁴, que são migrantes na profissão, mas conservam o local de moradia⁵, reduzindo a comunidade de pesca à condição de um bairro qualquer da periferia da cidade.

AS FASES DA MIGRAÇÃO

Mesmo diferenciados os três movimentos migratórios referidos passam pelas três fases de que fala Martins (1973:20);

"A migração compreende três fases: 'Primeira, a motivação para migrar - as necessidades e disposições que levam as pessoas a saírem de um lugar para outro; segunda, a estrutura do processo migratório real, da transição física da sociedade original para a nova; terceira, a assimilação dos imigrantes pelo esquema social e cultural da nova sociedade'. Durante essas três fases o sujeito se dessocializa, isto é, despoja-se de um certo número de relações sociais, reduz as suas relações ao grupo primário e provisório da fase de migração propriamente dita, e se ressocializa, ou seja, estabelece relações no interior da sociedade de adoção, em virtude dos papéis que nela passa a desempenhar. Esta última fase culmina com a sua assimilação, quando, então, o imigrante reelabora a sua auto-imagem, reformula a sua personalidade".

³Correspondentes aos pescadores artesanais proprietários de parrelha de pesca e aos pescadores-lavradores proprietários da terra em que plantam (ou plantavam). Aqueles pescadores-lavradores que trabalham sob o regime de "meia" serão englobados no tipo "não-proprietários".

⁴Correspondentes aos simples "camaradas" de pesca artesanal e aos pescadores-lavradores sob o regime "de meia", pois na pesca também são camaradas.

⁵Sem dúvida por motivos econômicos, já que na "praia" são sempre donos (posseiros) da terra que ocupam, embora enumerem especificamente motivos de apego afetivo e cultural à comunidade onde nasceram - o que, embora provavelmente verdadeiro não é, entretanto, fundamental.

É das duas primeiras fases que trata este capítulo. A última será objeto de análise no capítulo 4.

1ª FASE: A Motivação para a Migração - ou: A "Migração Subjetiva":

A efetivação (ou não) de cada um dos movimentos migratórios enumerados depende explicitamente do grau de motivação atingido. É o que aqui vou denominar: "migração subjetiva".

Precedendo a "migração objetiva" (2ª fase) - que seria o deslocamento propriamente dito - a "migração subjetiva" fundamenta ideologicamente, isto é, os grupos sociais transferem-se (do local ou de profissão), quando incorporam mentalmente as condições objetivas, ou seja, quando introjetam à nível de consciência a estrutura de produção historicamente determinada. Deste modo, essa transição subjetiva inicia quando o grau de saturação das necessidades reais alcançou seu máximo de tolerância e se instaura um processo mental de ponderação sobre as possíveis soluções existentes.

Assim como a "objetiva", esta "migração subjetiva" possui especificidades próprias a cada um dos agentes identificados pelos três diferentes tipos de movimentos migratórios a serem tratados aqui.

Portanto:

- a) A "migração subjetiva" dos grandes proprietários e/ou intermediários":⁶

A história de transição dos grandes proprietários

⁶ Não consegui contato com o principal intermediário de pesca de

e/ou intermediários para a cidade é bastante peculiar. Conforme os entrevistados, pela própria natureza da sua atividade original, convivem diariamente numa lógica que mistura "praia"⁷ e cidade. A própria constituição histórica dessa categoria demonstra: no caso de Ingleses os grandes proprietários e/ou intermediários foram conduzidos a essa atividade por privilégios familiares de alguma ordem, que extrapolavam os limites da comunidade:

"Eu já trabalho desde pequenino. Eu quando tinha 12 anos, 14 anos, né? Porque nós lá ia até o primário, né? Porque não tinha mais professor, né? Aí eu já... Meu pai comprou um caminhão eu já fazia umas viagens pro Rio Grande junto com o Job - um cidadão motorista, que o papai tinha aqui em Canasvieiras. Então nós já íamos junto. Aí já ele já educou nós a comercializar, a ser comerciante. Assim já com 12 anos, 14 anos de idade. Então nós já íamos junto com o motorista. Nós vendia mercadoria, já comprava arroz, já comprava outra mercadoria, entende? E nós era o 'caixinha' mesmo porque naquele tempo o dinheiro era no bolso, né?, entende? E nós tínhamos muito

Ingleses. Sua sogra, por mim entrevistada, embora tenha sido questionada a respeito (provavelmente por motivos pessoais que fogem à minha compreensão) apenas informou sobre o genro o seguinte: "O meu genro faz uns 10 anos que trabalha com pesca, mais ou menos, que ele tinha aquele "Gelinho" (da Ilha) antes ele trabalhava com o Aroldo, eram sócios. Primeiro ele trabalhava com caminhão, ele viajava em solteiro. Ele nunca pescou. O pai dele eu lembro como comerciante. Tinha um comércio, um armazém. Foi ele que começou a comprar as coisas dele, o Hélio, porque depois ele veio, ele entrou de sócio com o Aroldo e do primo dele o Azeneu. Aí eles foram comprando, porque antes ele não tinha não. Depois foi que ele começou a comprar". Então os dados deste capítulo referem-se principalmente a dois grandes empresários de pesca, que iniciaram sua vida profissional no comércio de pescado da praia de Ingleses, com o pai, também grande líder da comunidade. Ambos os entrevistados trabalham atualmente no âmbito da pesca industrial. Considerando-se que, à época da mudança para Fpolis ambos trabalhavam nos quadros da pesca artesanal, especialmente de Ingleses e Rio Grande, adoto os dados fornecidos, ainda que muitas vezes refiram-se à pesca industrial. As fontes dos demais trechos de entrevistas citados serão sempre indicados.

⁷ O conceito de "praia" aqui está ampliado porque extrapola os limites da comunidade de pesca artesanal, incluindo os grandes portos de onde partem os barcos e que são pontos de recepção do pescado capturado em alto-mar.

cuidado com as coisas, aprendendo a comercializar. Quando nós fizemos 18 anos aí nós tirava a carteira de motorista: motorista profissional então... Aí o meu pai comprava um caminhãozinho pra nós. Pra cada um comprava o seu. Mas ele comprava no sentido de dar o crédito. Quando nós tirava a carteira de motorista, com 18 anos, ele ia na Ford, comprava o caminhão, mas comprava fiado. Tinha o compromisso da prestação. Era 15 mil réis ou 20 mil réis, né? Naquele tempo. Então nós íamos batalhar e pagar o caminhão. Aí nós pagava aquele caminhão então a gente ficava com o caminhão pra nós. Aí então a gente ficava proprietário do caminhão."

Este mesmo grande proprietário e intermediário que deu o depoimento acima, deu outro em sua longa entrevista em 84, que bem ilustra a importância da política na comunidade de pesca, como fonte de possibilidades que ultrapassam a realidade da pesca:

"Mas é assim, e nunca nenhum de nós teve, assim, dificuldade de vida, de comer, de trabalhar. Nunca teve. E todos com muito pouco estudo. Mesmo lá só tinha poucas escolas. Não tinha muitos ônibus. O meu pai também era o intendente, na época do Paulo Fontes. Primeiro foi o seu Ze Fernandes, depois foi o papai. Então na época que o Paulo Fontes era prefeito ele era muito lá de casa. O Irineu Bornhausen ia muito lá. E eles queriam arrumar um emprego pra mim no Estado. E o papai disse: "Não, não queria que nenhum dos meus filhos fosse empregado, e eles com as dificuldades deles vencessem ou não vencessem essa vida, mas que não fosse emprego, que trabalhassem por conta própria e sempre assim, com condições de eles dar emprego e eles nunca se empregar."

É assim que em seu círculo de relações sociais encontram-se pessoas de vários locais, geralmente membros de sua classe, porque também ligadas à comercialização, transporte, política. O depoimento abaixo é exemplo desta afirmação:

"Nós fazíamos qualquer comércio. Comprava arroz no Rio Grande, vendíamos aqui. Comprávamos cebola, vendia, se nós carregava um caminhão pra Bahia chegava lá carregava de côco pra cá. O que dava jeito nós comprava. Comprava-vendia."
(De um empresário de pesca, natural de Ingleses,

filho de pescador artesanal e intermediário, morador em Fpolis desde 1954)

Deste modo, a decisão de transferir-se para a cidade é praticamente natural. Grandes proprietários e/ou intermediários transferem-se para a cidade por comodidade simplesmente: para ficar mais próximos do seu local real de trabalho, já que a "praia" para eles é no fundo a fonte extrativa, nunca a fonte final, pois que seus interesses giram em torno dos bancos, financeiras, portos, rodovias, mercados. Na "praia" investem, mas é na cidade que aplicam. Os três trechos de entrevistas abaixo comprovam isto:

"Hoje o porto base de pesca aqui em Santa Catarina é em Itajaí. Os meus barcos trabalham em Santa Catarina, aliás em Itajaí. Eu só tenho escritório aqui (em Fpolis) pra acertar os números, só pra acertar os números, quer dizer, como os meus barcos são registrados na Capitania de Fpolis, os embarques são feitos pela Capitania de Fpolis, os pescadores são vinculados aqui no quadro de empregados, a sede é aqui. Agora, a minha atividade mesmo é em Itajaí." (De um empresário de pesca, filho de pescador artesanal e intermediário de pesca em Ingleses, morador em Fpolis desde 1966)

"Hoje nesses órgãos financeiros não 'hay' dificuldade pra descontar título, essas coisas, agora: só o cara paga demais, né? Mas paga mesmo, né? Paga. Eu pra mim, tô achando mais conveniente como estou trabalhando, entendesse? Pago a prestação de serviço, mando a mercadoria, fico com os títulos em casa. Quando preciso de um pouco eu desconto no banco e tal." (Do mesmo entrevistado citado acima)

"(...) O meu filho e o meu sobrinho foram pra lá (para o RJ) cuidar do escritório (da empresa de pesca industrial SOPESCA), né? da firma. Aí eles foram, começaram a cuidar do escritório, depois começaram a trabalhar no Mercado, na banca do mercado, assim: mandando os empregados... aquela coisa, né? Carregar os caminhões, descarregar, e mandar pra tal lugar e mandar assim. Eles eram como administradores da firma. Mas eles pegavam também no serviço, ficavam a noite toda no mercado, né? Ainda ficam. Então depois, com o tempo, eles compraram a firma do Rio pra eles, quando

os meus sobrinhos resolveram vender aí eles compraram. (...) E também têm banca no mercado. Eles vendem também no mercado (...). Eles mandam assim pra fora (exterior), como mandam até pro Recife, mandam pra aqui pra Itajaí, porque eles têm frigorífico agora em Itajaí, né? Eles têm aquela transa deles. Eles mandam do Rio pra Itajaí, depende de como eles vendem, né? Mandam de Itajaí pro Rio, mandam do Rio Grande pro Rio de Janeiro, as vezes até mandam do Rio de Janeiro pro Rio Grande. Depende da mercadoria, né?" (De uma professora aposentada, esposa de um pescador artesanal pequeno proprietário e mãe de dois grandes proprietários e intermediários de pesca à nível industrial, moradores um no RJ e outro no RGS desde o início da década de 1970)

É assim que a "migração subjetiva" dos grandes proprietários e/ou intermediários dá-se sob a forma de uma projeção de ideais para os filhos.⁸ Então, o capital gerado na "praia" - por suores que não os seus, fruto de uma alta exploração já referida no capítulo 2 - é fermentado nos imóveis: lotes, morros, dunas, para ser, enfim, aplicado na cidade através da educação dos filhos. Porque têm uma espécie de "consciência-não-explicitada" (inerente à função que exercem), de que "o capital não tem fronteiras", os grandes proprietários e/ou intermediários buscam na cidade o reconhecimento de seu papel na reprodução do sistema capitalista. E assim, se não conseguem desvencilhar de sua pessoa o estigma cultural de arcaicos e ingênuos ligado a sua origem interiorana, projetam para a sua descendência uma total urbanização a nível cultural. Selecionei uma série de trechos de entrevistas que contêm os fatos acima citados:

"A herança do meu pai, o meu pai já foi daqui ao Farol de Santa Marta, dentro de uma canoa, levou 3 dias e 3 noites, que não existia motor naquela época, certo? Quando ele comprou o primeiro caminhão dele, no tempo da guerra, sabe? Chegou

⁸Ver p. 127, cap. 4.

aqui comprou aquele morro (Do Canto de Ingleses, que avança no mar e separa as praias de Ingleses e Santinho) por 18 contos. Agora o valor daquele morro é de 500 milhões, 1 bilhão de cruzeiros, que foi o que os outros herdeiros herdaram também (...) Aquela outra área lá (considerada "dunas", próxima ao Canto, com 250 metros de frente para a praia de Ingleses e 250 metros de frente para a praia do Santinho) eu comprei, escritura pública e tudo. Em 78 também comprei a casa da Alda lá nos Ingleses, pra veraneio". (...) (De um empresário de pesca, filho de um pescador artesanal e intermediário de pesca em Ingleses, morador em Fpolis desde 1954)

"Eu tenho um filho que é vereador, o Adirzinho, é formado em Administração. Tenho outro o Almir, que formou-se em Medicina, vai fazer uma especialização na Espanha, se não conseguir vaga na universidade de lá, tá esperando a resposta, então vai fazer residência em São Paulo, em Cardiologia, eu tenho um amigo médico que encaixa ele lá. (Em 1986 soube que o rapaz está na Espanha, fazendo especialização em Gastroenterologia-RVC). Tenho também uma filha formada em Pedagogia, trabalha na Prefeitura, nesses Centro Social Urbano. Tenho um menino que vai fazer vestibular (Isso em 84, em 86 encontrei-o estudando Direito na Faculdade de Itajaí-RVC). E tenho essa pequena Todos em casa. Na pesca, é claro, não criei nenhum porque não preciso dar essa incomodação pra eles." (Do mesmo informante do depoimento acima)

Considerando-se, então, o que foi abordado neste subcapítulo, pode-se com segurança afirmar que grandes proprietários e/ou intermediários pertencem muito mais aos quadros urbanos que aos "praieiros" e a transferência de seu local de moradia para a cidade significa muito mais a necessidade do capital de expandir-se do que a transformação de padrões econômicos. A grande motivação, enfim, seria a busca de um outro "status" social, caracterizando sua migração portanto, de um anseio de transição de valores culturais. É assim, que o deslocamento espacial dos grandes proprietários e/ou intermediários transforma-se num "rito de passagem", isto é, na ritualização de uma data que marca o ingresso num novo "status". No depoimento abaixo transparece essa característica:

"Eu vim pra cá em 1954, quando casei. Todos os meus irmãos vinham também pra cá pro Centro quando casavam. (...) Eu vim morar aqui no Centro porque era comerciante, né? Aqui era mais fácil. Aí depois os guris cresceram e botamos eles aqui nos colégios daqui, né? Vim pra cá na noite do casamento." (Única referência específica à mudança para Fpolis de um grande proprietário e intermediário de pesca de Ingleses, que atua no âmbito da pesca industrial, em sua longa entrevista em nov/84)

b) A "migração subjetiva" dos pequenos-proprietários:

Embora os grandes proprietários e/ou intermediários tenham, no âmbito da produção econômica, um papel que envolve riscos, estes são amortecidos pela sua estabilidade ao nível de capital investido em instrumentos de trabalho e imóveis, e também pela própria lógica de sua fonte de recursos: onde, se eles arriscam o fazem só pela metade, pois que a outra metade cabe aos que participam diretamente da produção. Os pequenos proprietários, por sua vez, vivem de riscos totais, restritos ao âmbito de sua própria família. Por isso percebe-se que o principal fator da "migração subjetiva" dos pequenos proprietários, a maior motivação para um deslocamento de local e profissão, é a busca de estabilidade econômica. Essa estabilidade econômica buscada traduz-se não só pela regularidade no recebimento de dinheiro, como também pela assistência previdenciária - como garantidora do futuro. Nas próprias palavras dos que viveram essa situação:

"(...) a pesca é assim, tem uma semana, dois, três dias que dá. Passa um mês, quinze dias, oito dias que não dá mais nada. Então tá comendo aquilo que ganhou, né? É isso." (De um ex-pescador artesanal, proprietário de parrelha em Ingleses, atualmente dono de lanchonete em Fpolis, para onde mudou-se em 1975)

"Eu vim porque tava muito ruim. Naquela época lá

era muito ruim (...). Lá não tinha nada de carteira assinada, de assistência, nada. Aqui tem tudo certinho (...) (De um pescador-lavrador pequeno proprietário em Garopaba, atualmente funcionário do departamento de limpeza da Prefeitura de Fpolis, para onde mudou-se em 1954)

Muitos migrantes referiram-se também à busca de uma organização do tempo que a pesca não permite: esgotante do corpo, a pesca acaba por afastar o profissional do convívio familiar. Foi o que relatou, entre outros, o informante do último depoimento acima citado:

"Porque, vamos dizer, a pescaria, se dá um tempo de chuva, um tempo frio, mas se... e tem peixe pra você matar, você tem que ir, tem que aguentar aquilo tudo. E aqui não, aqui a gente tá agasalhado, né? Tem horário. Deu o horário vai embora, não quer saber. Quer dizer, então é melhor por causa disso, é mais fácil, menos sacrificado. (...) Na Prefeitura você trabalha o dia chega a noite tá em casa com a família, então é melhor de fazer. As vezes ganha menos, mas é que compensa tá junto, né? Porque se acontece um filho ficar doente ou a esposa mesmo, então tá em casa pra auxiliar."

Outro dos motivos alegados por pequenos proprietários para a migração é a busca de um maior conforto, o anseio por uma comodidade inexistente na vida da "praia"⁹ e o desejo de introduzir os descendentes nos quadros urbanos de ascensão, representados pela escola, principalmente.¹⁰ Conforme uma migrante vinda em 1965, professora aposentada e esposa de um ex-pescador artesanal, pequeno proprietário de pesca, atualmente guarda da

⁹ Isto na época dos maiores fluxos migratórios, até o início da década de 1970. Com a expansão urbana a partir desta data, representada especialmente pelo incremento da rede viária e de transportes, muitas das benesses da vida urbana alcançaram a "praia" antes rústica.

¹⁰ Ver p. 136, cap. 4.

Penitenciária em Fpolis:

"Naquela época não dava (...), não tinha conforto, não tinha jeito, não tinha como a gente educar os filhos da gente, né? Não tinha... não dava porque a educação era completamente diferente. Então mesmo que a gente quisesse puxar uma educação melhor para os filhos da gente não dava, porque lá na rua eles iam buscar a mesma educação que os outros tinham, né? Então, ...aquele linguajar deles muito ruim, né? Do pescador assim, de gente analfabeta. Era um analfabetismo completo daquela gente mais idosa. Aí depois aquelas crianças, a mocidade, foi estudando, né? Foi melhorando. Mas era um analfabetismo completo. Não dava. E a falta de conforto! Eu queria assim, que os meus filhos estudassem. Eles também queriam."

Assim, fundamentando-se em ideais de progresso e segurança absorvidos da cultura urbana que lhes penetra sub-repticiamente em cada visita¹¹ à cidade, os pequenos-proprietários passam a almejar transferir-se¹². Porque fogem dos riscos econômicos de sua profissão - à mercê de recursos naturais - e devido à impossibilidade de praticá-la nos quadros urbanos, esses pequenos proprietários quando migram para a cidade o fazem nos dois níveis referidos no início deste capítulo: espacial e profissionalmente.

Mas o aspecto considerado decisivo como motivação pe-

¹¹ Visitas por motivos como aquisição de instrumentos de trabalho, roupas, remédios. "Eu já conhecia a cidade, claro, comprava fio, comprava tudo pra mim aqui na cidade." (De um pequeno proprietário de pesca artesanal, migrante em 1975 para Fpolis, onde adquiriu uma lanchonete)

¹² Isso não significa, entretanto, que o migrante tenha uma consciência prévia das vantagens de seu deslocamento, seu comportamento não é maximizador, no sentido de que engloba a ponderação de vantagens e desvantagens. O que ocorre antes da concretização da mudança é um estímulo pelo exemplo relatado e observado dos parentes e amigos que migraram. Esta questão será analisada num subcapítulo específico a seguir. Ainda, ressaltado, as informações de que disponho já passaram pelo crivo da experiência. Veja-se: SOUZA (1983:09).

la maioria dos ex-pescadores (e/ou lavradores) pequenos proprietários por mim entrevistados, é bastante peculiar. O aspecto de atitude prévia de partida, a subjetividade da mudança, é um longo processo. Ponderando suas dificuldades, comparando com o tipo de vida dos parentes e conhecidos que migraram, de repente, enfim, decidem também partir. O "sinal" para a partida, entretanto, a responsabilidade da transferência propriamente dita é atribuída não aos fatores estruturais vistos ao longo deste subcapítulo, mas sim a questões meramente conjunturais dadas pela saúde corporal. Veja-se melhor nos trechos de entrevistas abaixo:

"Lá eu era lavrador. Era lavrador, era pescador. Era mais da lavoura. (...) Eu plantava era no meu terreno mesmo. Eu plantava mas só a lavoura não dava, né? E outra, que eu era muito doente, quase não podia trabalhar muito em lavoura assim. Não tinha INPS, coisa mais que eu vim pra cá por causa disso, né? Serviço muito pesado. Era um sacrifício louco. Outra, que eu perdi duas crianças lá também. Aí a mulher "se apavorou-se". Que ria vim pra cá também." (De um migrante vindo em 1968)

"Naturalmente aqui foi melhor, né? Porque lá quando eu trabalhava lá a situação nossa lá era muito ruim, naquele tempo. (...) Na lavoura era ruim, pra pescaria lá também. Principalmente no lugar que eu morava, né? Na Palhocinha, eu morava no Capão, chama-se Capão o lugar que eu morava, em Garopaba. Tem uma lagoa, tem a Barra, né? Inclusive meus irmãos moram lá ainda. Eles continuam pescando e na lavoura. Só eu que saí. Só eu e tem um cunhado também que mora aqui no Morro. Viemos juntos. Quando eu vim praqui era viúvo. Minha esposa tinha falecido. Eu casei, vivi dois anos casado. Ela faleceu aí eu vim viúvo pra cá. Foi logo em seguida à morte dela que eu vim. Ela faleceu em junho, ... em julho, dia 14 de julho que ela faleceu e eu vim praqui em finzinho de outubro. Comecei a trabalhar no princípio de novembro. Nós tínhamos dois filhos. Os filhos ficaram com a minha sogra. (...) Nem hoje eu não sinto vontade de voltar pra lá. Eu sofri muito, né? Já logo que casei e já perdi a esposa, já logo em seguida. Ela com 21 anos, uma menina. Casou com 19 e com 21 já faleceu. Quer dizer que pra

mim já disnorteou aquilo tudo, já fiquei desorientado, com dois filhos pequenos. Foi um golpe muito grande. Então eu vim embora praqui e não tenho saudade de lá." (De um migrante vindo em 1954)

"A minha irmã... Eles tinham vindo praqui em outubro. Ela casou lá. Quando veio praqui tinha dois filhos. Ela veio praqui porque ela tava muito doente. Tava se tratando. E aí já tinha recorrido lá muitos lugares lá: Laguna, Tubarão, não tinha recurso. Ainda, nós já tinha conhecidos aqui. Tinha primos aqui. Aí ela procurou a casa de um primo nosso aqui (...). Aí ela parou um pouco na casa deles. Aí aqui ele (o cunhado) arrumou serviço." (Do migrante acima citado)

"Já há 16 anos (veio em 1968-RVC) eu tô aqui em Fpolis. Lá (em Bom Jesus) eu larguei tudo porque é o seguinte, eu perdi os meus pais, entendesse? Nós era uma irmandade muito unida. Nossa família era tudo unida e com a morte dos pais, então, a gente debandou. Um foi prum lado, outro foi pra outro e terminamos por ali. Depois a gente perdeu um irmão mais velho. Mais uma irmã, então acabou por desnortear a família. Aí eu vim pra cá. Já conhecia a cidade. Parente eu não tinha, mas amigos eu tinha (...)." (De um ex-lavrador, atualmente motorista de caminhão-de-lixo da Prefeitura)

Isso não significa, entretanto, que os migrantes desconheçam os verdadeiros motivos do deslocamento, apenas, para a decisão final, esperam uma espécie de "aviso dos céus". Todos os entrevistados, inclusive os acima citados, enumeraram como motivação para a mudança a quase total impossibilidade de reprodução física pessoal e familiar através da pesca e/ou lavoura, a falta de segurança, de assistência, de garantia de produção constante, o incômodo que representa um trabalho ao ar livre, que exige estar molhado e sujo. A longa decisão maturada num processo de intensas comparações chega ao fim quando um abalo de saúde ou morte se efetiva. Então partem: "antes que se morra."

c) A "migração subjetiva" dos "camaradas" da pesca:
os não-proprietários:

Bastante próxima à subjetividade que antecede a migração dos pequenos proprietários, a dos não-proprietários difere dela em concretude. A base estrutural em transformação significa para a categoria dos pequenos proprietários a impossibilidade da reprodução de seus instrumentos de produção. Para os não-proprietários essa transformação estrutural é mais intensa, traduzindo-se pelo impacto da certeza da impossibilidade de reprodução física.

Fundamentalmente ligada à urbanização crescente, a "migração subjetiva" dos "camaradas" apresenta peculiaridades próprias conforme o momento histórico em que essa urbanização passa a interferir. Ou seja, quando a expansão urbana ainda não tinha se traduzido por um sistema viário e de transportes competente: a subjetividade da mudança incorporava o deslocamento geográfico. É quando se acelera a expansão urbana, que a "migração subjetiva" passa a restringir-se a um deslocamento profissional, tornando-se gradual porque amenizada pela longa experiência do trabalho acessório à atividade principal - no caso, à pesca.

Historicamente, o processo de "migração subjetiva" dos "camaradas" aqui analisados se inicia numa época em que a cidade de Fpolis ainda apresentava nítidas diferenças entre o Centro e as Comunidades do interior da Ilha. Enquanto no Centro se vivia o curso normal de atividades próprias a uma cidade administrativa¹³, no interior da Ilha acentuavam-se as contradi-

¹³ Pontos a serem discutidos com detalhe no Cap. 4.

ções próprias à atividade econômica que lá se desenvolvia: a pesca artesanal e/ou o cultivo de uma lavoura. É o que perpassa no depoimento abaixo:¹⁴

"Se tivesse uma Cooperativa em Ingleses, pro pescador artesanal mesmo vender o pescado lá mesmo, ele mesmo que vendesse, que ele matava o peixe, vendia lá, então ele teria uma chance de continuar a pescar melhor, tá entendendo? (...). Ele vende praqueles caminhão frigorífico pelo preço que o caminhão quer comprar. (...), então ele não tem lucro, só tem prejuízo. É por causa disso que o pescador tá largando." (De um ex-"camarada" em Ingleses, atualmente vigilante bancário em Fpolis, cidade onde trabalha desde 1980)

Além desse fato, o incremento da pesca industrial já a partir da década de 60¹⁵ passa gradualmente a interferir sobre a produtividade da pesca artesanal. Os pescadores começam a sentir-se desmotivados porque cada vez mais aumenta o dispêndio de tempo necessário para obtenção do produto em quantidade razoável para a reprodução - física e profissional -. Também a organização empresarial da pesca (Cap. 2) serve como fator de maior dedicação a essa atividade e o processo de migração sazonal acentua-se mais e mais. Como sintetizou um ex-camarada:

"Nós fugimos da pescaria artesanal porque não dá, pra nós é fraca. Eu fui, um dos caras que pesquei muito. Comecei com 14 anos a pescar. Pesquei no Rio Grande muito tempo, em Santos e no mar de Rio de Janeiro até Rio Doce, já pesquei todo esse mar. Mas já faz 4 anos que eu larguei da pesca, não quero pescar mais." (Entrevista concedida em 1984)

O convívio com algum tipo de urbanismo inicia um processo de rompimento com a atividade original e muitos pescado -

¹⁴ Já citado, integralmente, no Cap. 2, sub-capítulo referente ao Intermediário, pp. 65.

¹⁵ Ver especialmente Diegues, 1983, pp. 105 a 130.

res vão aos poucos largando a pesca e dedicando-se a empregos na cidade assim que aumenta o seu convívio com uma outra realidade, exemplificada pelos portos. Estes pioneiros na "opção", ao voltarem às suas comunidades de origem, servem de mensageiros de uma outra ideologia - fundamentada no progresso e suas vantagens: simbolizadas pelo maior conforto material e estabilidade profissional. É assim que esse 'grupo primário'¹⁶ serve de motivação para sempre novos fluxos migratórios:

"Vi os meus amigos com uma vida melhor e resolvi largar (a pesca) também." (De um ex-camarada de Ingleses, atualmente vigilante bancário)

Pode-se dizer, então, que o processo de "migração subjetiva" dos "camaradas" é um só e próximo ao dos pequenos proprietários, pois a realidade de contradições da atividade pesqueira é fruto de naturais transformações da estrutura econômica. É assim que a diferenciação referida no início deste sub-capítulo - entre os que migram "espacialmente" e os que migram "profissionalmente"- deve-se tão somente às facilidades de acesso da comunidade ao Centro: local das atividades econômicas urbanas. Quando inexistentes as facilidades de acesso, as possíveis vantagens de um emprego urbano seriam anuladas pelos gastos materiais e desgaste psicológico do ir-voltar diária ou semanalmente para levar dinheiro para a família, já que é o "produtor principal" que se desloca. Esta pressão acaba por forçar uma migração espacial, objetiva, de toda a família. Confirma-se o que foi dito por pequeno-proprietário:

¹⁶Ver o sub-capítulo a seguir.

"Antigamente a gente vinha pro Centro pra tentar viver melhor. Tinha que se mudar pra cá, sim, porque não dava pra trabalhar aqui e dormir em Ingleses porque não tinha linha de ônibus. Agora, os que ficaram lá vão ficar mesmo morando lá, vão continuar, porque agora a distância ficou curtinha, o asfalto e a linha de ônibus são tão boa que o camarada pode perfeitamente vim de manhã, voltar pro almoço, vim de tarde e voltar de noite. Antigamente não, antigamente Ingleses era longe e sem recurso." (De um migrante vindo em 1968)

O segundo tipo de migrante-"camarada": o "profissional (ou "funcional") surge com o advento de melhores vias de acesso entre "praia" e cidade. É um gasto que se elimina: o de comprar outra casa, por exemplo; é um desgaste psicológico que se impede: o de formar novos grupos vicinais, enfraquecendo em muito a necessidade de uma brusca modificação de padrões culturais. Nas palavras de um "migrante funcional":

"Não pretendo mesmo vir morar na cidade, porque não gosto muito daqui. Mesmo se eu ganhasse na Loto eu não morava na cidade, não saía do meu lugar. A minha casa é de herança, é casa que o meu pai me deu e eu ainda não pago do que é dela, nem direito de terra. É ele que paga tudo pra mim. E a vida aqui do Centro é dura, é muito cara. Lá a gente tem uma plantaçozinha de aipim, batata-doce, verdura, essas coisas, só pra comer e tem um peixinho fresquinho também que a turma pega lá e aqui na cidade a vida é muito dura, não dá." (De um ex-"camarada", em Ingleses, trabalhando na cidade desde 1980)

É assim que o que tradicionalmente é classificado como um "trabalho acessório" torna-se o trabalho principal: a fonte real de extração de recursos materiais de vida - invertendo-se a posição e limitando a pesca à produção para consumo, tirando-lhe o caráter mercantil, numa reprodução do que aconteceu anteriormente com a atividade agrícola.

2ª FASE: O Processo de Migração Propriamente Dito -
ou: "A Migração Objetiva":

Como foi visto, após um período de maturação ao nível mental, os três grupos analisados se consideram aptos a migrar e empreendem, enfim, o deslocamento físico de sua comunidade "de origem" em direção à comunidade "de destino". Como as motivações específicas a cada grupo em face da estruturação histórica de que provêm, também o deslocamento físico será diferenciado entre os grupos, face a condições objetivas.

Para todos, entretanto, um fator prepondera para a efetivação da migração propriamente dita ("objetiva"): a existência de um "grupo primário", que, tendo influenciado a motivação vai também influenciar a transferência física e a assimilação numa nova ordem sócio-econômica.

Melhor:

O "Grupo Primário":

Formado pelo "Grupo Doméstico" - constituído pela família e parentes - e pelo "Grupo Local" - constituído pelos compadres, vizinhos e conhecidos, num processo de migração, o "Grupo Primário" é o primeiro e o último. Ou seja, sendo o grupo de onde provêm os migrantes: seus antecessores e parentes bem como seus companheiros (de rua, bairro, comunidade, região...), numa migração o "grupo primário" é aquele ou que os migrantes seguem ou que eles levam junto ou o que conservam mesmo num processo de assimilação a uma nova realidade.¹⁷

¹⁷ Este último aspecto, de conservação do "grupo primário" será discutido no Cap. 4.

Embora reconhecendo ser importante, na análise do "grupo primário", não discutirei a questão de sua constituição e origem¹⁸. Tratarei do tema sempre tendo por parâmetro a migração, como até agora venho fazendo. Ainda, os aspectos já referidos sobre o "grupo primário" ao longo desta dissertação não serão repetidos.

a) A importância do "grupo primário" no processo de migração dos grandes proprietários e/ou intermediários:¹⁹

Conforme já referido (pp. 83 e 84), na própria constituição como classe dos grandes proprietários e/ou intermediários está o "grupo primário" - especificamente o "grupo doméstico". É assim que, quando migram - com o fim de expansão do capital acumulado - o fazem com a carga de sua origem.

Ainda, como já estou considerando o processo de "migração objetiva", ou seja, o deslocamento propriamente dito, e tendo sido também referido que este - no caso específico de cada grupo social - se transforma, tão somente, na ritualização de uma data, a importância do "grupo primário" para os grandes proprietários e/ou intermediários passa a ser o da influência que eles exercem sobre os membros de sua família (extensa: primos,

¹⁸ Uma discussão geral e profunda desta problemática pode ser encontrada em Duhram, 1978, pp. 59 a 80.

¹⁹ Aqui será feito um pequeno comentário (num adiantamento de conclusão), devido à necessidade de organização metodológica, pois dados mais concretos e específicos já foram referidos no sub-capítulo: A "Migração Subjetiva" dos Grandes Proprietários e/ou Intermediários". A preocupação será ressaltar o aspecto ainda não analisado da influência que esse grupo exerce sobre os outros, enquanto parte do "grupo primário".

sobrinhos) que não fazem parte de sua classe social.

Porque têm privilégios econômicos e sociais advindos de sua posição no processo de reprodução do capital, os grandes proprietários e/ou intermediários, quando na cidade, passam a servir de ponto de apoio para os que também pretendem transferir-se mas têm que fazê-lo em etapas por falta de lastro financeiro de apoio. É assim que a casa desses grandes proprietários e/ou intermediários inúmeras vezes serve de local de moradia para os parentes - geralmente pequenos proprietários - que vêm para a cidade estudar ou iniciar-se num emprego sobre o qual os grandes proprietários e/ou intermediários também exercerão um papel fundamental: como padrinhos ou como empregadores.

Selecionei alguns exemplos deste papel dos grandes proprietários e/ou intermediários no processo de migração de seus parentes, outros aspectos serão analisados quando na referência específica à importância do "grupo primário" no processo de migração de cada grupo social.

Portanto:

"Perg: Em muitos períodos de sua vida conjugal houve hóspedes em sua casa, né?
 Resposta: Houve sim, muita gente que morou aqui. A tia Benta que tinha que estudar aqui. Primeiro veio a minha irmã, a Zulma, que se formou aqui. E depois a minha cunhada, a Zoraida, depois a tia Benta. É... o pessoal do Sítio vinha, precisava estudar aqui. Ninguém não pagava nada. Não morava de-favor. Era obrigação, né? Nós tava aqui, o pessoal ficava, estudava. Tinha a amizade, o respeito de família, né? Não atrapalhava, não pagava nada nem era de-favor também: era obrigação. Eu trabalhava, quando se trabalha não se tem dificuldade, né? Eu trabalhava. Tinha só esse meu guri mais velho. Eu viajava. Tinha o comércio, a firma. Mas isso não era problema. Tinha sempre alguém hospedado aqui. O meu pai também "criou". Até um casal de preto. Ficaram com o meu pai até morrer. Ajudavam. O pretinho é que ficou depois só, depois morreu. Mas bom, eu acho que quem tem

que falar isso de nós é os outros, né? Isso é uma obrigação da gente, né? Pros outros falar. É uma obrigação de nós. Não se fala."

"Eu criei uma menina, que o pai morreu afogado lá na praia dos Ingleses, que é sobrinha do César (casado com a sobrinha dele). Então a menina dele ficou comigo 7 anos, aí eu fiz o casamento dela com o filho da Benta (tia dele) e as crianças deles me chamam de avô."

"Eu levei pro Rio de Janeiro outro filho da tia Benta e o Paulo, meu primo. Eles têm uma firma muito grande lá agora. É deles agora. Inclusive são grandes exportadores. Eles exportam muito atum, camarão. E agora têm aqui em Itajaí. Eu fiquei no Rio uns 5 anos mais ou menos e levei os guris. Eles eram meninos: 16 anos, 17 anos. Levei eles comigo lá pro hotel e eduquei. Eduquei eles. Aí quando tavam educados, tudo certo, que eles 'tocavam', nós passava pra eles. (...) Nós tínhamos tradição já de mercado, aí nos botava eles a trabalhar com nós. Um ano, dois anos eles aprendiam aí a gente passava a firma pra eles. Eles tão bem. Tã rico. Tã jóia. Mais rico do que nós."

Os três trechos acima fazendo parte da entrevista concedida em 1984 por um ex-grande proprietário e intermediário de Ingleses, atualmente dedicado à pesca industrial e que mora em Fpolis desde 1954.

b) A importância do "grupo primário" no processo de migração dos pequenos proprietários:

Enquanto para os grandes proprietários e/ou intermediários a grande importância do "grupo primário" é somente a que eles simbolizam e realizam como ponto de apoio para a migração de outros, o "grupo primário" para os pequenos proprietários é não só "importante", é fundamental.

Como unidade de produção mínima dos pequenos proprietários em seu local "de origem", a família - ou "grupo doméstico" - desempenha um fator preponderante nas relações sociais des

ses produtores, sendo o mecanismo de sua inclusão no "grupo local" - considerado, então, o conjunto de vários "grupos domésticos". Esta é, assim, uma diferença considerável deste grupo social em relação ao dos grandes proprietários e/ou intermediários que extrapolam as relações familiares quando no âmbito de sua produção econômica - ampliada além dos limites de um "grupo local". Por isso, se no processo de "migração objetiva" dos grandes proprietários e/ou intermediários o deslocamento se faz já na célula mínima conjugal, o deslocamento dos pequenos proprietários tende a reproduzir sua perspectiva social "de origem" - fundamentada no patriarcalismo das relações familiares. Deste modo, então, quando na "migração objetiva", a figura paterna tem o papel de vanguarda, condutor de uma relação entre o "grupo doméstico" de apoio que permanece no local "de origem" aguardando sua vez no processo e o "grupo local" (- do qual também fazem parte membros de sua família extensa -) que já de algum modo está estabelecido no local "de destino". Dois exemplos disto entre os muitos presentes nas entrevistas feitas com pequenos proprietários, ligados à lavoura e/ou à pesca, que migraram:

"Eu vim procurar. Daí comprei (uma lanchonete). Aí eu morei aqui. Ao cabo de seis meses fui buscar minha patroa com minha filha lá nos Ingleses." (De um ex-dono de parrelha em Ingleses, desde 1978 morando em Fpolis)

"Vim primeiro arrumar um serviço, pra depois vim com a mudança. Quatorze dias mais ou menos eu fiquei na casa de uma prima minha ali encima. Eu já tinha parente morando ali. Era gente de Ingleses também. Nascido aqui mesmo só agora só essa rapaziada mesmo assim." (De um ex-pescador lavrador, morador de Fpolis desde 1968)

Assim, enquanto o processo de migração de grandes pro

prietários e/ou intermediários é de certa forma socialmente descontínuo²⁰, o dos pequenos proprietários, ao nível de sua relação com o "grupo primário", constitui um enfático fluxo migratório. Recorrente nos casos narrados em entrevistas, o trecho abaixo exemplifica:

"Quando eu vim a dona Maria já tava aqui. Eu morava ali no altinho desse morro aqui. Morei um ano e quatro meses numa casinha ali. Minha prima morava naquele outro morro mais alto, também veio de lá de Ingleses. E a minha irmã mora ali mais pra baixo. Naquele tempo, você sabe, era mais difícil, então vinha um praqui, arrumava serviço, o outro ficava lá. Já achava aquele no Sítio que tava mal, né? Já queria vim também. Já um conhecido, um cunhado, vamos supor, um irmão, já falava, já arrumava. Não era serviço bom, mas era que todo o mês tinha o seu dinheiro, né? Então já arrumava aquele serviço, ele já "se arranca - va", já vinha também. E era assim." (de um ex-pescador/lavrador de Ingleses, morador de Fpolis desde 1968)

Então, já tendo atuado na fase de "migração subjetiva" - a motivação -, o "grupo primário" dos pequenos proprietários vai também funcionar no âmbito da "migração objetiva" como ponto de recepção no local "de destino", hospedagem curta ou até longa, e intermediação de um emprego. Mais que "troca de favor", este apoio dado pelo "grupo primário" aos migrantes retrata um dos lados de uma espécie de acordo tácito: também quando se mudaram - os migrantes mais antigos receberam de outros membros do "grupo primário" a ajuda que darão a outros - formando assim um longo fluxo. Por sua vez, a ajuda recebida é geralmente paga de algum modo, seja no rateio de algumas despesas da casa - quando possível pelo recém-chegado, e quando necessário pe

²⁰ Conforme um informante: "(...) Todos os meus irmãos vinham também pra cá pro Centro quando casavam." (...) - É óbvio que todos não casaram na mesma época.

los que recebem; seja pelo aprofundamento de laços sociais através de rituais formais como no exemplo de uma entrevistada cujo filho casou com uma moça que tinha sido criada pelo parente que lhe deu hospedagem na época em que a entrevistada estudou na cidade²¹. O trecho abaixo ilustra a primeira forma de "pagamento":

"Os seis meses que eu morava na minha irmã eu ajudava um pouquinho ela. Dava um tanto pra ela. Ela lavava pra mim fazia comida, né? Também mandava pra minha sogra, pra ajudar na criação das minhas crianças, ainda mandava pras crianças."
(De um ex-pescador-lavrador que mudou-se de Garopaba para Fpolis quando ficou viúvo em 1954)

Porque dependentes do "grupo primário", tanto no nível da motivação quanto no nível do apoio à "migração objetiva"²², vê-se que um processo de migração, embora signifique a quebra de uma estrutura econômica específica, traz consigo o reforçamento de uma estrutura social original - especificamente a constituída pelos laços familiares. Então, diante do exposto neste item, repito a afirmação de Singer (1980:55) dentro do quadro da teoria das migrações:

"A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos. Isto significa que o lugar que o novo migrante irá ocupar na estrutura social já é, em boa medida, predeterminado pelo seu relacionamento social, isto é, por sua situação de classe anterior." (Grifo meu-RVC)

²¹ Ver depoimento da p. 100 do item: "A Importância do Grupo Primário para os Grandes Proprietários e/ou Intermediários".

²² Um outro aspecto importante como o papel do trabalho complementar feminino, já existente no local "de origem" e que continua quando da efetivação do processo migratório, não será retomado porque já foi tratado em sub-capítulo específico, no final do Capítulo 2 desta dissertação.

c) A importância do "grupo primário" no processo de migração dos não-proprietários:

Pouco há que se falar de inédito neste item, pois suas características reproduzem aquelas referidas sobre os pequenos-proprietários. Veja-se o exemplo:

"Quando eu vim eu fiquei na casa da minha irmã. Meu cunhado, que também é de lá de Paulo Lopes, trabalhava aqui na DOP (Departamento de Obras Públicas) do Estado. Eu quando vim já tinha arrumado o serviço, já tava trabalhando aqui. Fiquei um ano morando com eles. A família tava lá (em Paulo Lopes), eu ia todo sábado. Depois de um ano eu trouxe minha esposa, arrumei uma casa perto da minha irmã." (De um ex-pescador-lavrador, "camarada" do irmão em Paulo Lopes, que mudou-se para Fpolis em 1977)

Para não repetir desnecessariamente vou apenas ressaltar que no caso daqueles "camaradas" que viveram um processo de migração mais recente - portanto incluídos no tipo definido como "migrantes funcionais" -, embora não cheguem a habitar com membros de seu "grupo primário" na preparação de condições para a migração definitiva, porque não se transferem geograficamente (a "migração física", como troca de local de moradia) -, a influência deste "grupo primário" é também bastante significativa. Por exemplo, o emprego que procuram é baseado nas experiências assimiladas de membros de seu "grupo primário". Nas palavras de um informante:

"Já larguei direto a pesca. Vim procurar uma firma de construção aqui em Fpolis mesmo. Tinha uns amigos meus lá de Ingleses que trabalhavam aqui. Aí eu comecei. Disse: 'ô, eu acho que vou largar a pescaria pra ir trabalhar na construção'. Aí eu comecei a trabalhar de servente, negócio de serviço pesado, né?" (De um ex-"camarada" em Ingleses, trabalhando de vigia bancário em Fpolis desde 1980)

Assim, o início da proletarização dos "camaradas" se dá no mesmo ritmo e na mesma época do início da proletarização de membros de seu "grupo primário". Quando intensificam sua dedicação à pesca industrial o fazem com o apoio de membros do "grupo primário" que também estão vivenciando a situação e que lhes indicam os barcos que necessitam mão-de-obra. Se é o caso de uma outra profissão esta também é possibilitada por membros de seu "grupo primário" que nela iniciam os "camaradas". Os dois trechos de entrevistas abaixo ilustram:

"Pra arranjar vaga a gente ia no entreposto, no cais, eu sempre procurava os amigos que tinham trabalhado comigo e perguntava se no barco que ele tava tinha vaga. Nenhum pescador é profissional todo ele é na prática, ele tira uma carteira só pra assinar na firma, pra ter os direitos, porque a carteira não serve pra função, o pescador tem que chegar lá e desempenhar: se é gelador, se é de convês, se é mestre de rede, se é carreteiro." (De um ex-camarada de Ingleses, vigilante bancário em Fpolis desde 1980)

"(...) Porque a maioria só quer hoje é sair do Sítio, vim pra cá. Agora, eu saí de lá porque não tinha jeito pra mim. Se fosse como tá agora eu não tinha saído de lá. A minha profissão era a carpintaria, era pedreiro. Eu "aprendi a pedreiro" da idade de 10 anos com o meu tio, né? Carpinteiro, depois passei pra pedreiro aqui. Na aquele tempo pra fazer uma casa lá era 5, 6 mil pra fazer uma. Hoje quantas obras têm lá! Por isso que eu digo, naquele lugar quem tem a sua profissão "defende", naquele lugar, "defende". Nós ganhava por casa feita." (De um ex-pescador-lavrador de Ingleses, morador em Fpolis desde 1968)

Enfim, conclue-se pela importância do "grupo primário". Num primeiro momento, fundamental na estruturação sócio-econômica "de origem" - no caso, baseada no trabalho familiar para aqueles ligados à lavoura e no trabalho de parceria com os membros do "grupo local" para aqueles ligados à pesca, como pequenos proprietários ou não-proprietários. Num segundo momento,

o "grupo primário" vai contribuir profundamente para o processo de migração - funcionando como fator de motivação por meio de um exemplo de coragem (para ruptura) e estabilidade (regularidade econômica) na "migração subjetiva"; e como fator de efetivação do deslocamento por meio de laços de solidariedade manifestados na assistência em hospedagem e intermediação de um emprego na "migração objetiva".

Portanto, pode-se dizer que o processo de migração se dá dentro do universo de relações sociais, fundamentadas no parentesco ou na vizinhança da comunidade "de origem". É então, que se vêem reforçadas as relações sociais proporcionadas pelo "grupo primário" dentro de um processo de migração de pequenos-proprietários e não-proprietários, até que consigam ser assimilados pela "comunidade de destino". No caso específico de grandes proprietários e/ou intermediários, o "grupo primário" funciona para o reforçamento de sua situação de classe original. Ou seja, embora a natureza sócio-econômica dos grandes proprietários e/ou intermediários seja baseada num universo de relações ampliadas, quando num processo de migração os grandes-proprietários e/ou intermediários sentem a dificuldade de assimilação pela cultura urbana - fundamentadas em princípios de educação que só serão possíveis através da escolarização dos membros da geração de descendentes-, e deste modo se vêem alijados de certas instâncias de poder. É só, então, por meio de assistência aos migrantes sem lastro financeiro que os grandes proprietários e/ou intermediários poderão reproduzir um exercício de poder originalmente próprio a sua situação de classe. Este poder, nesse caso, traduzir-se-á por seu exemplo de bem-estar econômico, estabilidade e possibilidade como empregadores.

A Migração propriamente dita:²³

Fundamentados na motivação alcançada e no apoio do grupo primário que lhes permite "experimental" a situação urbana antes da transferência propriamente dita, pequenos-proprietários e não-proprietários, então, empreendem a mudança. O sentido em ver como ela ocorreu é o de reforçar os conceitos de importância do "grupo primário" e o de introduzir a questão urbana, ponto "de destino" do processo em análise nesta dissertação.

Ambas as categorias sócio-econômicas referidas serão analisadas conjuntamente neste item, pois sua transferência propriamente dita, dentro de um processo migratório, apresenta as mesmas características. Os depoimentos citados, então, são de entrevistas tanto com pequenos proprietários como com não-proprietários; os créditos (dos depoimentos) serão atribuídos.

Quero ressaltar que uma transferência física (uma "mudança") não se faz num único dia, antes, maturada por muito tempo, a mudança é um longo processo - que tem fim quando ocorre a assimilação do migrante pela sociedade "de destino".

Ainda, à guisa de conclusão, adianto que o processo migratório ora em análise começa pela transferência de fundamentação econômica, ou melhor, num primeiro momento ocorre a "migração funcional" (troca de atividade produtiva) e depois então ocorre a "migração física" (troca de local de moradia).

²³ O caso dos grandes proprietários e/ou intermediários não será aqui analisado porque, conforme já foi definido na p.87, no item "A Migração Subjetiva dos Grandes Proprietários e/ou Intermediários", o deslocamento não implica em nada mais do que a ritualização de uma data para a mudança. Nenhum dos membros dessa categoria quando entrevistados fez referência significativa à migração propriamente dita.

Mais especificamente:

Superada a primeira fase, a motivação, a decisão de transferir-se traduz-se no pedido de um emprego urbano aos membros do "grupo primário" que já se transferiram:

"Naquela época, foi logo quando..., na saída do Paulo Fontes para o... Osmar Cunha, né?, ia começar, ia pegar, então eu tinha um primo que trabalhava aqui, era o Encarregado da Limpeza daqui da Prefeitura, e ele arrumou pra mim. (...) porque o Idalino Abreu, que era o meu primo, primo do meu pai, ele era o Encarregado de Serviço aqui da Prefeitura, o fiscal geral, né?, naquele tempo, da Limpeza da Prefeitura. Então o meu cunhado arrumou serviço com ele, na Prefeitura. Aí inclusive, aí o meu cunhado falou pra ele arrumar também..., que sabia que eu tava viúvo, que queria muito vim pra cá. Aí ele mandou me chamar." (De um ex-pescador lavrador de Garopaba, funcionário da Prefeitura de Fpolis desde 1954),

ou, no caso de uma entrevistada, pede-se a interferência de membros do "grupo primário", que mesmo ainda moradores na comunidade "de origem", têm prestígio político suficiente para conseguir uma colocação nos quadros produtivos urbanos. Nas próprias palavras da entrevistada:

"Meu cunhado arrumou pra ele (o marido) um serviço na Penitenciária, que ele começou a trabalhar, até hoje, né? O meu cunhado era político, morava no Ingleses, o Gentil, só que ele era o político dos Ingleses, né? (...) ele conseguia os empregos tudo, né? Porque ele era chefe político de lá. Foi intendente muito tempo, então ele conseguia os empregos, essas coisas. Então foi ele que conseguiu pro meu marido. Aqui se não tem padrinho não se vai..." (De uma professora aposentada, esposa de um ex-pequeno proprietário de parrelha em Ingleses, morando em Fpolis desde 1965)

Logo que este emprego é conseguido o "chefe de família" - que é o interessado²⁴ assume a nova colocação enquanto mora hospeda

²⁴Ver especificamente p.101 desta dissertação, onde abordo a questão do "patriarcalismo" próprio às comunidades "rurais" - ou "interioranas".

do na casa de parentes na cidade - como no exemplo abaixo:

"Eu fui direto na casa da minha irmã, quando cheguei e fiquei direto. Fiquei na casa dela, fiquei 6 meses. Fiquei 6 meses e aí casei. Depois de 6 meses eu casei novamente e aí fui morar lá pra Prainha." (De um ex-pescador-lavrador de Garopaba, funcionário da Prefeitura de Fpolis desde 1954, quando mudou-se para esta cidade),

ou retorna diária ou semanalmente (aos sábados) para a comunidade "de origem" - se a proximidade permite, como no caso de migrantes vindos de Ingleses. Selecionei dois trechos de entrevistas para comprovar esta afirmação:

"Antes de eu vir, meu marido já trabalhava aqui. Então, vinha e voltava todos os dias. Naquela época o ônibus saía de lá 6 horas da manhã e voltava às 3 da tarde, pra chegar lá às 6 horas: eram 3 horas de viagem. Inclusive os meninos também, só o Carlos não, que tava no Internato. Os meninos quando começaram a estudar aqui eles também voltavam todos os dias. Eles também faziam a refeição aqui, porque só tinha um único ônibus pra lá." (De uma professora aposentada, esposa de um ex-pequeno proprietário de parrelha em Ingleses, atualmente funcionário da Penitenciária, moradores em Fpolis desde 1965)

"(Meu marido) quis trabalhar aqui. Trabalhou. Aí eu fiquei, fiquei na minha luta, lavação, gado, roça, criando 6 filhos, como eu fiquei. Tudo lá. Daí ele pegava e dizia: Maria vamos morar lá." Eu disse: "Não, aqui tô bem, lavando sempre pra fora mas aqui sempre eu tô bem". E não tava, que eu passava a minha necessidade, mais com tudo, né? Ele dormia aqui, na casa da mãe, só ia sábado e voltava 2ª feira. Ele ficava aqui a semana toda, só ia fim-de-semana pra casa. Daí ele queria vender lá pra comprar aqui. Aí nós vendemos uma lá e compramos essa daqui." (De uma esposa de um ex-pescador-lavrador de Ingleses, migrantes em 1968)

Como o depoimento acima demonstra, geralmente a mulher permanece na comunidade "de origem"²⁵ até a efetivação da mudança. Mas

²⁵Ver sub-capítulo específico: "Trabalhos acessórios à pesca", item sobre "A Ajuda Feminina". (pp. 72).

se a mulher também tem um trabalho remunerado - um emprego - pode também vir para a cidade antes da família, como o caso relatado pela professora aposentada abaixo, que veio com o marido para Fpolis para concluir um curso de aperfeiçoamento. O interessante é que quando era só o marido que trabalhava na cidade ele ia e voltava diariamente, quando a mulher também vem, então fica hospedada em casa de parentes, retornando para a sua casa aos fins-de-semana, deixando a casa, quando está fora, aos cuidados de parentes e serviçais:

"(...) O Regional eu fiz o curso vago, que era levar as apostilas pra estudar e uma vez por mês vim fazer os exames, né? Mas o último ano do Regional eu cursei inteirinho aqui, nessa escola que depois eu trabalhei, no Olívio Amorim, sabe? Aí eu cursei mesmo. Aí eu vim. Deixei os meus filhos lá nos Ingleses com a minha irmã, né? E a uma empregada pretinha que ela tinha que criou. Aí eu vinha e o Demis (o marido-RVC) vinha trabalhar. As crianças ficaram lá com ela e eu vinha pra cá. Morei aqui. Aí eu ia todo fim-de-semana pra casa, sábado e domingo. Chegava lá eu limpava a casa, limpava quintal. A gente passa coisa, né? Que se contar os filhos nem acreditam. (...) Aqui eu ficava na casa do Albenir (sobrinho dela)."

Só quando acreditada um mínimo de estabilidade o migrante busca a família, após já ter conseguido um lugar de moradia, que geralmente, é próximo à casa dos parentes. Entre tantos, selecionei um trecho de entrevista que acredito bastante ilustrativo, quanto à hora de trazer a mudança:

"Eu comecei a trabalhar no Centro em 68, dia 16 de junho de 68. Trouxe a mulher e a família dia 30 de junho de 68, também, logo em seguida. Negócio pra ir todo dia nesse tempo nenhum serviço dava. Porque o serviço nós...Sábado, naquele tempo, a gente tinha que fazer hora extra e tudo. Arriava 6,7 horas da noite. Então logo em seguida então eu trouxe a mudança, né? Porque aí a mulher ficava aí, e a gente tinha descanso. (...) Eu arrumei um serviço e vim pra cá. Aí

quando a mudança veio eu já tava empregado. Trabalhava na Ponte Hercílio Luz, fazendo conserto, era mais que perigoso. Era firma, mas pertencia ao Estado, né? (De um ex-pescador - lavrador de Ingleses)

Para a efetivação da mudança, então, é que as propriedades (parelhas de pesca, imóveis) são vendidas. Geralmente o preço conseguido só é suficiente para a compra de terreno de periferia na cidade - mas o importante é que seja próximo aos parentes. Conforme os próprios entrevistados:

"Porque quando nós chegamos aqui, quando nós viemos pra cá, isso aqui que nós tamos morando, isso aqui era mato. A primeira que comprou foi a dona Maria e o segundo fomos nós. Depois que eles compraram aquele lote ali, nós compramos aqui. Aí depois foi "sitiando", porque aí puxou luz pra nós aqui, que foi nós que fomos pedir. E agora esses que são mais pobres já tão até vendendo aqui, acham que pegam um bom dinheiro. Tão vendendo, tão saindo daqui e já tá entrando gente mais rica." (De um ex-pescador-lavrador de Ingleses, morador em Fpolis desde 1968, na Carvoeira)

"(...) inclusive eu tive, ... nós tivemos grande prejuízo com isso, né? Porque a gente tinha um muito grande terreno lá. Vendemos o nosso terreno naquela época que não valia nada, né? A gente vendeu muito barato. Vendemos um terreno que foi loteado, deu 60 lotes. Vendemos por 4 milhões de cruzeiros. (...) Aí só compramos essa casa aqui, não essa, tinha outra casa aqui. Então ficamos tendo a nossa vidinha aqui. (...) Quando eu vim pra cá eu preferi essa parte aqui, né? Finzinho da Trindade, começo da Agrônômica, por causa do serviço dele (o marido) porque aí não precisa condução, né? Não depende de ônibus, não depende de carro... Naquela época aqui tinha os meus sobrinhos, né? Os filhos do Gentil. Casaram e vieram pra cá. Moravam lá na frente da Penitenciária, ficamos próximos. A minha sobrinha também, porque a minha irmã morava logo ali na (rua) Trajano Margarida. (...)" (De uma professora aposentada, esposa de um ex-pescador artesanal proprietário de parrelha de Ingleses, atualmente funcionário da Penitenciária, moradores em Fpolis desde 1965)

Um caso dentre os muitos conhecidos em entrevistas destaca-se: o de um ex-proprietário de parrelha de pesca artesanal em Ingle-

ses, que com o dinheiro conseguido com a venda de sua propriedade comprou na cidade uma lanchonete: "pra trabalhar por conta própria". Nas suas palavras:

"Em Ingleses eu tinha rede de tainha, de arrasto, de enchova, tinha duas embarcações, um galpão de pesca, um terreno de praia requerido. Aí eu vendi tudo num ato só e vim aqui pro Centro. Naquela época eu perdi dinheiro, vendi barato. (...) No Centro só tinha o meu irmão só, no Saco dos Limões. Ele é aposentado da Prefeitura. Aí eu senti vontade de vim. Larguei a pesca porque vi que o comércio dava mais do que a pesca. Tô muito contente."

Ainda, dois momentos da "migração propriamente dita" destacam-se: um aquele da primeira chegada à cidade, permeada por medos mediatos (será que não foi precipitada, a partida?) e imediatos (como chegar à casa do parente a quem vêm procurar?). Um entrevistado relatou com detalhes sua angústia deste dia:

"Quando eu vim praqui eu vim sem nada. Não trouxe nada de lá. Eu vim sem nada, inclusive eu, fazia dois anos que eu tinha casado e a doença da minha esposa também, o pouquinho que eu tinha conseguido eu gastei tudo lá com a doença dela, né? E ainda infelizmente ela faleceu ainda. Eu vim sem nada. Não trouxe nada e vim embora. Vim tentar a vida aqui, né? Vim direto pra Fpolis. Peguei um ônibus lá e vim direto (...) No dia que eu vim mesmo praqui, ainda vou lhe contar, que foi um dia de sacrifício. Eu peguei o ônibus lá às 6 horas da manhã. E chegou aqui em Palhoça o ônibus quebrou. Eu não conhecia nada porque eu nunca tinha vindo pra cá. Era a primeira vez que eu vim. Eu conhecia pro sul, lá pra Laguna, Tubarão, Imbituba que eu tinha em solteiro uma, duas vezes ido tentar conseguir emprego, mas era difícil naquela época e eu casei e continuei na lavoura e na pesca. Daí minha esposa faleceu. E eu vim e não conhecia. Aí o ônibus quebrou e nós esperamos que fosse outro carro pegar nós lá em Palhoça (...). Aí então quando chegou outro ônibus, quando eu cheguei aqui que fui procurar a minha irmã que já tava aqui desde outubro, eu fui procurar a casa dela no Morro já era 4 horas da tarde. (...) Quando eu vim eu vim sozinho. E eu não sabia onde era, mais aí logo que eu saltei do ônibus ali na Conselheiro Mafra, que eu

saí pra lá eu encontrei um conhecido lá da Palhocinha, aí ele sabia, né? Aí eu perguntei pra ele: "Aí, que bom te encontrar aqui, queria saber a casa da minha irmã e eu não sei onde é". Aí ele foi lá adiante na Praça e de lá ele me mostrou no Morro onde ela morava. Aí eu já fui direto pra lá, procurei a rua e aí fui direto". (De um ex-pescador-lavrador de Garopaba, que migrou pra Fpolis em 1954, onde trabalha desde então na Prefeitura)

No caso acima vê-se que a preocupação de que a "mudança" é um risco permeia todo o discurso do migrante: já não era a primeira vez que tentava, não se dava o direito de fracassar. Desta vez, entretanto, tinha com quem dividir inseguranças: a irmã que morava na cidade significa "o grupo primário" e a sua vinda, após a irmã, significa o transcórre do "fluxo migratório". O segundo momento da "migração propriamente dita" é o representado por aqueles migrantes com família, na prévia de sua transferência:

"Pra vir pensamos bem em tudo, planejamos bem tudo pra depois vir, né? Levamos um mês mais ou menos a gente planejando e acertando. Porque também eu tive que, primeiro eu tive que cuidar da minha situação, que eu era professora, né? Quando eu me transferi foi que eu vim." (De uma professora aposentada, esposa de um ex-pescador artesanal proprietário de parrelha, em Fpolis desde 1965, onde o marido é funcionário da Penitenciária),

e na consecução de fato da mudança:

"Um senhor lá que veio trazer nós. Naquele tempo ele vinha fazer a feira aqui pro Centro e ele já trazia gente. Cobrava, mas cobrava uma mixaria. Era conhecido (...). Ele tinha venda naquele tempo, teve box aqui no Mercado também. (...). Então ele vinha fazer a feira, então ele trazia. Ele falava: "Só 4ª feira eu posso levar vocês." Então ele trouxe. Até nem foi ele, foi o filho dele que veio trazer nós. Lá tinha também os filhos do falecido Gentil que trazia, né? Cobravam também. Todos cobram, né? (...)" (De um ex-pescador-lavrador de Ingleses, morador em Fpolis desde 1968)

É a partir desse momento que se fecha um ciclo na vida dos migrantes. Começa, então, o período de adaptação ao meio urbano, a assimilação de seus códigos sócio-econômicos próprios.

CAPÍTULO IV

CIDADE

"E foste um difícil começo, afastado o que não conheço, e quem vem de outro sonho feliz da cidade, aprende depressa a chamar-te de realidade".

Caetano Veloso.

Um novo ciclo de vida dos migrantes. Depois da partida, a chegada. A cidade para os migrantes significa o local "de destino". A permanência neste local, entretanto, depende de sua adaptação e assimilação a ele.

Vindos num fluxo traduzido em etapas familiares - quando as mudanças estruturais atingem a cada família de modo irreversível -, os migrantes de algum modo se estabelecem na cidade - por meio tanto de sua carga de motivações (no nível simbólico-cultural), quanto por meio de uma colocação nos quadros produtivos urbanos (no nível sócio-econômico). Permeando ambos os níveis referidos está o "grupo primário". É este "grupo primário" que na cidade vai servir de eixo definidor dos processos de adaptação e assimilação aos quadros urbanos¹. Quando não con-

¹ É importante rever a citação da p.103 (Singer, op. cit.). Completando-a: "Seria importante considerar que laços de solidariedade familiar, de origem comum etc., que refletem situações de classe social, desempenham um papel de suma importância na integração do migrante à economia e à sociedade do lugar de destino. (...) Neste contexto, é válido lembrar que nem todos os migrantes provêm do proletariado rural ou do campesinato. Bom número deles é de origem burguesa e a migração não faz com que percam sua condição de classe. Mesmo que tais migrantes não venham ao lugar de destino munidos de amplos recursos financeiros, mecanismos de solidariedade de classe lhes per-

cluem estes processos os migrantes apoiam-se no "grupo primário" e retornam aos quadros da comunidade "de origem" em busca de seu antigo espaço sócio-econômico-cultural. Quando, ao contrário, vão (geralmente) aos poucos, vencendo estes processos é o "grupo primário" que lhes persiste como ponto de referência de uma identidade própria. Porque a cidade força a ampliação de seu grupo de convivência sócio-cultural: pela vizinhança, que se altera àquela do "grupo primário" e, especificamente, em face da atividade econômica. Pois, ainda que se tenha introduzido pelas mãos de membros do "grupo primário", muitas vezes, - como pólo dinâmico que é - na atividade de produção este primeiro emprego é substituído por um segundo e terceiro, já conseguidos pelo migrante sozinho. É assim que, sutilmente, a cidade se amplia aos olhos do migrante, através da formação de um novo quadro de relações sócio-culturais e familiares - com os casamentos urbanos de seus descendentes, alargando o "grupo primário" original. E é para este "grupo primário" original que os migrantes já estabelecidos na cidade vão, então, significar a experiência urbana - fundamentando o apoio para novos deslocamentos, na continuidade dos fluxos migratórios provocados pelas transformações estruturais da comunidade e atividade econômica "de origem".

Vale ressaltar que, considerando-se a nota de número 1 da página anterior deste capítulo, e referendando os tipos de agentes da migração definidos (nas páginas 80/1 do capítulo III desta dis-

Cont.

mitem, muitas vezes, ocupar uma posição na estrutura social que aos migrantes de classes hierarquicamente inferiores custa muito atingir". (Singer, 1980: 55/56 (Grifo meu - RVC).

sertação), a partir de seu papel na estrutura sócio-econômica "de origem", reafirmo que os migrantes não formam um todo homogêneo e é a partir da especificidade de sua localização na estrutura sócio-econômica original -determinante da migração- que os migrantes vão se definir na cidade.

Antes de tudo, o que seria "Cidade", tão citada aqui porque ponto espacial "de destino" de uma população que se movimenta na busca de melhores condições de vida -no seu sentido mais amplo ?

Não fugindo à tradição dos inúmeros estudos de urbanização empreendidos vastamente pelas Ciências Sociais, antes referendando-a: quero -porque de acordo com as modestas propostas deste trabalho- não definir com exatidão conceitos clássicos como "Cidade", "Sistema Urbano", "Comunidade" e sim partir da impossibilidade de delimitá-los como categorias universais e abstratas (George, citado por Duhren, 1978:26-27). Deste modo, portanto, nos limites deste trabalho, tais definições serão já objetivadas por meio das características que possuem os dois sistemas sócio-econômicos sobre os quais giram o tema: a cidade de Fpolis e a comunidade de pesca de Ingleses do Rio Vermelho². É assim que vou particularizar o geral.

²A especificação das características da comunidade referida foi feita no capítulo 2 desta dissertação. Ainda, conforme já definido na Introdução deste trabalho, muitos dos entrevistados são originários de comunidades de pesca do sul do Estado (Garopaba e Paulo Lopes) e um outro é da comunidade de Saco Grande, no interior da Ilha de SC. Como as características básicas desta comunidade se aproximam significativamente daquelas definidas em Ingleses, não serão especificadas, antes, os migrantes dessas comunidades serão incluídos aqui como sendo de Ingleses, para direcionar melhor a análise, evitando excessivos

Exaustivamente recorrente durante toda a análise até aqui está a questão da fundamentação econômica do processo migratório. É através dela que o poder, a hegemonia, a dominação política encontram respaldo. Este poder, por sua vez, assume proporções bastante significativas na análise da migração interna quando se considera que ele é o viés de percepção de uma situação mais específica de classe. Ou seja, tanto os que o detêm quanto os que são por ele subjugados percebem-se por meio dos privilégios que dele advêm. É dentro de uma comunidade que o poder se pessoaliza. É para fugir a ele, portanto, que as classes dominadas migram, dirigindo-se para o local onde ele se torna ampliado, diluído e abstraído sob forma de um governo: a cidade. Os que o encarnam na comunidade, por sua vez, migram para ampliá-lo.

Teóricos do "Urbanismo" (por exemplo Castells, 1983: 286 e Singer, 1980: 11-28) largamente enfatizaram a fundamentação histórica da "cidade" enquanto formação econômico-social, isto é, as cidades distinguem-se conforme cada época da história da humanidade. É assim que -de acordo com cada momento histórico maior- prevalece uma de suas características formadoras: ora a político-jurídica, ora a econômica, ora a ideológica (simbólica-cultural). No momento que interessa analisar neste trabalho, o sistema capitalista que vigora no mundo ocidental torna a cidade definível por sua estrutura econômica. É, portanto, a partir da sua qualidade de produtora e reprodutora da força de

Cont.

desvios. Se houver necessidade, entretanto, a definição geográfica exata dos migrantes será feita.

trabalho e de consumidora dos bens primários produzidos nas comunidades que a cidade de Fpolis será por mim encarada.

Pólo eminentemente administrativo, Fpolis se distingue como capital gestora de um Estado constituído por inúmeras cidades industriais. A vida urbana de Fpolis, então, porque gira em torno à administração, possui características bastante marcantes, como por exemplo, à exceção da construção civil, ausência de uma produção industrial; superposição da estrutura política à econômica; formação de uma extensa classe média burocrática; constituição de um foco universitário gerador de profissionais liberais para as áreas de serviço e educação; ponto de convergência turística; enfim, cidade de fator terciário: serviços e comércio.

Mas Fpolis tem a peculiaridade de se situar em uma ilha. Assim, as características acima enumeradas são patentes no centro da ilha, enquanto seu interior apresenta características de comunidades de produção pesqueira e agrícola (especialmente raízes e frutas). Foi com o aprimoramento da rede viária que o âmbito da cidade extrapolou os limites do centro da ilha³. Isto, no entanto, é muito recente (década de 70). E é por isso, enfim, que o processo migratório da população que habita o interior da ilha em direção à cidade tem fugido às características clássicas para adquirir contornos muito próprios de uma migração profissional⁴.

³Entretanto, não estou afirmando o fim das características específicas das comunidades pesqueiras do interior da ilha. Antes, estou tentando falar de sua diluição frente a expansão urbana.

⁴Isto não significa, no entanto, uma exclusividade deste movimento sobre as formas tradicionais de deslocamento populacional.

Este fato recente - que possui características de um processo devastador - que é a expansão urbana da cidade de Fpolis tem conduzido as comunidades pesqueiras do interior da Ilha a uma ambiguidade estrutural. Suas características econômicas, sociais, políticas e culturais originais têm assumido feições imprecisas que ora retratam a comunidade, ora espelham a cidade. O depoimento de uma entrevistada mostra a dificuldade do morador da comunidade em identificar o real motivo das mudanças que se operam em seu habitat - generalizando-as como de fundo cultural:

"Inglese tudo mudou, mudou tudo, tanto na pesca como na convivência, como na população, acho que mudou, mudou! Porque tem gente de lá não sei daonde morando aqui, deixam seu lugar pra vim morar aqui. Essa rua aqui toda (ao lado do Grupo Escolar) mora uma pessoa daqui do lugar, o resto tudo não é ninguém daqui. Eles preferem morar aqui e ir trabalhar lá. A população de Inglese tá saindo. Vão pro Centro, pro Rio Vermelho, outros vão pra Vargem. Porque a gente se acostuma com a comunidade, muitos costumes são bons, mas outros são "lá das bruxas". Muita coisa aqui já não dá. Antigamente era de vestido que se tomava banho de mar, de maiô só lá, uma pessoa ou outra. Mas não vinha ninguém, ninguém. Lá um carro ou outro que chegava, tomava banho e ia embora. Mas agora é isso aí, fica o dia e noite na praia e quantos coitadinhos têm morrido aí. Naquela época era bem diferente d'agora. Assam inteiro nesse sol é obrigada a ir pro médico. (...) Os meus (filhos) se eu deixar, Meu Deus, eles ficam tudo roxo, eu, mas eu não gosto. Ó, eu tenho as duas (filhas menores), é dada a hora, o pai não gosta que elas fiquem no meio daquela gente toda, porque mistura. Elas não querem ir pra praia de vestido, tem que ser de biquini. As irmãs casadas é que são alcoviteiras: "ah, dá o biquini", pegam o dinheiro, compram e dão. Mas é dito: "olha, é uma hora, não me sai daqui, não tem que ir pra lá, não tem que ir pra lá (um canto e outro da praia), o mar é o mesmo". (...) Os irmãos cuidam, então elas ficam aí, quando é 4 horas da tarde elas vêm embora. Porque os irmãos vendo falar delas falam junto. Porque é só chegar 2ª feira eles vão pra venda só falar nisso. (...) A televisão é outra coisa! Que tudo que vêem na televisão acham que é moda. (...) Mas o povo aqui não en-

tende, diz que é a televisão que faz o povo vestir certas roupas. Não eles não entendem, Por que na televisão pra fazer um programa uma pessoa veste um traje diferente. (...), não é moda dele andar. Então o povo pensa que é moda. (...) Desde que a televisão veio com aquelas loucuras eles deram a fazer aqui também. Antes não faziam, tinham vergonha. O vestido das moças tinha que ser por cima dos joelhos. Agora isso aqui modificou demais. Carnaval, então! Vem até nua. Quando acaba o verão a comunidade volta mais ou menos ao normal, não vê ninguém a andar nua. Tudo de roupa - nha direito, mas chega o verão elas começam a vim, (da cidade), elas (da comunidade) começam a ficar malucas também". (Professora aposentada, esposa de um pescador "camarada" de Ingleses).

Entretanto uma comunidade de pesca não é um todo homogêneo, sendo assim, este processo de urbanização atinge de modo diferenciado aos membros das classes sociais identificadas na comunidade "de origem" como sendo a dos grandes proprietários e/ou intermediários, a dos pequenos-proprietários e a dos não-proprietários. Porque cada uma das classes participa de um modo diferenciado no processo de produção econômica, e porque é movida por uma carga de interesses específicos, vai responder também de um modo específico às necessidades impostas pelo urbano.

A ASSIMILAÇÃO

Utilizado aqui como sendo a absorção de valores urbanos nos níveis sócio-econômico-cultural, o termo "assimilação" indicará até que ponto um grupo migrante será incorporado na estrutura urbana.

Faça à própria constituição de cada grupo social -sua estruturação interna- haverá a possibilidade e/ou necessidade de incorporação de novos valores ou a intensificação de aspectos já presentes na formação interna de cada grupo. Assim, cada

grupo sócio-econômico de migrantes dará respostas específicas ao processo de urbanização com o qual tem contato já na comunidade "de origem".

A) O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

A.1) O Processo de Urbanização para os grandes proprietários e/ou intermediários:

Por sua própria constituição de classe, o trabalho produtivo dos grandes proprietários e/ou intermediários engloba processos que para sua realização exigem um contato estreito entre "praia"⁵ e "cidade". É assim que, especificamente no que diz respeito ao seu papel de intermediação entre produtor/consumidor, os grandes proprietários e/ou intermediários funcionam como agentes duplamente urbanos e "praieiros". Sua qualificação profissional portanto é tão própria à cidade quanto à "praia". Deste modo, o processo de urbanização para grandes proprietários e/ou intermediários quando migrantes é encarado de forma natural, pois que dele já participam naturalmente. Um aspecto, entretanto, se sobressai. Fugindo a esta natural assimilação dos padrões sócio-econômicos, os grandes proprietários e/ou intermediários têm a primeira barreira significativa no tocante à valorização imposta pela cidade: sua formação cultural. Porque se historicamente os grandes proprietários e/ou intermediários participam dos quadros econômicos urbanos não se pode esquecer que o fazem como representantes de uma comunidade com

⁵Ver página 30 , do capítulo II.

uma tipicidade cultural bem específica. É dessa tipicidade que os grandes proprietários e/ou intermediários querem se libertar quando do processo de urbanização. É aí, portanto, que se situam suas dificuldades de assimilação.

Esses grandes proprietários e/ou intermediários se ressentem de que apesar de "sustentarem" a economia da ilha, sua origem cultural os afasta dela: não se conformando em serem tidos como diferentes: sonham ser considerados iguais aos mais importantes personagens urbanos. Um depoimento de um representante dessa categoria improvável de "marginais" é bastante ilustrativo:

"Aqui é uma comunidade onde os matutos não têm prestígio e o povo, a comunidade, fazem muito Carnaval. Quem são os que dão emprego aqui em Fpolis? O Zenite da "Casas d'Água", um cidadão lá da Vargem. Depois que o pai morreu ele ficou com a senhora mãe dele. A mãe trabalhava de doméstica e ele fazendo um servicinho na vizinhança, de encanador. Depois, aquela coisa de guri, foi desenvolvendo, foi comprando um caninho aqui, outro ali, e agora dá mais de 500 empregos: um matuto, que eles chamam, pois é lá da Cachoeira. O Arlindo Isaac da Costa é da Barra da Lagoa, tem uns 400, 500 homens tudo empregado. Ninguém dá o privilégio. Ninguém vem na televisão falar nisso, entende? Tem uns 500 homens empregados. Da Barra da Lagoa. O Cassol, né? De São Pedro, lá de cima, Madeireiro. Colono. Ninguém nessa profissão dá esse prestígio a eles, você vê só como é? Quem mais? Bom... Em geral todo industrial aqui é Ingleses. Barra da Lagoa... Os Koerich. Colonos. Veio o velho Koerich, botou um açougue aqui, hoje o Walter desenvolveu, tá aí com essa fortuna, e esse mundo de emprego, e tocando Fpolis. Ninguém vai na televisão, nem na imprensa dar esse prestígio. É tudo matuto, manezinho. Se vai no jornal, né? É pra destruir. Mas os bacaninhas aqui do Centro, que tiveram oportunidade de de morar bem e estudar na faculdade, me diz se deu alguma fortuna? Me diz, daqui mesmo, de Fpolis, quem é que dá emprego? Que fez fortuna? Só mesmo o velho Aderbal, que ainda assim era por causa do Hoepeck, que tinha fábrica de prego, que acabou. O Estaleiro Arataca, que acabou, e agora tá com a fortuna destruída.

(...) Agora da cidade mesmo, daqui mesmo do "miolo", que tiveram as maiores oportunidades, que tiveram tudo na mão, você me diz pra mim quem é que tem 500, 600 empregos?" (Depoimento de um grande proprietário e intermediário de pesca de Ingleses, que mudou-se para Fpolis em 1954).

A.2) O Processo de Urbanização para os pequenos proprietários:

Se a qualificação profissional dos grandes proprietários e/ou intermediários os aproxima dos quadros sócio-econômicos urbanos, os pequenos proprietários, por sua vez, são tipicamente membros dos quadros sócio-econômicos "praieiros". Assim, quando em contato com o processo de urbanização que os expulsa da comunidade "de origem" no sentido em que interfere diretamente sobre a sua reprodução profissional⁶, os pequenos-proprietários tornam-se migrantes na amplitude do nível sócio-econômico-cultural.

Uma das respostas a esse processo é a venda das terras de beira-de-praia -marcando o início de uma assimilação à questão urbana via uma "proletarização disfarçada", porque esta venda passa a ser justificada como vantajosa, já que os terrenos mais distantes do mar são menos valorizados e na compra de um novo local de moradia sobra dinheiro para a poupança em bancos que permite "ganhar sem trabalhar". Entre tantos conseguidos, o depoimento abaixo confirma:

⁶ Através da expansão e intensificação das relações capitalistas na produção pesqueira, através tanto da destruição das formas econômicas tradicionais, quanto da interferência da pesca industrial na produtividade pesqueira.

"As pessoas tão saindo porque tão vendendo pros veranistas e tão..., né?, tão vindo pra cidade, tão indo pra outros lugares assim...E eles vendem, como agora eles tão vendendo muito bem. Então pegam esse dinheiro, botam na poupança e ficam vivendo o resto da vida, gente que não tá muito nova, né? Um rapaz até que é casado com a sobrinha do meu marido, o João, (...), ele vendeu a casa dele agora com o lote de, parece 20 de frente e 60 de fundos e a casinha dele que não é uma casa muito boa, por 100 milhões, vendeu por 100 milhões. Então ele pega esses 100 milhões, compra um outro terreno, parece que já comprou, barato, lá em cima, lá em Aranhas, e faz uma casa pra ele, resta 50 milhões, ele bota na poupança, tem uns 5 milhões por mês, não vai trabalhar mais, (...), vai viver com um ordenado de 5 milhões por mês. O outro que é também casado com a irmã da minha cunhada, (...) Esse também vendeu por 80 milhões também é outro... (...) Já tinha vendido outros lotes, já tinha feito uma casa pra ele, agora vendeu esse por 80 milhões, tá com dinheiro que não acaba mais, não precisa mais trabalhar. E é assim que eles tão fazendo". (Entrevista concedida em outubro/84, por uma professora aposentada, esposa de um ex-proprietário de parcela em Ingleses, moradores de Epolis desde 1965, onde o marido é funcionário da Penitenciária).

A outra resposta que inicia pela incorporação ideológica e econômica da geração de descendentes dos pequenos proprietários no processo urbano será analisada em item específico. Na continuidade desta resposta, pequenos proprietários quando migrantes assimilam na totalidade a valorização sócio-econômica-cultural urbana, sendo também assimilados por ela uma vez que se permitem enquadrar seja como trabalhadores por conta própria (no comércio; ver depoimento p.101, cap.III), como funcionários públicos (ver depoimentos p. 108. capítulo III) ou sub-empregados (ver depoimento p. 77, cap. II).

A.3) O Processo de Urbanização para os não-proprietários:

Como já foi mostrado (cap. III, pp. 93 e 104) se num primeiro momento as contradições estruturais da situação sócio econômica dos não-proprietários os forçava a um processo de migração em busca de melhores condições de vida, num segundo momento percebe-se que é justamente com a expansão urbana à "praia" que o processo de migração dos não-proprietários perde sua conotação de deslocamento geográfico para manter apenas o seu caráter profissional. Ou seja, com o aprimoramento de uma rede viária e de transportes o não-proprietário pode conservar-se como morador da comunidade "de origem" enquanto ingressa e se dedica cada vez mais às relações de trabalho urbanas. A resposta dos não-proprietários ao processo de urbanização, portanto, aparece em sua tipicidade no depoimento abaixo:

"Tem muitos saindo, pegando serviço de vigilante, pedreiro. (...) Tu sabe que a maioria desses carinha daqui que trabalha no Centro, o salário-mínimo pra eles, eles não falam assim: "o salário-mínimo", eles falam: "puta, tô ganhando é 97 mil e 177". É um dinheirão pra eles é um dinheirão. Eles não analisam, assim, a ótica do salário em proporção ao lucro, à inflação, nada. Eles pensam sô na quantidade, no "bolo": tantas notas." (De um estudante universitário, filho de um ex-intermediário de pesca (pequeno), atualmente dono de um bar em Ingleses. Entrevista concedida em 1984).

onde se percebe que o processo de assimilação urbana dos não-proprietários vem fetichizado⁷ pelo seu caráter de organização contratual e pagamento mensal em moeda⁸, este último fator

⁷ No sentido atribuído por Marx, 1982: 79-93.

⁸ Uma vez que na pesca o pagamento é geralmente feito em espécie e ao final de cada final de safra, num período que varia entre dois e três meses.

encobrendo o sentido de incorporação -na moeda- do trabalho humano (físico e mental) por eles realizado.

B) A GERAÇÃO DE DESCENDENTES

Um outro aspecto de assimilação ao processo de urbanização é representado pela geração de descendentes, onde o que chama a atenção é a coincidência de expectativas para os três grupos de migrantes de que trato aqui - a distinção entre eles sendo determinada pela possibilidade de investimento para a consecução das expectativas.

Podendo ser resumidas genericamente como de ordem de ascensão econômico-cultural, as expectativas para a geração de descendentes são centradas na educação formal. Deste modo:

B.1) A Geração de Descendentes dos Grandes Proprietários e/ou Intermediários⁹:

É a situação de "marginalizados sócio-culturais" (p. 123) que faz com que os grandes proprietários e/ou intermediários invistam na educação formal de seus descendentes, projetando nela a sua aceitação na esfera sócio-cultural urbana. Seus descendentes, então, ascendem socialmente financiados pelo capital adquirido pelos pais na pesca, mas ficam dela distanciados no nível profissional já que com a ajuda desse capi-

⁹Ver pp. 86 e 87, cap. III.

tal optam por (e são conduzidos a) profissões de melhor "status" social. É assim que os descendentes de grandes proprietários e/ou intermediários geralmente cursam a universidade, formando-se profissionais liberais. Também, no dizer de um empresário de pesca:

"(...) já vê o papai com uma situação relativa, então, que não precisa, não vão querer molhar o pé na água. Então eles ficam é no estudo, né?"

B.2) A Geração de Descendentes dos pequenos proprietários:

Bastante próxima em relação a dos grandes proprietários e/ou intermediários, a geração de descendentes dos pequenos proprietários destaca-se pelo afinco com que defende os ideais de ascensão capitalista, como fica claro na crítica que um jovem estudante universitário (filho de um ex-proprietário de parelha e ex-intermediário¹⁰ de pesca atualmente dono de um bar em Ingleses) faz aos filhos de não-proprietários no item a seguir (referente aos não-proprietários especificamente). Este jovem, por sua vez, poderia ser rotulado como classe média estável, não só pela situação econômica de que usufrue -onde imiscui-se pequenas "mordomias" como ter uma moto nova, praticar pesca submarina (com equipamento próprio e completo) e não ter que trabalhar (ainda que ajude o pai no bar em períodos de maior movimento)-, como, principalmente, é classe média na ideologia que professa, cf. já foi referido no início deste

¹⁰Entretanto, não constituía firma, trabalhava sozinho, com pequenas quantidades: "pombeiro", portanto.

item e porque se empenha em ascender socialmente. Por isso este jovem estuda Ciências Contábeis na Universidade, faz curso particular de computação, pensa em montar uma firma de assessoria.

O exemplo da trajetória da geração de descendentes de pequenos proprietários fica patente no depoimento da esposa de um pescador artesanal proprietário de parêlha e dono de uma mercearia em Ingleses:

"Meu marido gosta, adora pescar. Mas não queria nunca que os filhos ficassem na pesca. Porque nós lutamos, lutamos mesmo pra valer! Porque era difícil, né? Aqui só tinha um ônibus, de manhã, as 5 horas e voltava à noite, quando eles tavam estudando lá embaixo (na cidade). Então tinha dia de o cobrador bater na nossa porta 5 horas da manhã: "Dona Nina, as suas guardias não vão pra aula?", "Meu Deus, elas tão dormindo", "então diga pra elas só vestir o uniforme e pentear o cabelo e calçar o sapato no ônibus", E é isso. Porque se perdesse aquele ônibus não tinha mais. Então já era um sacrifício pra nós e pra elas né? (...) Tem que ir pro Centro, aqui não tem emprego nenhum. O (filho) mais velho trabalha no Tribunal de Justiça, não quer nada com o comércio só quer saber de estudar. O outro (filho) estuda e dá uma mão aqui (no comércio). O mais velho só vai ficar no Centro, se casar, né? Pra alugar apartamento lá é muito caro, né? Sai de casa às 6 horas da manhã, na volta pega o ônibus das 14 horas, janta e vai pro Centro, pra aula, ele estuda a noite na Universidade Federal, faz administração. O outro é que faz educação artística, na estadual. O Abílio (o mais velho) é muito estudioso. Tudo que é concurso que ele faz ele passa. Fez o concurso da Caixa Econômica Federal, passou, tá esperando ser chamado. Tem mais vantagem que no Tribunal. A praia pros meus filhos tá só pra banho".

B.3) A Geração de Descendentes dos não-proprietários:

Ainda que pretendendo que os filhos ascendam socialmente através do estudo e pra isso portanto, empreendam signi-

ficativos sacrifícios:

"(...) e o guri (filho menor) sempre passou (de ano na escola). Agora já vai pra 3ª fase da Escola Técnica, vai fazer Agronomia. E ele gosta de pescar, ele gosta de trabalhar. Os outros falam com ele é de cortar uma grama, ele tá sempre pronto, mas eu não deixo ele sair da escola nunca. Ele já quis, porque teve greve, faltou fazer prova e tudo. Sempre arrebenta pelo mais pobre, o mais pobre é que sofre. Porque se todo professor soubesse o sacrifício que eu passo pra eles estudarem, eles nunca pensavam em fazer greve. Porque eles fazem greve pra melhorar eles e prejudicar os pobres. Porque os pobres precisam logo pegar o diploma pra poder trabalhar, arrumar um serviço pra sair da rotina mais baixa que existe de pescador". (De uma professora aposentada, recontratada pela escola, esposa de um "camarada" em Ingleses),

a maioria dos não-proprietários -porque na esfera econômica se situa no estágio mais baixo, o da sub-proletarização- acaba por ter sua geração de descendentes limitada a sonhos: assim, reproduzindo valores culturais urbanos que conferem "status", numa tentativa tanto de auto-justificação da mudança, quanto da diluição das diferenças externas em relação a outras categorias sociais. Veja-se o exemplo disso nos depoimentos abaixo:

"A maioria dos filhos de pescador mais pobre não trabalha, nem "empreguinho". Mas agora já tem assim... pega um biscatezinho aqui, outro ali, alguns tentam estudar, desistem. Eles sabem pescar, mas não pescam. Eles querem ter uma oportunidade de emprego. Mas eles querem que alguém traga o emprego. (...) Mas mesmo assim, se eles estudassem valia a pena, mas eles não se esforçam, porque é muito cansativo pra eles. Também o pescador é malandro, né? (...) A mesma coisa eles, tu vê, eles vão pro centro, trabalham, chega a noite: ir pra aula? Não, vão embora dormir. A mesma coisa no sábado, pensam num baile. É o tipo da coisa que é o seguinte: tu tem dinheiro, tu queres aplicar, tu aplica no futuro. Mas esses caras não. Se tem um baile, uma festa, eles querem comprar "aquela" roupa, "aquela" calça, se tem dinheiro. Pra pagar uma prestação assim, vamos supor, do Colégio, é preferível eles "rodarem" sem pagar

do que ir pro baile sem uma roupa nova. É o tipo da coisa de chegar num lugar com uma calça velha e uma camisa e se sentir mal. Eles não querem isso. Mas eles não analisam o seguinte: se eles usarem isso aí agora, no futuro eles vão ter condições de usar uma roupa melhor sempre" (De um estudante universitário, filho de um dono de bar-restaurantes de Inglês, ex-intermediário de pesca).

"Esse lance de ter moto, ter carro, hoje em dia é muito comum, então, esse meu amigo quer que o pai dele venda um terreno, o pai dele já vendeu bastante terreno. Já vendeu um enorme aí, que vale 200 milhões, já vendeu por 130, faz uns 8 anos, é um absurdo. Então agora ele quer vender um por 15 milhões. (...) Ele quer que o pai dele venda pra comprar uma XL (moto), ano passado ele falou pra mim, ainda eu falei: "se tu queres comprar uma motinha, compra usada (...), mas pra que comprar uma XL?" (...) Eles não pensam em pegar o dinheiro e aplicar". (Do mesmo entrevistado acima citado).

C) A ADAPTAÇÃO À CIDADE: "FLUXO" E "REFLUXO" DO PROCESSO MIGRATÓRIO¹¹

Como já falei (nota 12 pp.90), apesar da intensa motivação proporcionada pelo contato com o "grupo primário", os migrantes não têm condições de uma avaliação prévia da mudança (depoimento 1). Trabalhando com exemplos de sucessos alheios, é só após a efetivação da sua própria transferência que os migrantes concluem-se como adaptados ou não. Iniciando a incorporação dos valores urbanos para si e para sua descendência, nem todos os migrantes, entretanto, tornam essa assimilação uma

¹¹ Não encontrei entre os meus informantes nenhum que tenha retornado à comunidade "de origem", os dados deste item, portanto, referem-se a observações feitas por membros do "grupo primário" desses agentes do "refluxo migratório".

adaptação. É assim que a visível intensidade de fluxos migratórios (representados pela transferência para a comunidade "de destino") (depoimento 2 e 4) traz em si uma variável de "refluxo" (representada pelo retorno à comunidade "de origem") (depoimentos 3 e 4). Portanto: nem todos permanecem na cidade - comunidade pela qual previamente haviam optado - e, numa comparação das condições reais de vida proporcionadas pela comunidade "de origem" e pela "de destino" muitos decidem-se pelas condições originais. Veja-se nos exemplos abaixo:

Depoimento 1: "Eu não tinha pensado que vinha pra cá, não. A mulher tinha, eu acho que a mulher sempre tinha muita vontade de vim. Pelo gosto dela nós tinha vindo mais cedo. Eu é que não queria vim, né? Porque eu era doente, era não, ainda sou, não sabia se aqui ia dar conta, mas ela dizia: "vamos, os outros não morreram à fome, tu também não vai morrer". (...) Parece que Deus olhou nesta hora que nos 'tamos felizes aqui'. (De um ex-pescador-lavrador de Ingleses, morador de Fpolis desde 1968).

Depoimento 2: "Agora tá vindo muita gente, sim, que tá largando a pesca. Inclusive do pessoal que eu conheço aqui, tem muita gente ali na Costeira, aqui nesse morro, no Morro da Mariquinha tem muita gente de lá de Garopaba. Tem gente bastante, aqui na Prefeitura mesmo trabalha muitos de Garopaba, empregado aqui de criado nessa cidade mesmo acho que tem bem poucos". (De um ex-pescador-lavrador de Garopaba, morador de Fpolis desde 1954).

Depoimento 3: "Eu tenho um irmão que tá morando agora lá nos Ingleses. Ele trabalhou em Santos 20 e poucos anos. Morou lá. Agora dois anos passados foi que ele veio pra cá. A mulher dele até é de lá de Santos. Ele não trabalhava na pesca em Santos, foi sempre um negócio assim de restaurante, cozinheiro de restaurante, dava dinheiro lá, ganhava-se mais do que aqui. Agora que lá é maior, né? Tem mais movimento, em São Paulo". (Do mesmo informante do depoimento 1, acima).

Depoimento 4: "Ele (o irmão) veio também, trabalhou aqui na Prefeitura também, junto comigo parece que 3 anos, na mesma época que eu vim, eu vim seguido. Aí depois ele voltou. Ele achou que aqui

os filhos parece ficaram doente, não deu, ele morava lá na Costeira, não se adaptou, aí foi embora pra lá. E foi a sorte dele, né? Pra ele melhorou muito. (...) Parece que já teve, como ele, uns 2 ou 3 de lá que vieram e voltaram, foram pra lavoura. Mas os mais que vieram, ficaram tudo". (Do mesmo informante do depoimento n° 2, acima).

D) A MANUTENÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS COM A COMUNIDADE "DE ORIGEM"

Como demonstra o item anterior, a comunidade "de origem" assim como serviu para a motivação da partida (através do "grupo primário"), serve como uma garantia quando da possibilidade de não-adaptação à comunidade "de destino". É um laço que nunca se rompe, porque representa a própria identidade. Mesmo para aqueles migrantes adaptados na comunidade "de destino" que buscam uma aceitação sócio-cultural na cidade, a comunidade "de origem" permanece como um ponto de referência. Talvez numa realimentação do poder que exercem na comunidade "de origem", estes grandes proprietários e/ou intermediários mesmo quando já desligados dela profissionalmente porque num nível mais amplo de relações econômicas, retornam especialmente em épocas de eleições. O trecho de uma entrevista com um empresário de pesca de Ingleses, atualmente trabalhando em Itajaí, mostra essa questão:

"Eu não preciso de política, não uso de política, nem nunca usei. A minha... o quanto foi adquirido foi pelo meu trabalho, meu esforço. A política até é muito engraçada: no tempo do meu pai. Agora o primeiro político que quis ingressar na política foi esse meu rapaz (filho). Porque nós nunca fomos de... políticos. Depois que o meu pai morreu nós desistimos da política. Sempre aparamos o pessoal lá, essa coisa assim, mas sem interesse político. No dia da eleição só fomos votar e quando aquelas pessoas mais chegadas perguntavam: "qual

é o candidato?", então nós dávamos o nosso candidato de preferência. Não fazíamos campanha política não. (...) Então nós tínhamos influência política assim com os pescadores lá, com o eleitorado". (Morador de Fpolis desde 1954).

Desde modo, grande proprietários e/ou intermediários e alguns pequenos proprietários frequentam diariamente a comunidade "de origem":

"Vou todo dia lá, só não fui hoje porque tinha o que fazer aqui. Eu gosto de lá, né? Lá que eu fui nascido e criado". (De um ex-proprietário de parelha artesanal de Ingleses, dono de uma lanchonete em Fpolis, onde mora desde 1975),

ou semanalmente:

"Sempre fim-de-semana eu vou a Ingleses visitar meus parentes. Aqui na vizinhança tenho amizade com todo mundo, né? Já tô aqui há 8 anos. Aqui e lá as amizades são muito boas. A Igreja eu frequento aqui e lá, tanto que eu sou até do Apostolado de lá. (...) Mas eu gosto muito de Ingleses, fui criado lá". (De uma sogra de um intermediário de pesca de Ingleses, moradora em Fpolis desde 1976. Viúva desde 1970 de um pescador "camarada", desde então sob "a proteção" do genro).

Igualmente a vida social em muitos aspectos é feita na comunidade "de origem", além das festas tradicionais -religiosas, geralmente, como Natal, Navegantes, etc., muitos migrantes divertem-se só entre "os seus". O trecho de uma entrevista com um ex-pescador-lavrador de Ingleses, migrante para Fpolis em 1978, atesta esse caráter:

"De vez em quando vamos lá em Ingleses. O guri (filho) ainda no sábado teve dançando lá, veio domingo de noite. Ele para na mãe desse aí (primo que é vizinho dele em Fpolis), que é minha tia e madrinha da mulher; que é pertinho do meu terreno que eu tenho lá ainda. Solteiro, né? Chega lá farreia. Acha que é melhor do que aqui "negócio de farra". Ele aqui vai também, mas agora ele acostumou pra lá, (...) quando o primo não vem pra cá ele vai pra lá. Em todo lugar que ele vai tem colega. A gente também, tem os amigos, os parentes, os conheci-

dos, lá, mas aqui vai fazendo outros (amigos) também, né?".

Primeira e última: é na comunidade "de origem" que os migrantes querem ser enterrados:

"Meu pai já morreu. Minha mãe faleceu aqui. Meu pai quando morreu lá o meu esposo trouxe ela (a mãe) pra morar aqui com nós. Daqui ela morreu aqui, mas eu levei pra sepultar lá nos Ingleses. Paguei táxi, paguei carro fúnebre, tudo. Ela sempre pedia, então eu fiz a vontade dela. É a última esperança que a gente faz: é uma coisa quando falece, né?" (De uma esposa de ex-pescador-lavrador de Ingleses, moradora de Fpolis desde 1968).

Enfim, a comunidade "de origem", para os migrantes, possui laços que não se rompem, inclusive significando a outra face de uma vida mesclada de antigo e novo, passado e presente, rural e urbano: "praia" -cidade. Pude constatar que a vida da comunidade "de origem" de algum modo continua a ser também a vida dos migrantes na cidade, quando na época da segunda etapa do meu trabalho de campo (na cidade) todos os ex-moradores de Ingleses sabiam da morte de um "patrão-de-pesca", membro de uma das famílias tradicionais de lá, na mesma semana da ocorrência da morte.

E) AVALIAÇÃO SOBRE A MIGRAÇÃO

Como nos aspectos dos dois itens anteriores, os três tipos definidos de migrantes com os quais estou trabalhando, revelam unanimidade no aspecto que encerra esta dissertação. A avaliação da migração é sempre positiva¹². Pois, considerando

¹²Exceto, é óbvio, para aqueles que retornaram à comunidade "de origem".

a estrutura original sob a qual viviam (na "praia") e aquela que partilham na comunidade "de destino", os migrantes tendem a perceber-se favorecidos porque passam a usufruir, ao menos, de maior estabilidade (profissional) e conforto: traduzido por facilidades especialmente valorizadas como o crédito (que possibilita a compra de móveis e eletrodomésticos inexistentes na "praia"), e a estrutura viária e de transportes (aproximando hospitais, escolas, comércio, etc.). Assim, coerente com o encaminhamento da totalidade da análise, deixo na própria "voz" do agente do processo migratório o encerramento desta dissertação, comprovando o que afirmei:

"Naquele tempo eu não tinha nada. Hoje tem sofá, televisão, algum dia lá (em Ingleses) ia poder ter televisão? É hoje tenho duas. Naquela "dia" a gente não tinha nada, nada, e era difícil comprar. Aqui melhorou porque ele (o marido) trabalhava por conta dele, isso é que dava mais um dinheiro. (...) Eu gosto muito daqui, não é fazer o defeito que eu nasci e me criei lá e ganhei 6 filhos lá (em Ingleses), mas eu gosto muito daqui, porque se eu quiser trabalhar pra ganhar eu trabalho, né? (De uma esposa de ex-pescador-lavrador de Ingleses, moradora de Fpolis desde 1968, onde o marido atualmente "encostado" no INPS, trabalhava de carpinteiro, pedreiro, lenhador).

"(...) eu não me arrependi de ter mudado porque eu não gostava de morar em Ingleses, eu detestava". (De uma professora aposentada, esposa de um ex-proprietário de parrelha de Ingleses, moradora de Fpolis desde 1965).

"A vantagem da gente aqui (na cidade) é isso: tem mais recurso de que lá pra nós, muito mais. E lá eu sofri muito por causa dessa doença que eu tenho. Agora é que eu aqui melhorei bastante. Então eu acho que aqui pra alguns é mais favorável que lá. A minha esposa também, pra ela é a mesma coisa porque se ela falar pra ela ir embora... Vai lá no Sítio visitar, tudo, vai, mas se falar pra ela, convidar ela pra morar lá no Sítio ela diz que não ... pra ir vai, gosta do Sítio e tudo porque foi nascida e criada lá, mas só visitar porque morar lá não, ela diz que aqui ficou melhor, muito melhor, ela diz". (De um ex-pescador-la-

vrador de Ingleses, morador de Fpolis desde 1968).

Enfim, confirmando o título escolhido para sintetizar o conteúdo desta dissertação:

"É, hoje tô me sentindo até velho com 31 anos por causa da pescaria, muito pesado, muito frio. E não fiz a minha vida com a pescaria. É, pra se viver equilibrado tem que se ficar em terra". (De um ex-"camarada" em Ingleses, que largou a pesca por serviços urbanos em 1980; atualmente é vigilante bancário em Fpolis).

CONCLUSÃO

Encarada como um processo decorrente de longa e historicamente determinada expansão de relações capitalistas à "praia" - local "de origem" - fundamentando a transformação das suas características originais, a migração é a resposta dada a essas transformações por grupos diferenciados na estrutura de produção (classe social).

Assim, para a classe dos grandes proprietários e/ou intermediários, detentores do capital e dos instrumentos para sua reprodução, a migração significa dois aspectos principais:

no âmbito econômico, significa a natural necessidade de expansão do capital; aquele acumulado na "praia" vai se multiplicar em atividades produtivas que possibilitem uma ainda maior acumulação;

no âmbito sócio-cultural, a migração dos grandes proprietários e/ou intermediários significa a busca de uma elevação de "status" no setor urbano com o qual sempre conviveram e com o qual contribuem na reprodução e desenvolvimento econômico.

Deste modo, concluo, os grandes proprietários e/ou intermediários, em face dos recursos trazidos da comunidade "de origem" enriquecem a comunidade "de destino". Se já tinham riqueza na comunidade "de origem", a migração significa a possibilidade de conseguir um outro valor: o "status". Assim, migram para introduzir os filhos nas relações sócio-culturais urbanas sedimentadas por uma educação formal especializada. Como já têm recursos econômicos que os igualam à classe dominante

urbana, a introdução da geração de descendentes em quadros sociais de maior "status" é bastante fácil, enquanto para eles próprios é dificultada por serem legítimos representantes de uma comunidade culturalmente distanciada do que é considerado importante nos padrões culturais urbanos.

Por sua vez, o grupo sócio-econômico por mim genericamente denominado de pequenos proprietários, diferencia-se internamente em alto e baixo conforme se pode concluir por meio das características explicitadas ao longo dos Capítulos III e IV. Se ora enfatizei aspectos próprios ao nível mais baixo da classe (dificuldades de reprodução econômica, por exemplo) e ora os do nível mais alto (possibilidades da geração de descendentes, por exemplo), penso que justamente a ambiguidade em defini-la mostra que esta classe social não é homogênea.

A partir disso, então, concluo: os participantes dos níveis mais altos dessa classe "média" migram por motivos próximos àqueles dos grandes proprietários e/ou intermediários. Um exemplo é o anseio de proporcionar uma educação melhor para os filhos e com isso elevar seu padrão sócio-cultural - traduzido por "status". Outro exemplo desta proximidade entre as duas classes referidas é o daqueles pequenos proprietários que já detêm algum capital acumulado, pois migram talvez não para expandí-lo, mas -próximo a isto- para conseguir uma intensificação de sua reprodução.

Do outro lado, os pequenos proprietários que na estrutura original ocupam padrões baixos representados pela propriedade de uma única parelha de pesca ou uma ou outra rede específica a uma safra (caso dos pescadores-lavradores, que

alternam as atividades), os motivos da migração se aproximam daqueles dos não-proprietários porque voltados à busca da maior estabilidade dada por seguranças e garantias - tanto no nível previdenciário como também e principalmente econômico. Ou seja, migram para fugir à instabilidade própria a uma atividade extrativa (como a pesca) ou dependente das condições da natureza (como a lavoura). Quando se intensifica a penetração das relações capitalistas na atividade original, a instabilidade que lhe é própria aumenta ainda mais, estimulando, portanto, a migração.

Finalmente, o grupo sócio-econômico constituído por não-proprietários migra sem outras possibilidades que as oferecidas pelo "grupo primário". Assim, ficam extremamente dificultados os seus anseios: sejam os de dar uma educação para os filhos que os possibilite mudar para uma classe social mais alta, sejam os anseios de estabilidade, garantia, segurança econômica e profissional.

Porque migram sem recursos, premidos por razões estruturais próprias à posição que originalmente ocupam na atividade produtiva, intensificadas (essas razões) em seu caráter expoliativo e expropriativo pelas transformações advindas da expansão capitalista, os não-proprietários migrantes, quando na comunidade "de destino", passam a ocupar posições marginais representadas pela habitação periférica à cidade¹ e pela

¹Para aqueles que se deslocaram antes da criação de uma rede viária e de transportes competente, donde conclui-se que a urbanização - em suas manifestações -, pode contribuir para retrair uma "migração física" (espacial), enquanto estimula

participação em subempregos ou situação de desemprego.

Para encerrar, então, por ser um processo social provocado por razões de classe diferenciadas conforme sejam essas classes, a migração também vai ser diferenciada internamente, em seus aspectos sócio-econômico e/ou espacial. Vai ser diferenciada, mas vai ocorrer porque "ficar enterra".

Cont.

uma "migração funcional" (pela proximidade com as facilidades que a cidade representa).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Cleide. 1985. "Tecendo Redes Sociais: A articulação de Instituições sociais numa localidade pesqueira de Santa Catarina". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em CS da UFSC, 1983.
- BECK, Anamaria. 1979. "Lavradores e pescadores: um estudo sobre trabalho familiar e trabalho acessório". Trabalho apresentado ao concurso de professor titular da UFSC
- BECK, A. et alli. 1981. "Caracterização cultural, econômica e social das comunidades pesqueiras da GranFpolis", mimeo.
- _____. 1984. "As Comunidades litorâneas e a influência cultural açoriana", UFSC/Secretaria de Educação, Fpolis.
- BERLINCK, Manoel. 1977. "Marginalidade social e relações de classe em SP", Vozes, Petrópolis.
- BLAY, Eva Alterman. (org.) 1979. "A Luta pelo espaço", Vozes, Petrópolis.
- CARNEIRO, S.A. 1979. "Terra liberta: hábitos alimentares em Ponta do Mato". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB.
- CARVALHO, Edgard de Assis. (org.) 1981. "Godelier" - Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 21, Ática, RJ.
- CASTAÑO, Gabriel Murillo. 1979. "La migración de trabajadores colombianos a Venezuela: la relación ingreso-consumo como un de los factores de expulsión" in: "Migraciones Laborales" - vol. 11, PNUD/OIT, Bogotá.
- CASTELLS, Manuel. 1971. "Problemas de investigación en Sociologia Urbana". Siglo Vientiuno Editores SA, México.

CASTELLS, Manuel. 1983. "A Questão urbana". Paz e Terra, RJ.

COSTA, Manuel Augusto. 1971. "Política de migrações internas" in: COSTA, Manuel A. (editor) "Migrações internas no Brasil". IPEA/INPES, RJ.

_____. 1975. "Urbanização e migração urbana no Brasil". IPEA, RJ.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. 1983. "Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar". Ática, SP.

DUARTE, L.F.D. 1978. "As redes do suor - a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado de Jurujuba". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UFRJ, RJ.

DUHRAN, Eunice. 1978. "A caminho da cidade". Editora Perspectiva - Coleção Debates, SP.

FIORAVANTE, E. 1978. "Modo de produção, formação social e processo de trabalho", in: GEBRAN, Philomena, "O conceito de modo de produção". Paz e Terra, RJ.

FORTI, Reginaldo (org.). 1979. "Marxismo e urbanismo capitalista - textos críticos". Livraria Editora Ciências Humanas, SP.

GERMANI, Gino. 1974. "Sociologia da modernização". Editora Mestre Jou, SP.

HARRIS, John e MICHAEL, Todaro. 1980. "Migração, desemprego e desenvolvimento - uma análise com dois setores" in: MOURA, Hélio (Coord.), in: "Migrações internas: textos selecionados", BNB/ETENE - tomo 1, Fortaleza.

HEREDIA, B.M.A. 1979. "A morada da vida - trabalho familiar de pequenos produtores do NE do Brasil". Paz e Terra, RJ.

HOGAN, Daniel et alii. 1978. "Cidade: usos e abusos". Brasiliense, SP.

IVO, Anete Brito Leal. 1975. "Pesca: tradição e dependência - um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade "tradicional" na área urbano-industrial de Salvador". Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

KAUTSKY, Karl. 1972. "A questão agrária" - vol. Ia e IIb, Portucalense Editores, Lisboa.

KOWARICK, Lúcio. 1977. "Capitalismo e marginalidade na América Latina". Paz e Terra, RJ.

_____. 1979. "A especulação urbana". Paz e Terra, RJ.

KRAEMER, M.C. 1978. "Malhas da pobreza - exploração do trabalho dos pescadores artesanais na Baía de Paranaguá". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da PUC/SP.

LAGO, Mara Coelho de Souza. 1983. "Memória de uma comunidade que se transforma : de localidade agrícola pesqueira à Balneário". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC, 1983.

LAGO, Paulo F. 1968. "Comunidades Pesqueiras de SC - condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da evolução da atividade pesqueira em SC". Edições SIA - Estudos Brasileiros nº 26, RJ.

LEE, Everett S. 1980. "Uma teoria sobre a migração" in: MOURA, Hélio (Coord.) "Migrações internas: textos selecionados". BNB/ETENE, - tomo 1, Fortaleza.

LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. 1978. "A sociologia do Brasil urbano". Zahar, RJ.

- LIMA, Roberto Kant de. 1978. "Pescadores de Itaipu - a pescaria da tainha e a produção ritual da identidade". Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional, UFRJ, RJ.
- LOPES, Juarez Rubens Brandão. 1978. "Desenvolvimento e mudança social". Cia Editora Nacional, SP.
- _____. 1981. "Do latifúndio à empresa - unidade e diversidade do capitalismo no campo". Vozes/Cadernos CEBRAP nº 26, Petrópolis.
- MACHADO, Léa Pinheiro. 1970. "Alcance e limites das teorias da modernização, in: RAE: Revista de Administração de Empresas, vol. 10.
- MARTINE, George. 1980. "Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes", in: MOURA, Hélio (coord.) "Migrações internas: textos selecionados" - tomo 2 - BNB/ETENE, Fortaleza.
- MARTINE, George e PELIANO, José Carlos. 1978. "Migrantes no mercado de trabalho metropolitano". IPEA/IPLAN, Brasília.
- MARTINS, José de Souza. 1973. "A imigração e a crise do Brasil agrário". Biblioteca Pioneira de CS, SP.
- MARX, Karl. 1982. "O Capital" - Livro 1º, vol. I, Difel, SP.
- MATA, Milton. 1980. "Urbanização e migrações internas", in: MOURA, Hélio (Coord.) "Migrações internas - textos selecionados" - tomo 2, Fortaleza.
- MATA, Nelson et alii. 1973. "Migrações internas no Brasil - aspectos econômicos e demográficos". IPEA/INPES, RJ.
- MENEZES, Cláudia. 1976. "A mudança - análise da ideologia de um grupo de migrantes". Imago Editores, RJ.

- OLIVEIRA, Orlandina e STERN, Cláudio. 1980. "Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos", in: MOURA, Hélio (Coord.), "Migrações internas: textos selecionados", BNB/ETENE, Fortaleza. Tomo 1.
- OLIVEN, Ruben G. 1980. "Urbanização e mudança social no Brasil". Vozes, Petrópolis.
- PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. 1974. "Desenvolvimento e marginalidade". Biblioteca Pioneira de CS, SP.
- PASTORE, José. 1969. "Brasília: a cidade e o homem". Cia Editora Nacional, SP.
- PEREIRA, Luiz. 1973. "Urbanização e subdesenvolvimento" Zahar, RJ.
- _____. 1978. "Ensaaios de sociologia do desenvolvimento". Biblioteca Pioneira de CS, SP.
- _____. (org.) 1978. "Populações marginais". Livraria Duas Cidades, SP.
- PESSANHA, E.G.F. "Os companheiros - o trabalho na pesca em Itaipu". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ.
- POTENGY, Gisélia Franco. 1980. "O processo de inserção do migrante na sociedade urbano-industrial", in: MOURA, Hélio (org.) "Migrações internas - textos selecionados" - tomo 2 BNB/ETENE, Fortaleza.
- RAVENSTEIN, E. 1980. "As leis da migração" in: MOURA, Hélio (org.), "Migrações internas: textos selecionados", tomo 1, BNB/ETENE, Fortaleza.
- RIOS, G. 1975. "A pesca artesanal como parte do setor de subsistência - sua abordagem sociológica", in: Ciência e Cultura 28(4), abril.

- SANTOS, Milton. 1979. "Espaço e sociedade". Vozes, Petrópolis.
- SILVA, José Graziano e STOLCKE, Verena (orgs.). 1981. "A questão agrária". Brasiliense, SP.
- SINGER, Paul. 1980. "Economia política e urbanização". Brasiliense, SP.
- SJAASTAD, L. 1980. "Os custos e os retornos da migração" in: MOURA, Hélio (org.) "Migrações internas - textos selecionados" - tomo 1, BNB/ETENE, Fortaleza.
- SOUZA, Itamar. 1980. "Migrações internas no Brasil". Vozes, Petrópolis.
- _____. 1981. "O compadrio: da política ao sexo", Vozes, Petrópolis.
- SOUZA, Maria Brunilda Telles. 1983. "Mitos e símbolos na migração praiana - o caso de Almofala". Coleção Pesquisa Social da UFCe.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. 1976. "Las classes sociales en las sociedades agrarias". Sigloventiuno Editores, México.
- SUAREZ, Maria Tereza S. de Melo. 1977. "Cassacos e Corumbas: Mudança das relações de produção e migrações internas". Ática, RJ.
- SUDEPE. 1981. "Anteprojeto do Código de Pesca". Ministério da Agricultura, Brasília.
- TODARO, Michael. 1980. "A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos", in: MOURA, Hélio (org.) "Migrações internas: textos selecionados" - tomo 1, BNB/ETENE, Fortaleza.
- VELHO, Otávio Guilherme (org.). 1979. "O fenômeno urbano". Zahar, RJ.

WRIGHT MILLS, C. 1976. "A nova classe média". Zahar, RJ.

ZALUAR, Alba. 1985. "A máquina e a revolta - as organizações populares e o significado da pobreza". Brasiliense, SP.

ANEXO

ANEXO I

QUADRO 01: PESCA ARTESANAL X PESCA INDUSTRIAL EM SANTA CATARINA (TRIÊNIO 80/82)

	1980			1981			1982		
	kg	%	Cr\$	kg	%	Cr\$	kg	%	Cr\$
INDUSTRIAL	93.827.763	79,4	1.209.534.848	50.217.951	71,4	1.363.948.187	60.094.830	72,6	4.234.632.038
ARTESANAL	24.277.822	20,6	933.349.595	20.079.144	28,6	1.457.468.330	22.730.238	27,4	3.326.123.848
T O T A L	118.105.585	100	2.142.884.443	70.297.095	100	2.821.416.517	82.825.068	100	7.560.755.886

FONTE: Anuário Estatístico da Coordenadoria Regional da SUDEPE em SC.

QUADRO 02: PESCA ARTESANAL X PESCA INDUSTRIAL EM FLORIANÓPOLIS (TRIÊNIO 80/82)

	1980			1981			1982		
	kg	%	Cr\$	kg	%	Cr\$	kg	%	Cr\$
INDUSTRIAL	1.468.885	38,1	27.366.286	2.233.274	43	73.291.546	2.664.402	45	184.554.050
ARTESANAL	2.385.314	61,9	57.835.907	2.959.623	57	113.707.276	3.256.948	55	346.510.743
T O T A L	3.854.199	100	85.202.193	5.192.897	100	186.998.822	5.921.350	100	531.064.793

FONTE: Anuário Estatístico da Coordenadoria Regional da SUDEPE em SC.